

SOCIALISMO OU BARBÁRIE

SOCIALISMO OU BARBÁRIE

Documentos da Articulação de Esquerda
(1993-1999)

organização
Valter Pomar

VIRAMUNDO

Copyright da organização © Valter Pomar, 2000



Preparação de texto

Valter Pomar

Revisão

Daniela Jinkings

Eloísa Aragão

Capa

Maringoni

(sobre ilustração de Angelo Agostini, 1886)

Diagramação e composição eletrônica

Set-up time Artes Gráficas

Produção gráfica

Sirlei Augusta Chaves

Fotolitos

OESP

Impressão e acabamento

Lis Gráfica

ISBN 85-85934

Nenhuma parte deste livro pode ser utilizada ou reproduzida sem a expressa autorização da editora.

1ª edição: março de 2000

Todos os direitos desta edição reservados à:

EDITORA VIRAMUNDO

Avenida Pompéia, 1991 – Perdizes

05023-001 – São Paulo – SP

Telefax (11) 3865-6947 e 3872-6869

SUMÁRIO

Apresentação,	7
Introdução,	11
Manifesto aos petistas,	15
O melhor ainda está por vir,	20
À militância do Partido dos Trabalhadores,	27
Tarefas para o próximo período,	30
Uma estratégia socialista para o Brasil,	69
Resoluções da Primeira Conferência Nacional,	121
Roteiro para o debate,	151
A luta pelo socialismo,	159
Vem aí o muito pior,	189

APRESENTAÇÃO

Esta coletânea reúne os principais documentos nacionais produzidos pela *Articulação de Esquerda*, desde o manifesto *A hora da verdade* (1993) até as resoluções adotadas pela Segunda Conferência (1999).

Em 4 de fevereiro de 1993 começou a circular o manifesto *A hora da verdade*, texto que foi a base da formação da *Articulação de Esquerda*.

Os membros do Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores identificados com aquele manifesto reuniram-se logo após o 8º Encontro Nacional. O balanço feito está em *O melhor ainda está por vir*.

Nos dias 18 e 19 de setembro de 1993, um seminário nacional cria formalmente a *Articulação de Esquerda*. *A militância do Partido dos Trabalhadores* é a resolução daquele seminário.

Na Páscoa de 1996 reúne-se, em Vitória, o 5º seminário nacional da *Articulação de Esquerda*. Suas resoluções são as *Tarefas para o próximo período*.

Um ano depois, em 21, 22 e 23 de março de 1997, reúne-se em Belo Horizonte o 6º seminário nacional da *Articulação de Esquerda*, dedicado ao Comandante Ernesto Che Guevara. São aprovados dois documentos: *Uma estratégia socialista para o Brasil* e as *Resoluções Organizativas* (que não incluímos nesta coletânea).

Em março de 1998, desta vez em Florianópolis, reúne-se a Primeira Conferência Nacional da *Articulação de Esquerda*, dedicada a três lutadores: Geraldo Garcia, João Pedro e Jonas

Araújo, militantes da tendência que haviam falecido recentemente. A Primeira Conferência debateu e aprovou três documentos: *Tarefas para o período*, *Caminhos para o socialismo* e *Manual do Militante*. Incluímos nesta coletânea o primeiro deles, sob o título *Resoluções da Primeira Conferência*.

Finalmente, em abril de 1999 reúne-se, em Brasília, a Segunda Conferência Nacional da Articulação de Esquerda, dedicada a Rosa Luxemburgo. A Segunda Conferência aprova quatro documentos: *Roteiro para o debate*, *A luta pelo socialismo*, *Vem aí o muito pior* e *O 2º Congresso do PT* (este último não faz parte desta coletânea).

Ao longo de seis anos, centenas de companheiros assumiram a construção da Articulação de Esquerda. Sendo impossível citar a todos, nos limitamos a publicar a composição das coordenações nacionais eleitas de 1996 até hoje. Como é público, alguns desses companheiros não integram mais a Articulação de Esquerda.

No 5º seminário foram eleitos: Jorge Branco (RS), Luci Choinack (SC), David Capistrano (SP), Sonia Hypólito (SP), Arlindo Chinaglia (SP), Iriny Lopes (ES), Érika Rocha (DF), Walmir Santos (BA), Gabriel dos Santos Rocha (MG), Hamilton Pereira (GO), José Claudenor (SC), Múcio Magalhães (PE), Julian Vicente Rodrigues (MG), Odilon Lima (ES), Valter Pomar (SP), Vilson Augusto (SP), Júlio Quadros (RS), José Evaldo Gonçalo (SC), Athos Pereira (GO), João Pedro Stédile (SP), Geraldo Garcia (MS) e Ivo Bucarevsky (RJ).

No 6º seminário foram eleitos: Clóvis Ramos (RS), Geraldo Garcia, Iriny Lopes, Jorge Branco, Julian Rodrigues, Lígia Mendonça (PR), Luciano Zica (SP), Matilde Lima (MG), Paulo Coutinho (ES), Sonia Hypólito, Valter Pomar.

Na Primeira Conferência foram eleitos: Daniel Rodrigues (PE), Iriny Lopes, Jones Carvalho (BA), Jorge Branco, Julian Rodrigues, Júlio Quadros, Valteci Castro Jr. Mineiro (MS), Paulo Coutinho, Romeu Daros (SC), Sonia Hypólito e Valter Pomar. Como convidados permanentes: Arlete Sampaio, Mag-

no Pires (ES), Walmir Assunção (BA), Clóvis Ramos, Luciano Zica, Miltom Mendes (ES), Adão Preto (RS), João Coser (ES), Dorcelina Folador (MS), Antonio Marangon (RS).

A Segunda Conferência elegeu uma executiva composta por Romeu Daros, Sonia Hypólito, Valter Pomar, Marcel Frison (RS) e Iriny Lopes, sendo convidado permanente o companheiro Paulo Coutinho (executiva nacional da CUT). A II Conferência elegeu também uma direção nacional integrada por Múcio Magalhães, Armenes Júnior (PR), Gilson Souza (MG), Iti Guimarães (RS), Luciano Zica, Laédio Silva (SC) e Marília Martins de Resende (DF). São convidados permanentes José Soter (DF), Paulo Facioni (RS), Luci Choinacki, João Coser, Adão Preto, Paulo Coutinho, Adriano Oliveira (executiva da UNE), Walmir Assunção, Eloísa Gabriel (direção nacional da Central de Movimentos Populares), Jorge Branco, Magno Pires, Júlio Quadros e Milton Mendes.

INTRODUÇÃO

Durante a maior parte da história brasileira, as elites reservaram ao povo um papel coadjuvante: às vezes usado como massa de manobra, às vezes como bucha de canhão. Nos anos oitenta, subvertemos este roteiro. Refundamos a UNE, construímos a CUT, o Movimento dos Sem-Terra, a Central de Movimentos Populares e centenas de outras organizações. E criamos, também, o Partido dos Trabalhadores.

Luta após luta, greve após greve, ocupação após ocupação, eleição após eleição, um número cada vez maior de trabalhadores vêm demonstrando sua identidade com o PT. Pela primeira vez em nossa história, os trabalhadores transformaram seu partido em alternativa de governo.

Infelizmente, nosso sucesso coletivo mudou a orientação de muitas lideranças do Partido, que passaram a ter como preocupação principal ganhar eleições, conquistar mandatos e cargos.

Em nome de ganhar a qualquer custo, muito estrago já foi feito: “diálogo”, “flexibilidade”, “realismo programático”, “moderação” e inclusive o apoio a candidatos conservadores. Até nossa democracia interna foi sacrificada no altar do pragmatismo eleitoral.

Os companheiros que agem assim esqueceram que ser governo não é ser poder. Esqueceram que as grandes transformações não se dão apenas conquistando espaços institucionais. Esqueceram também que nossa força maior, para além das urnas, está no povo organizado. Esqueceram que lutamos por outra sociedade, o que está acima das carreiras pessoais.

Esqueceram que o PT cresceu porque afirmou em alto e bom som sua oposição radical “a tudo que está aí”. Esqueceram que os partidos de direita, conservadores, representantes do grande empresariado, são nossos inimigos, nunca nossos aliados. Realizam coligações que rebaixam o nosso programa e, mesmo quando resultam em vitórias, nos afastam de nossos objetivos estratégicos. Esqueceram que a nossa luta é pelo socialismo, não por pequenas melhorias no capitalismo.

O resultado desta opção moderada produziu grandes entraves: burocratizou o partido, afastou a militância, diminuiu nossa democracia interna. O eleitoralismo decorrente da “estratégia” de centro-esquerda, resultou no oposto do que se pretendia: hoje, nosso partido está mais distante de ser alternativa de poder e corre o risco de deixar de ser alternativa de governo.

O PT não pode patrocinar um programa de centro-esquerda. Nem pode deixar que a linha de frente da oposição seja ocupada pelos “dissidentes” do neoliberalismo, que querem fazer da esquerda uma força secundária, subalterna. Como sempre aconteceu em nossa história, depois de manipular o povo, a oposição burguesa o trairá, aliando-se aos inimigos de ontem, contra o mesmo povo que nela depositou suas esperanças.

Será preciso muita luta para impedir que isso aconteça, para impedir mais um pacto das elites, mais uma transição conservadora, onde as coisas mudam mas tudo continua como antes. Será preciso, também, reconquistar a CUT, a UNE e tantas outras ferramentas que enferrujaram ao longo desta década. Será preciso, principalmente, reconquistar o PT, porque, sem partido, as lutas dos movimentos sociais são insuficientes para conquistar o poder e construir o socialismo.

A transformação do PT na principal referência das classes trabalhadoras brasileiras não foi obra de meia dúzia de lideranças iluminadas. Foi obra da dedicação pessoal e do trabalho cotidiano de milhares de militantes, dos movimentos sociais e de milhões de lutadores anônimos. Cabe aos que construíram

o PT a tarefa de reconquistá-lo.

Queremos fazer do PT a principal voz a defender a suspensão do pagamento da dívida externa e a ruptura dos acordos com o FMI. O principal agente da luta contra a sangria da dívida pública interna e pela estatização do sistema financeiro. O principal combatente pela re-estatização das empresas privatizadas e pelo controle público da economia brasileira. O maior defensor da democratização e controle social dos meios de comunicação, acabando com os monopólios, a começar pelo da Rede Globo. O maior aliado dos sem-terra na luta pela reforma agrária, dos sem-teto, dos sem-trabalho, dos sem-saúde, dos sem-escola, dos que sobrevivem com salários de fome, da esmagadora maioria dos trabalhadores brasileiros.

Queremos que no PT não haja mais espaço para os que querem tirar o vermelho de nossa bandeira. Queremos um partido de classe, que tenha lado. Um partido de trabalhadores e trabalhadoras que lutam pelo socialismo. Um partido de militantes, não de cabos eleitorais. Um partido onde ninguém seja filiado a laço, apenas para votar nos encontros.

Neste momento de crise mundial e nacional do capitalismo, em que o neoliberalismo e a “centro-esquerda” já mostraram que são vias para a barbárie, o desenlace da crise brasileira depende em grande medida da disputa que travamos no interior do PT. Se vencerem os que querem um PT moderado, eleitoreiro, aliancista e pragmático, aumentarão as chances de o Brasil caminhar para um novo pacto das elites. Entretanto, se prevalecer o PT de lutas, ousado, radical, socialista, nesse caso poderemos assistir à primeira revolução popular da história brasileira.

Nesta disputa está em jogo muito mais do que vinte anos de história de nosso partido, cem anos de luta pelo socialismo no Brasil e quinhentos anos de luta contra todo tipo de exploração e opressão – de classe, gênero e raça. Está em jogo a luta pelo futuro da humanidade, a possibilidade de construir outro país e outro mundo, com outros fundamentos que não os do mercado. Um Brasil e um mundo socialistas.

MANIFESTO AOS PETISTAS

O PT, que vinha desenvolvendo, na teoria e na prática, um projeto de sociedade socialista democrática ajustado às condições concretas do Brasil, encontra-se hoje num impasse político e teórico: praticamente interrompeu seu processo de elaboração, rendendo-se, momentaneamente, às discussões ditadas pela chamada agenda da modernidade importada pelos neoliberais tupiniquins.

É inegável que convivemos com o risco, diante do qual sucumbiram inúmeros partidos de origem operária e popular, de nos convertermos num partido da ordem. Em alguns momentos parecem estar esmaecendo os traços que nos distinguiram dos partidos do sistema, como na campanha das Diretas, no episódio do Colégio Eleitoral, na recusa aos sucessivos pactos das elites: a contingência de estabelecer alianças, em torno de programas ou de propostas pontuais, transforma-se em objetivo a qualquer custo; a interlocução necessária com a sociedade cede freqüentemente à tentação do senso comum, ao nadar-a-favor-da-corrente, num processo de hegemonia às avessas em que o discurso dominante nos iguala, tornando-nos, portanto, mais palatáveis.

O resultado das últimas eleições – em que fomos o partido mais votado nas capitais, no 1º e no 2º turnos – mostra o potencial de nossa política de acúmulo de forças, de disputa de hegemonia, de participação nas instituições do Estado burguês, de nossa estratégia de ser-governo-para-ser-poder.

Mas algumas das derrotas sofridas nas últimas eleições deixam evidente que o PT perde quando adota comportamento ambíguo – tal como agora diante do governo Itamar, tratado como aliado incômodo, a quem se presta colaboração disfarçada.

O amadurecimento político do PT não pode refrear nosso caráter rebelde nem amainar nossa radicalidade. Chega de bom-mocismo. Nada de domesticação.

Radicalmente democrático, construído de “baixo para cima”, o PT, desafortunadamente, revela sintomas perigosos de burocratização. Nota-se um emperramento dos mecanismos democráticos de tomada de decisão; há um visível distanciamento entre direções e bases; é notório o esvaziamento das instâncias – dos núcleos de base às direções municipais, regionais e nacional; o pragmatismo, a competição, o eleitoralismo correm soltos, esgarçando o com-panheirismo, a convivência fraterna e a solidariedade. A fragmentação enfraquece o partido, afugenta os filiados e desanima a militância – nosso principal patrimônio.

Cresce entre nós o inconformismo com aqueles que, transformados em “notáveis” por força da militância, fazem tudo para ser mais iguais que os outros. Tanto é verdade que certas “personalidades públicas” do partido tentam submeter o coletivo a seus desígnios particularistas, chantageando a militância e afrontando a democracia interna.

A democracia é a vida do PT. Sem esta seiva, nosso projeto se exaure, fenece. Ninguém, nenhum parlamentar, nenhum prefeito, nenhuma liderança, nem mesmo o Lula, pode se sobrepor às maiorias e às decisões democráticas, legitimamente firmadas no interior do PT.

Afrontando as elites, o PT alargou o conceito e a prática da democracia no Brasil, vinculando o social e o econômico do seu nascedouro à política, à disputa eleitoral e às instituições de Estado, em que as classes dominantes costumam confinar a democracia formal. Para nós, não há democracia sem direito de greve, sem democratização da informação, sem justiça social, sem distribuição de renda e riqueza, sem abolir a exploração.

Agora, porém, impactados pela velocidade dos acontecimentos no Leste europeu e pela desenvoltura das iniciativas do bloco capitalista, concentramo-nos na disputa institucional de forma quase exclusiva, como se a realização necessária de reformas político-eleitorais fosse uma espécie de ante-sala ou pré-condição para avançarmos na direção de transformações estruturais na sociedade brasileira. Sem luta social, sem participação popular, sem mobilização dos trabalhadores – que educa, politiza e democratiza – não extravasaremos os limites atuais, que coonestam a miséria, a fome, a concentração de rendas, de terras, de riquezas e poder, as injustiças, a desagregação social.

Historicamente violentas e excludentes, as classes dominantes brasileiras resistem secularmente a transformações estruturais. As mudanças que se impuseram foram conquistadas a ferro e fogo, freqüentemente após as elites terem infligido derrotas aos “de baixo”. Veja-se o exemplo da Abolição da Escravatura e das leis trabalhistas de Getúlio, para ficar em apenas dois casos. Nada indica que este comportamento tenha mudado. Portanto, é ilusório sonhar com uma sociedade de consensos, sem disputas, um capitalismo sem conflitos sociais, bem gerenciado por governos de coalizão, em que acordos setoriais e ações parlamentares pluripartidárias ditam o ritmo, a forma e o conteúdo das reformas. Não é função do PT agradar as elites: nossa aspiração é estar ao lado das majorias, dos trabalhadores, dos deserdados, contra os de cima, contra os poderosos, os exploradores.

Tal como vimos assinalando em nossos congressos, é forçoso reafirmar: a construção do socialismo no Brasil será obra de milhões de trabalhadores, num processo longo de acúmulo de forças, por meio de variadas formas de luta, num processo de ruptura com o atual modelo de desenvolvimento e com o sistema capitalista.

O PT só pode enfrentar a agenda política de curto prazo, que se desdobra no plebiscito sobre forma de estado e sistema de governo, na revisão constitucional e na oposição ao governo Itamar, caso recupere sua tradição radical, popular, democrática, socialista. É inaceitável que, em nome de malfeitos cálculos eleitorais, nosso partido deixe de apresentar uma alternativa global para a crise brasileira; é inaceitável que em nome de inexistentes “responsabilidades”, nosso partido não faça oposição firme contra um governo que, não obstante suas diferenças com Collor, é nitidamente conservador; é inaceitável que nosso partido, em nome da urgência de reformas políticas, aceite ficar sob a hegemonia conservadora na discussão sobre sistema de governo. O partido que nós queremos não pode ser aquele que cogita apoiar governos que o PFL também apóia. O partido que nós queremos não pode ser aquele em que dirigentes proclamam-se adeptos da monarquia. O partido que nós queremos não pode mais conviver com isso, sem deixar de ser PT.

Recuperar o espírito de partido, afirmar a democracia interna e superar a fragmentação – que enfraquece o partido, afugenta os filiados e desanima a militância, nosso principal patrimônio – implica, além de um basta às ambigüidades e distorções na política e no perfil partidários, um conjunto de medidas organizativas. Entre elas, derrotar aquelas concepções que não dão importância ao trabalho partidário voltado aos movimentos sociais – exatamente num momento em que é preciso superar o atual impasse no movimento sindical –, que defendem o afrouxamento das instâncias como virtude, impedindo seu funcionamento efetivo e

ampliando, ao invés de reduzir, a centralização decisória.

Entre os vários desafios do PT, há um central: a elaboração de um Programa de Ação de Governo, que atualize, aperfeiçoe e amplie o PAG-89, mantendo-se as diretrizes de caráter democrático-popular. E que sintetize as grandes reformas estruturais em torno das quais devemos convergir os nossos dispersos esforços setoriais.

A confecção desse PAG, na qual se envolverão vários setores do partido, nossos simpatizantes, apoiadores e aliados, será um momento único para continuar a passar o país a limpo. Exigirá, de nós todos, um cuidadoso trabalho de diagnóstico do país, da realidade conjuntural, das características e particularidades regionais a serem contempladas nas propostas, mas também das diferenças gritantes a serem sanadas para conjurar as ameaças nada folclóricas de secessão na unidade nacional. Requererá, também, um paciente e criativo processo de apresentar propostas e soluções, sem o que nenhuma campanha eleitoral, por mais radical que se apresente, colherá sucessos.

Naturalmente, não ficaremos confinados aos gabinetes: é nesse processo que forjaremos as alianças possíveis para conquistar o governo, sustentá-lo e viabilizar o programa. A disputa de 94 é uma referência importante, um marco decisivo. Mas nosso projeto não se esgota aí, com a vitória ou a derrota. É preciso, desde já, no debate democrático, sem sectarismo, sem rotulações ou preconceitos, reabrir os caminhos para concretizar nosso sonho, mais vivo do que nunca, de uma sociedade justa, fraterna, solidária, sem repressão nem exploração: a utopia do socialismo democrático.

Comprometidos com estas idéias, nós, conclamamos todos os petistas a se engajarem nos debates e nas disputas políticas que antecedem o 8º Encontro Nacional, quando se definirão os rumos do PT para os próximos anos.

O MELHOR AINDA ESTÁ POR VIR

A nova direção nacional do PT tem sob sua responsabilidade conduzir o partido nas disputas deste e do próximo ano, dirigir a campanha Lula 94 e enfrentar o quadro pós-eleitoral, que será, em qualquer caso, extremamente complexo.

O sucesso no cumprimento destas tarefas dependerá de uma série de fatores, entre os quais destacam-se: a reorganização partidária e a reconstrução de nossa capacidade dirigente; um salto de qualidade nos movimentos sociais; a sincronia entre nossa tática política e a ação das prefeituras e bancadas; um programa de governo, uma política de alianças e uma linha de campanha à altura dos desafios nacionais; e uma postura mais ofensiva e socialista na luta político-ideológica.

Desse ponto de vista, o 8º Encontro Nacional foi extremamente positivo, na medida que aprovou resoluções e elegeu uma direção comprometidas com o equacionamento, pela esquerda, de cada um destes elementos. Entretanto, o 8º Encontro deve ser considerado como *um primeiro passo* de um processo de resgate dos princípios partidários, que está longe de se concluir.

Com base nas resoluções do Encontro, nas posições conquistadas nos diversos níveis de direção e na injeção de ânimo que o *giro à esquerda* proporcionou à militância, o maior desafio da “nova maioria” partidária será transformar-se em “nova hegemonia”. Ou seja: Uma opção de esquerda deve ser capaz de exercer o papel que, especialmente a partir do

5º Encontro Nacional, foi cumprido pela antiga Articulação. Isso, em condições novas, substancialmente diferentes daquelas em que atuou a antiga Articulação: maioria nos estados, com menores diferenças políticas no interior do partido. Mais que isso: a velha Articulação foi dominante num período histórico marcado pelo surgimento e pela afirmação do PT, como partido de massas, acumulando forças na luta democrática e se credenciando como alternativa nacional. A velha Articulação foi hegemônica porque soube responder a contento aqueles desafios; e deixou de sê-lo na exata medida em que não conseguiu responder aos desafios do novo período histórico, em que o PT já se constitui como alternativa real, obrigado a uma postura mais ofensiva, mais radical, mais socialista e claramente dedicada a conquista e ao exercício do poder.

Transformar a nova maioria em nova hegemonia exige a combinação de três qualidades: elaboração política consistente, capacidade de direção e de diálogo com o partido, os movimentos e a sociedade. Trata-se, portanto, de uma tarefa complexa.

- Em primeiro lugar, a nova maioria surgida do Encontro é relativa (36,5%) e pouco orgânica. Mesmo seu núcleo central, constituído pela Articulação/Hora da Verdade, ainda tem que vencer uma etapa de consolidação de suas propostas e de seu perfil organizativo. Nesse sentido, é urgente reforçar o núcleo que está a frente da Executiva Nacional, consolidando um fórum permanente de consulta entre os integrantes da chapa.

- Em segundo lugar, as resoluções do 8º Encontro são apenas as diretrizes de uma estratégia para o período. Ainda não constituem o sucedâneo, para o período atual, do que foram as resoluções do 5º Encontro Nacional, responsáveis em grande medida pelo crescimento e pelas vitórias políticas experimentadas pelo partido no período 87/89. Cumpre lembrar, entretanto, que esse caráter ainda preliminar das resoluções do Encontro Nacional deve-se não apenas às dificuldades do

Partido (e nossas) em formular política de longo prazo. Pesou nisso, também, a postura dos setores majoritários do Unidade na Luta, que optaram por escamotear o debate de fundo.

O próximo Encontro Nacional, responsável por elaborar o Programa de Governo, a política de alianças e a tática da campanha Lula, é o espaço adequado para dar acabamento às nossas reflexões estratégicas. A formulação de uma estratégia para o período exigirá o resgate de uma das qualidades da velha Articulação: o método da elaboração coletiva, envolvendo o conjunto da militância e tomando, como ponto de partida, a difusão e o debate das resoluções do próprio Encontro Nacional. Exige ainda unificar os esforços do conjunto de setores que integram Uma opção de esquerda, um diálogo qualificado com o Na luta PT e setores de Unidade na Luta. Iniciativas concretas devem ser tomadas nesse sentido, como a constituição de um co-letivo permanente de debate e a aprovação de um calendário comum de discussões.

- Em terceiro lugar, convém ressaltar que a nova direção recebe o partido em condições críticas, tanto do ponto de vista operacional (faltam recursos financeiros e humanos) quanto político (dois anos de predomínio de uma concepção que valorizava os centros autônomos de poder, em detrimento das instâncias). Herança que constitui um fator de desgaste para a nova direção, que deve reverter o quadro com iniciativa política, capacidade de direção e sensibilidade democrática.

- Em quarto lugar, é preciso reconhecer que a visibilidade e a experiência dos setores derrotados no 8º Encontro suplantam a dos setores vitoriosos. No último encontro nacional, não foi derrotada apenas a direita do partido, mas também o núcleo que dirigiu o PT durante os últimos 10 anos. Não foi, portanto, uma derrota da “direita” do partido, ainda que seja plenamente verdadeiro afirmar que as posições do chamado Projeto para o Brasil foram colocadas no seu devido lugar.

A derrota do antigo núcleo dirigente do Partido ocorreu porque, especialmente a partir do 1º Congresso, suas princi-

pais lideranças realizaram um giro à direita, aproximando-se estratégica e doutrinariamente das concepções do chamado Projeto para o Brasil, posições estas que foram derrotadas ao longo do Congresso. Ao se afastar das posições da maioria da base partidária, aquelas lideranças perderam não apenas a capacidade de enfrentar a conjuntura política bastante complexa da era Collor. Perderam também, paulatinamente, a legitimidade de que dispunham, já bastante puída pelo inevitável desgaste de quem é maioria por longo tempo. Isso resultou, em 1993, numa impressionante seqüência de derrotas: na discussão sobre o governo Itamar, na eleição do líder da bancada, no plebiscito sobre sistema de governo, nos encontros partidários.

Uma conjunção de outros fatores concorreu para a derrota do antigo núcleo dirigente do Partido: o surgimento da Articulação/Hora da Verdade; a evolução da conjuntura política, que dificultou sobremaneira a defesa de teses moderadas; e o profundo desgaste político e orgânico experimentado pelo setor da Articulação majoritário na antiga executiva nacional. Essa conjunção, por sua vez, inviabilizou dois desenlaces que teriam sido prejudiciais para o Partido: a vitória de uma aliança entre Unidade na Luta e Projeto para o Brasil, tentada já no 1º Congresso e, depois, com a conhecida Operação Comodoro; e uma chapa única da Articulação, escamoteando as divergências acumuladas ao longo de pelo menos dois anos, tal como era proposto pela setores de Unidade na Luta mais próximos a nós.

O surgimento da Articulação/Hora da Verdade teve papel destacado para impedir aqueles dois desenlaces. Nesse particular, faz-se necessário lembrar que, do surgimento de nosso manifesto, em fevereiro de 1993, até o 8º Encontro, fomos combatidos sem piedade, em nome da “unidade da *Articulação*”. Dessa ação participaram até mesmo aqueles que, no Unidade na Luta, tinham maior proximidade política conosco. Com a legitimidade de quem, durante o 1º Congres-

so, defendeu posições de esquerda e combateu a aliança com o Projeto para o Brasil, aqueles companheiros propunham, na prática, uma “renovação conservadora”: vitoriosas suas posições, teríamos um repeteco melhorado do 1º Congresso: boas resoluções, mas uma direção que não expressaria isto, passando a impressão, para o Partido, de que as divergências não passavam de teatro. O que esses companheiros – a “esquerda do Unidade na Luta” – não perceberam, entretanto, é que a postura de seus companheiros de viagem era a de escamotear o debate para preservar espaço no aparelho.

Tudo indica que o bordão – “não há tantas diferenças entre nós que justifiquem a divisão” – voltará a ser usado. Afinal, a “nova maioria” partidária ainda não está consolidada. É evidente que o antigo núcleo dirigente tentará recuperar espaços perdidos, buscando menos disputar e mais *colaborar* conosco. O que poderá ser tanto um exercício de hegemonia nossa, quanto deles, a depender de quem dirija o processo.

Contando com importantes posições na malha partidária e fora dela, favorecidos por uma generosa cobertura da imprensa, dispondo de “máquinas eleitorais” preparadas para enfrentar as eleições de 94 e dispondo da experiência de quem dirigiu o Partido por uma década, Unidade na Luta disputará conosco a condição de centro hegemônico do Partido.

Nosso sucesso nesta disputa está vinculado ao sucesso do próprio PT naquelas metas que foram estabelecidas pelo 8º Encontro. E isto, por sua vez, dependerá da capacidade da Articulação/Hora da Verdade em garantir o cumprimento das resoluções do Encontro, formular políticas, hegemonizar os demais setores do partido. Faz-se necessário dar maior organicidade à Uma opção de esquerda, estabelecer um diálogo constante com o *Na Luta PT* e atrair setores do Unidade na Luta, isolando sua ala xiita.

É evidente que a própria Articulação/Hora da Verdade possui diferenças políticas internas, expressas por exemplo no *timing* com que cada setor se integrou ao nosso movimento,

na maior ou menor tolerância ante a Unidade na Luta e Na Luta PT. Até por isso, a nossa consolidação como tendência supõe um debate político sobre as propostas para o próximo Encontro Nacional etc. Será o grau de unidade política em relação às tarefas futuras do Partido que determinará o grau de organicidade que poderemos assumir.

De toda forma, devemos evitar a inorganicidade e a falta de solidariedade que marcaram a experiência da Articulação, especialmente em sua última fase. Importante também é entender que a nova fase da vida interna impõe a construção de campos políticos, mais do que tendências no sentido estrito da palavra. Até porque não há terceira via: ou bem a Opção de Esquerda materializa as aspirações que nos possibilitaram vencer o 8º Encontro, ou será total o nosso descrédito. Por isso, devemos ter abertura para estreitar laços, nos estados e nacionalmente, com setores da Opção de Esquerda ou não.

Na mesma linha, tanto como maioria da direção quanto como tendência, devemos acompanhar e interferir no processo que se desenvolve na Articulação Sindical, no qual diversos setores têm plena consciência de que a CUT também necessita de uma nova direção. Sem pretender copiar processos que tiveram sucesso no Partido, devemos abrir o debate sobre a questão e colaborar no que for possível. O que, diga-se, é uma tarefa do conjunto do Partido.

Finalmente, cabe lembrar que as forças que empurraram o PT para a direita continuam atuando: a crise do socialismo, a ofensiva neoliberal, as dificuldades dos movimentos sociais, a cooptação pela institucionalidade. Em particular, cumpre recordar que nosso caminho estratégico – cujo aspecto central é a disputa e o exercício do governo – é extremamente arriscado, sendo que a quase totalidade dos partidos de esquerda que o trilharam abandonaram seus laços com o socialismo e com a revolução. Por isso, como dizia o apóstolo, é preciso orar e vigiar. Porque o melhor (e o pior) ainda está por vir.

A MILITÂNCIA DO PARTIDO DOS TRABALHADORES

O 8º Encontro Nacional do PT foi um marco fundamental para a esquerda brasileira, reafirmando as bases programáticas de um movimento democrático e popular que deverá levar Lula à Presidência da República.

Resgatando os valores mais caros da democracia petista, reafirmando nossos vínculos com o povo, ratificando que o PT não teme governar e implementar as mudanças necessárias para a construção de uma nova sociedade, o 8º Encontro representou uma vitória da militância partidária, de todos aqueles que combateram pela afirmação dos princípios petistas, de nossa estratégia democrática e popular e de nossos objetivos socialistas.

Como expressão da vitória da militância, elegeu-se uma direção e aprovaram-se resoluções comprometidas com um programa de transformações radicais na sociedade brasileira, com uma tática de campanha baseada na mobilização social e nas alianças programáticas. As mudanças no partido já fizeram sentir seus resultados na oposição a Itamar e, de maneira mais geral, na reanimação da militância partidária.

Agora, o maior desafio da nova direção nacional, das direções estaduais e do conjunto dos petistas é materializar, em todos os terrenos da ação partidária – nas prefeituras, no parlamento, na comunicação, na vida orgânica, nos movimentos sociais –, as resoluções do 8º Encontro. Desafio que nós, que fomos signatários do manifesto “A hora da verdade” e que integramos a chapa Opção de Esquerda, assumimos como nosso compromisso.

É preciso superar as dificuldades do Partido em mobilizar-se

mais amplamente, fora dos períodos eleitorais. É necessária uma ação mais ousada da direção nacional nos movimentos sociais, especialmente o sindical, sem o que as novas orientações partidárias não obterão a necessária repercussão.

É preciso responsabilizar o conjunto das personalidades partidárias no cumprimento das orientações coletivas, desestimulando a utilização da grande imprensa como plataforma de combate às resoluções democraticamente construídas.

É preciso envolver a base do Partido na discussão do programa de governo, que deverá orientar-se pela lógica das transformações estruturais, e não pela lógica das chamadas políticas de estabilização.

É preciso garantir que – em temas como a escolha de candidatos, a elaboração do programa de governo e a política de alianças para o primeiro turno – não prevaleça a lógica da chamada unidade da centro-esquerda, cuja fragilidade é evidenciada pela política cada vez mais conservadora adotada pelo PSDB.

Para enfrentar esta situação, até mesmo para superar a atual crise financeira do Diretório Nacional, serão necessárias ações ousadas por parte da direção partidária. Ousadia que será tão mais eficaz quanto maior for a articulação mantida com as direções estaduais e municipais comprometidas com as resoluções do 8º Encontro.

Não cabem vacilações: ou o Partido defende suas resoluções, nos movimentos sociais e na luta institucional, nos debates programáticos do 9º Encontro, estimulando um movimento por reformas estruturais, garantindo a eleição de Lula presidente e o início das mudanças radicais na sociedade brasileira, ou voltarão a predominar, na prática, as concepções derrotadas no último encontro nacional.

É com estes objetivos que nós – dando continuidade ao legado de quem sempre defendeu o caráter estratégico do PT; de quem contribuiu na elaboração das resoluções democráticas e populares do 5º Encontro Nacional; de quem colaborou

para as vitórias do partido, nas lutas políticas e sociais dos últimos 13 anos; de quem combateu contra a domesticação e o cupulismo que ameaçavam tomar conta do PT – atuaremos no Partido no próximo período.

TAREFAS PARA O PRÓXIMO PERÍODO

A burguesia brasileira é a principal divulgadora do suposto caráter pacífico do brasileiro. Este bordão não encontra amparo na história de lutas de nosso povo, muito menos no comportamento violento de nossas classes dominantes. Mas sempre foi ideologicamente útil na hora de viabilizar os pactos pelo alto a conciliação das elites, tradicional instrumento dos de cima, toda vez que seus interesses podiam ser ameaçados pelos de baixo.

O surgimento do Partido dos Trabalhadores foi um claro desafio a esta tradição conciliatória. Desafio presente no impulso do novo sindicalismo, na irredutibilidade dos que fizeram oposição à ditadura militar, na persistência dos que investiram no trabalho popular de base. Desafio que prosseguiu na audácia de construir um partido socialista de massas, ainda sob a ditadura; e na coerente recusa a participar do Colégio Eleitoral.

O PT colheu os frutos desse comportamento insumisso nas eleições de 1988 e 1989. Desde então, entretanto, influentes setores vêm defendendo que o PT adote uma nova postura, menos socialista, menos radical, mais moderada, mais “responsável”, mais institucional. Noutras palavras, defendem que o PT torne-se semelhante àquilo que combatemos. Defendem um partido domesticado, palatável, integrado à ordem.

Desde então e até hoje, trava-se uma dura luta interna no PT entre os defensores da “nova” e da “velha” orientação. Esta luta manifestou-se com particular dureza nas fileiras da Articulação, tendência majoritária e hegemônica desde 1983 até 1990.

Os momentos mais importantes desta disputa foram: o Primeiro Congresso do PT (1991); a disputa da presidência do DM paulistano (1992); a definição de oposição ao governo Itamar; a escolha do líder da bancada na Câmara dos Deputados (1993); o plebiscito sobre sistema de governo (1993); o lançamento do Manifesto aos Petistas "A hora da verdade" (1993).

O lançamento deste Manifesto, assinado inicialmente por sete integrantes do Diretório Nacional, dividiu a Articulação e permitiu a vitória, no 8º Encontro do PT, da esquerda petista.

No final de 1993, os signatários do Manifesto A Hora da Verdade realizaram um seminário nacional e criaram a Articulação de Esquerda, integrando também pessoas que não pertenceram anteriormente à velha Articulação. A direita da Articulação, por sua vez, deu origem à tendência hoje conhecida como Unidade na Luta.

Durante 1993-94, a Articulação de Esquerda (mais conhecida como HV) foi a principal tendência do bloco majoritário na direção nacional, além de controlar importantes diretórios regionais e municipais. Entretanto, divergências políticas levaram, após as eleições presidenciais, à ocorrência de defecções, principalmente em São Paulo. Numericamente reduzido, o grupo de doze delegados eleitos pelos que se desligaram da AE foi um componente importante na vitória da Unidade na Luta no 10º Encontro.

Este texto expressa o esforço da Articulação de Esquerda em contribuir na superação de alguns dilemas da esquerda no País. Longe de significar conclusões definitivas, representa a continuidade do diálogo com todos aqueles dispostos a oferecer, ao PT e aos seus militantes nos movimentos sociais, elementos para a renovação da estratégia socialista no Brasil.

Este diálogo é tanto mais urgente neste momento, em que o governo Fernando Henrique Cardoso conduz o país ao desastre econômico e social, sem que exista alternativa a isto, sem que a esquerda consiga produzir uma tática consistente e coerente com a gravidade do quadro político nacional.

“Tarefas para o próximo período” está estruturado na forma de treze tarefas, que desdobram nossos principais objetivos para o período: articular a oposição ao projeto neoliberal, reelaborar a estratégia, ampliar nosso peso social e organizar a tendência.

Analisar as tendências do próximo período

A esquerda petista deve recuperar sua capacidade de analisar o cenário atual da luta de classes e suas tendências de curto e médio prazo. Vivemos um novo período de reação capitalista. Todas as conquistas econômicas, políticas, sociais e culturais obtidas pela classe trabalhadora ao longo deste século, particularmente após a Segunda Guerra, estão em xeque.

Desmoronou o chamado campo socialista. No seu lugar, restaura-se o capitalismo, num cenário de colapso social e, em vários países, de aberto conflito militar e crise política. Nos poucos países onde partidos comunistas conservam-se no poder, realizam-se polêmicas reformas de sentido capitalista, sob maior ou menor controle do Estado. A crise do campo socialista afetou, também, todas as forças que tinham como referência (crítica ou acrítica) o mundo criado a partir da Revolução Russa de 1917. A teoria socialista é alvo de enormes questionamentos, principalmente sobre a viabilidade da construção de uma sociedade alternativa ao capitalismo.

Desmonta-se o Estado de Bem-Estar Social, na sua forma europeia ou sucedâneos. Está em curso um retrocesso geral nas condições de vida, trabalho e remuneração da maioria da classe trabalhadora mundial. Aprofunda-se a polarização entre ricos e pobres, dentro de cada país e em escala internacional. Este processo foi acompanhado da cooptação da social-democracia pelo neoliberalismo (vide governos Mitterrand e Felipe Gonzales). Concluiu-se assim um ciclo histórico: no início do século vinte, a social-democracia abandonou a revolução; após a Segunda Guerra, abandonou o socialismo; nos anos oitenta, abandona o Estado de Bem-Estar.

Processo de domesticação e cooptação similar atingiu vários partidos comunistas e algumas organizações guerrilheiras criadas nos anos 60, e que persistiam em atividade no final dos anos oitenta. Outras organizações, em virtude das dificuldades geradas pela conjuntura internacional e no próprio país onde atuavam, optaram taticamente por re-cuar de suas posições e tornaram-se partidos de esquerda.

O mundo encontra-se plenamente hegemônico pelas potências capitalistas. O capital financeiro adquiriu enorme liberdade de movimentos. Os grandes conglomerados transnacionais controlam parte cada vez maior das principais decisões mundiais, em detrimento dos governos e parlamentos democraticamente eleitos. O Estado, ou pelo menos sua atividade voltada à defesa de interesses mais amplos que os diretamente capitalistas, perde espaço, via privatizações, parcerias, concessões, subsídios e tributações cada vez mais regressivas. As nações periféricas são forçadas a relaxar suas defesas, enquanto as nações centrais ampliam seu próprio protecionismo, fazendo a questão da soberania nacional ganhar nova atualidade, cada vez mais ligada à sorte do movimento socialista, uma vez que a burguesia revela-se comprometida com a estratégia neoliberal.

Aumentam os conflitos sociais, devido não apenas à polarização crescente entre ricos e pobres, mas principalmente às novas características de cada pólo. As elites tornam-se cada vez mais internacionais e dependentes de um tipo de lucro (o financeiro) desligado de qualquer atividade produtiva real. Devido a isso, cresce o desenraizamento e o conseqüente descompromisso total com o padrão de vida do povo e o futuro da nação. O desenvolvimento tecnológico e os novos processos de produção reduzem, numa escala nunca vista, o emprego e a aparente possibilidade de ascensão social pelo trabalho duro. No Brasil, pesquisas indicam que uma maioria já tem consciência de que vai viver pior do que viveram seus pais. Pessoas que perdem a chance de ganhar o pão de cada dia com

o suor de seu rosto tendem, mais e mais, a comportamentos anti-sociais: as drogas, a marginalidade, a criminalidade, o misticismo, devem ser vistos neste contexto.

Cresce a violência, entre países e dentro de cada país. O “equilíbrio do terror” existente durante a Guerra Fria manteve os conflitos militares sob certo controle. Agora, desaparecido o campo socialista, a competição econômica, a corrida desesperada de alguns povos por um lugar ao Sol, a fragmentação de referências que permitiam almejar um futuro melhor, o estímulo permanente de uma imensa indústria armamentista que precisa alocar seus produtos – todos estes fatores contribuem para uma escalada de conflitos de pequena e média intensidade.

Dentro de cada país, o aumento da polarização social traz consigo um acréscimo de violência, da doméstica à policial, criando uma situação que permite falar que vivemos em guerra civil larvar nos grandes centros urbanos de numerosos países.

Recua a democracia, mesmo que hoje mais países elejam seus governantes. O recuo da democracia pode ser medido: pela redução do número de votantes; pela redução na credibilidade de entidades representativas (do sindicato ao legislativo, passando pelos partidos); pelo crescimento do localismo (vide distritalização do processo eleitoral brasileiro); pelo avanço eleitoral e extra-eleitoral das forças conservadoras, inclusive neonazistas, particularmente nos países capitalistas centrais; pela teoria, largamente difundida entre as elites, das “vantagens de uma democracia restrita”; pela influência ampliada do poder econômico, da mídia e da criminalidade nos processos eleitorais; e pela crescente ineficiência dos governos e dos parlamentos, no atendimento das necessidades da maioria da população. São estas majorias que preenchem as fileiras dos variados tipos de fundamentalismo, que proliferam como expressão do protesto contra a nova ordem, ocupando o espaço aberto pelo desaparecimento e domesticação da maioria da esquerda socialista.

A crescente força e autonomia do capital financeiro, acom-

panhada da redução dos controles estatais, resultam num sistema globalmente vulnerável a crises de especulação. Isto é agravado pelo fato de o neoliberalismo não ter conseguido superar a queda geral da atividade econômica produtiva. Logo, a hegemonia neoliberal é diretamente acompanhada por crises econômicas, políticas e sociais cada vez mais profundas.

Preparar-se para um novo período de crises

Devemos nos preparar para um período de aguçamento internacional dos conflitos – entre as grandes potências capitalistas; entre estas e as pequenas e médias nações; entre os interesses do capitalismo e os da classe trabalhadora. O capitalismo, agora livre dos constrangimentos e das concessões que se via forçado a fazer diante do campo socialista e da existência de fortes movimentos socialistas e trabalhistas no seu interior, apresenta nítido parentesco com o mundo que produziu as duas grandes guerras.

Um sistema que exalta a lei do mais forte e o predomínio do mercado é incompatível com a existência de uma democracia real e da soberania das nações economicamente mais fracas. A médio prazo, o neoliberalismo tende a transformar as democracias em paródias televisivas ou ditaduras de fato. A advertência sobre o risco de uma onda neofascista não deve ser descartada com o mesmo otimismo que levou tantos a acreditar que, após a queda do Muro, viria uma era de paz e prosperidade mundiais.

A conjuntura internacional apresenta sinais de refluxo do neoliberalismo. Mas isto não indica, necessariamente, uma melhora do quadro para a esquerda. A alternativa pode ser, como na Espanha, uma saída ainda mais conservadora.

Não sabemos quanto tempo vai durar este período de nova reação capitalista ou, o que é o mesmo, não sabemos quanto tempo demoraremos para reagrupar as forças socialistas e iniciar um contra-ataque eficaz. Tampouco sabemos se, antes disso, o capitalismo não mergulhará o mundo num ciclo

de novos conflitos militares internacionais e supressão das liberdades democráticas. Em qualquer caso, temos que estar preparados para um período – anos ou décadas – em que, para os trabalhadores, as condições de luta se tornarão bem mais difíceis do que as atuais.

No médio prazo, há vários cenários alternativos: ou a *vitória do neoliberalismo*, com a estabilização do capitalismo em níveis de exploração típicos do século dezanove; ou a *ultrapassagem do neoliberalismo*, sem a simultânea derrota do capitalismo, seja com um retorno (temporário) a padrões típicos do Estado de Bem-Estar Social, seja com uma saída de tipo fundamentalista/neofascista; ou a *derrota simultânea do neoliberalismo e do capitalismo*, com a abertura de um novo período de construção do socialismo.

É possível que o mundo experimente simultaneamente todas estas alternativas, a depender da combinação que se estabeleça entre a correlação de forças internacional e o curso da luta em cada país.

As características históricas, econômicas, políticas e sociais brasileiras contêm condições para qualquer uma das possibilidades acima descritas. Permitem-nos, especialmente, uma: o Brasil oferece condições para a construção do socialismo, muito superiores às existentes em qualquer das nações que fizeram revoluções ao longo do século vinte.

Recuperar a autoconfiança

Num período de reação capitalista, é fundamental manter alto o moral da tropa. Sem isso, qualquer retirada vira fuga desordenada, qualquer reagrupamento de forças torna-se impossível. Para tal, é preciso atuar em quatro níveis: a luta cultural; a análise crítica das tendências do capitalismo contemporâneo e da primeira experiência histórica de construção do socialismo; a formação política permanente de milhares de militantes.

Um dos grandes problemas do atual momento é que, ao lado

da derrota política, o movimento socialista sofreu também uma profunda derrota ideológica. Nesse sentido, vivemos um período mais difícil do que o da ascensão do fascismo.

É preciso desenvolver um programa de ação cultural, abrangente e imediato, que combata a difusão ininterrupta dos valores capitalistas, individualistas, de supremacia do mercado, de exaltação da violência, desenvolvida pelos meios de comunicação de massa, pela literatura, imprensa e escolas. A criação de uma consciência cultural própria, a defesa de valores coletivos, solidários, democráticos, nacionais, socialistas, é parte integrante da criação de um caldo de cultura adequado à luta imediata e a luta revolucionária.

A crítica dos valores dominantes deve ser acompanhada de um estudo científico e permanente das tendências do capitalismo contemporâneo. Este estudo é imprescindível, não apenas por nos fornecer um conhecimento acerca do cenário em que lutamos, e contra o que lutamos; mas principalmente porque somente ele pode embasar cientificamente a necessidade e a possibilidade do socialismo.

É importante reafirmar que o socialismo é necessário como alternativa a um capitalismo que produz mais e mais barbárie. Mas é fundamental mostrar, também, que o capitalismo continua criando as condições necessárias a uma sociedade sem classes, sem Estado, sem exploração nem opressão. A rede de telecomunicações e a informática tornam tecnicamente possível, cada vez mais, a ampliação da democracia, o controle *de fato* sobre os governos, a educação e a informação permanente de massas. O aumento da produtividade torna perfeitamente viável uma redução significativa das horas trabalhadas pelo conjunto da humanidade, aumentando o tempo livre dos trabalhadores. A capacidade de produção ampliou-se de tal maneira que não há nenhuma justificativa material, física, técnica, para a miséria de milhões.

Nos últimos anos, grandes energias intelectuais foram deslocadas em direção à análise crítica do socialismo. É

preciso alterar esta situação: a maior parte de nossos recursos humanos deve se concentrar na análise das tendências do capitalismo contemporâneo, até porque esta análise é indispensável para a necessária investigação das condições que levaram ao surgimento, desenvolvimento e à crise das revoluções e das sociedades socialistas do século vinte.

Tanto o programa de ação cultural, quanto o estudo do capitalismo contemporâneo (e do socialismo do século vinte) devem ser combinados com uma vasta atividade de formação política de nossa militância. Somente uma militância envolvida nas lutas populares e dotada de um alto nível de formação política conseguirá atuar nas difíceis condições dos próximos anos.

É necessário envolver nossos intelectuais nesses quatro níveis de ação. Isso supõe o mapeamento dos recursos humanos disponíveis, uma divisão de tarefas e a existência de instrumentos adequados: uma imprensa (jornais e revistas) destinada à massa de ativistas de esquerda; uma imprensa dedicada aos militantes do partido (a revista teórica e o boletim); e a criação de uma rede de formação política; bem como a utilização dos novos instrumentos e meios de comunicação (TV a cabo, Sistema Embratel, Internet etc.).

Nossos intelectuais e, de maneira geral, nossos militantes com maior experiência têm se afastado do trabalho partidário cotidiano. Esta situação pode evoluir de duas maneiras: ou levará ao distanciamento total, desembocando no academicismo e no niilismo; ou possibilitará criarmos núcleos dedicados a uma investigação teórica mais aprofundada, num trabalho de retaguarda que pode impedir os desvios da superficialidade e do praticismo, predominante em nossas fileiras.

Finalmente, é preciso enfrentar as concepções equivocadas que penetraram fundo no movimento, especialmente o “melhorismo” e o “eleitoralismo”.

O “melhorismo” é o reformismo dos tempos modernos, um reformismo piorado. Segundo os melhoristas, o programa

máximo socialista é civilizar o capitalismo. Abandonaram a revolução e a idéia de destruir a sociedade de classes, o capitalismo. Enquanto os reformistas clássicos estavam (e estão) sob a influência do keynesianismo, os melhoristas estão sob influência do neoliberalismo. É isso que explica a crescente aproximação, que devemos estimular, entre os socialistas revolucionários, os reformistas clássicos e os nacionalistas.

O “eleitoralismo” é a transformação da necessidade em virtude, da tática em estratégia. São quatro seus principais problemas: leva a uma acelerada descaracterização e absorção da esquerda pelo *establishment*, seja na forma que os antigos chamavam de cretinismo parlamentar, seja nas formas mais fedorentas e abjetas da corrupção e do em-preguismo; leva à chamada “americanização” do partido, transformando numa canhestra máquina eleitoral o que deveria ser uma organização militante dedicada a organizar a luta independente das classes trabalhadoras; leva a uma ilusão na possibilidade de realizar mudanças estruturais exclusivamente ou principalmente a partir das instituições do Estado; leva, finalmente, a uma negação e uma crítica feroz do papel da revolução política e social, fator insubs-tituível em qualquer estratégia que se pretenda socialista.

Definir os objetivos programáticos

Para transformar a atual retirada desordenada em recuo estratégico, e esta em ofensiva socialista, a esquerda tem que definir claramente seus objetivos programáticos, sua estratégia de poder, sua política de acumulação de forças, bem como construir o partido e as demais organizações da classe.

O Brasil encontra-se diante de algumas alternativas. A primeira delas é prosseguir as reformas neoliberais, tendo como resultado um país ainda mais “dual”, ampliando a concentração de renda e a polarização social. A segunda é bloquear as reformas neoliberais, afirmando um padrão de desenvolvimento que incorpore apenas minimamente a

maioria da população.

Uma terceira alternativa é derrotar o neoliberalismo e realizar reformas estruturais que garantam a soberania nacional, a democratização profunda do país, a retomada do crescimento econômico com base na criação de um mercado interno de massas. Esta é a alternativa democrática e popular, o “projeto nacional” que defendemos para o Brasil, que só se tornará viável caso o poder passe às mãos de um bloco de forças políticas e sociais hegemônicas pelos trabalhadores.

As elites brasileiras não estão dispostas a apoiar um projeto nacional desta natureza, por dois motivos: porque exigirá um rompimento com a atual ordem internacional; e porque exigirá alterações muito profundas na ordem econômico-política e social nacional.

Ainda que nosso projeto nacional não seja incompatível, em tese, com o capitalismo, na prática ele só será realizado caso derrotemos os grandes capitalistas, caso coloquemos sob controle social boa parte das grandes empresas hoje sob controle privado. É por isso que nosso projeto nacional, baseado em reformas estruturais de natureza democrática e popular, se *combina com a construção do socialismo* no Brasil. Isso exigirá audácia para não se deter diante das pressões no sentido de brechar o processo, estabelecendo uma muralha da China entre as reformas estruturais e o socialismo. E exigirá, também, maturidade para enfrentar as pressões esquerdistas, que visem a acelerar o processo mediante a supressão de todas as relações capitalistas.

O aspecto-chave da alternativa democrática e popular é criar um país para todos, contando com nossas próprias forças. Ou seja: transformando o mercado interno de massas no principal sustentáculo do desenvolvimento econômico nacional. Daí decorrem as seguintes implicações: o Brasil rejeita o caminho que o neoliberalismo aponta para chegarmos ao primeiro mundo; rejeitamos inclusive o objetivo de

“chegar ao primeiro mundo”, com o qual seremos forçados a nos enfrentar; nosso modelo de sociedade não é o capitalismo de tipo europeu ou americano, ainda que nos disponhamos a absorver vários de suas características; pretendemos utilizar o mercado interno de massas como sustentáculo, o Estado como indutor econômico e a pequena e média propriedade privada como instrumentos de desenvolvimento; não nos deteremos diante da grande propriedade capitalista, toda vez que ela se converter num obstáculo político ou econômico aos nossos objetivos.

Em síntese: os socialistas defendem como objetivo programático para este período a construção de uma alternativa democrática e popular articulada com o socialismo. Através das reformas estruturais, construir um país soberano, profundamente democrático e voltado para elevar continuamente as condições de vida da maioria da população. Estas reformas estruturais já são parte do processo de construção do socialismo, não consistindo numa etapa de desenvolvimento de um “capitalismo popular”. Apesar da manutenção em vasta escala de relações capitalistas, é possível dizer que as reformas estruturais já constituem parte do processo de construção do socialismo, por três motivos: porque alteram a correlação de forças na sociedade, em prejuízo do grande capital; porque darão base à hegemonia política das forças socialistas; e porque o respeito à propriedade e aos interesses do grande capital estará subordinado aos interesses do nosso projeto.

Definir os caminhos estratégicos

No Brasil, as forças que se opõem às reformas estruturais (o grande capital nacional e internacional e os setores da população por eles hegemonzados) controlam o poder econômico, a maior parte do poder de Estado, as forças armadas, os grandes meios de comunicação de massa e um grande número de instituições igualmente poderosas, como igrejas e escolas.

Enquanto as camadas conservadoras da sociedade brasileira detiverem tal soma de poder, não haverá transformações estruturais. Por isso, é central definir os caminhos pelos quais a esquerda pretende conquistar o poder.

O poder não apenas se toma, mas também se constrói. Na luta política cotidiana, as forças populares vão se dotando de poder, ampliando sua consciência política, influenciando instituições (os sindicatos, por exemplo), criando novos instrumentos (a CUT, uma imprensa socialista). Mas o poder também se “toma”: por isso, é preciso enfrentar a polêmica acerca do “caminho eleitoral” *versus* o “caminho revolucionário” de tomada do poder.

A via eleitoral possui limites e possibilidades muito claras. Ela não atinge diretamente diversos dos centros de poder, como o econômico, o judiciário e as forças armadas. Ela permite estabelecer, no máximo, um controle superficial e desigual sobre o Estado, cabendo à oposição grandes parcelas de poder, suficientes para obstaculizar “democraticamente” quaisquer reformas mais profundas. Assim, é muito improvável que, pela via eleitoral, se consiga reunir o poder necessário para realizar as transformações estruturais. Isto sem falar nas condições antidemocráticas em que se dão os processos eleitorais, particularmente no Brasil, numa combinação de poder econômico, monopólio da mídia e regras eleitorais prejudiciais para a esquerda.

A esquerda socialista que conseguiu chegar ao governo federal, após superar os infinitos obstáculos que se antepõem a uma vitória eleitoral, terminou sendo cooptada (como na França ou na Espanha) ou foi apeada do poder (como no Chile). Entretanto, enquanto prevalecerem condições minimamente democráticas, cabe à esquerda disputar eleições, como um momento de propagandear e submeter ao veredito popular as reformas estruturais que almejamos realizar, disputando projetos e construindo nossa hegemonia. E, caso vencemos as eleições, cabe implementar as reformas (guardadas as pro-

porções, o mesmo vale à escala federal, estadual e municipal). Mas com consciência dos limites deste caminho.

A vitória da esquerda numa disputa presidencial *não resolve o problema do poder* e, portanto, não elimina a necessidade de uma ruptura revolucionária; o exercício do governo federal, exatamente por possibilitar a realização de algumas reformas estruturais, aguçar as contradições de classe no país, podendo: ou conferir à esquerda novos instrumentos para organizar o povo e a legitimidade indispensável para resistir à reação; ou levar a esquerda para a paralisia, o administrativismo e o distanciamento entre seus compromissos e sua prática real de governo.

A via revolucionária possui outras possibilidades e limites. Os processos revolucionários revolvem todos os centros de poder e, portanto, possibilitam tanto executar as reformas com a radicalidade necessária, quanto enfrentar a oposição com a dureza indispensável. É claro que as revoluções possuem um custo político, econômico e social bastante alto – principalmente devido à reação das elites. Entretanto, pagamos um custo muito maior pelo fato de, em nosso país, nunca ter acontecido nenhuma revolução. É isso que está por trás do conservadorismo das elites e de sua desfaçatez em explorar sem limites nosso povo. Cabe à esquerda recuperar, na história brasileira, as várias experiências de luta social – mesmo com enfrentamento armado – em que o nosso povo esteve envolvido. Mesmo limitadas, foram momentos importantes de nossa história política, econômica e social.

Uma das grandes dificuldades da via revolucionária está na sua excepcionalidade: as revoluções são processos raros, que ocorrem em condições internacionais e nacionais muito específicas. A maioria das revoluções ocorridas no século vinte está intimamente ligada a três grandes processos traumáticos: a Primeira Guerra, a Segunda Guerra e o “choque do petróleo”. E tiveram lugar em países onde a sociedade vinha sendo revolvida há décadas, onde as elites dominantes perdiam pro-

gressivamente as condições de controlar a sociedade e onde enormes parcelas do povo já não aceitavam viver como antes.

A esquerda brasileira está diante de uma difícil situação: a possibilidade de vitória numa eleição presidencial, presente em 1989 e 1994, mas que agora parece se tornar bem mais distante, não fornece poder suficiente para a execução das reformas estruturais. E a via revolucionária depende de uma série de condições internacionais e nacionais, sobre as quais a ação *direta* da esquerda parece influir pouco. Mas a situação não era muito diferente nos países que viveram grandes revoluções. Não fosse a Primeira Guerra, dificilmente os bolcheviques teriam deixado de ser um grupo minoritário na política russa. Não fosse a Segunda Guerra, dificilmente o exército popular dirigido pelos comunistas chineses teria conseguido chegar ao poder.

Defendemos a preparação da esquerda brasileira para um prolongado acúmulo de forças. Que aproveite cada possibilidade aberta pela via eleitoral, mas sem depositar nela nenhuma expectativa exagerada, nem organizar em torno dela o *esforço estratégico principal*. E que se prepare para aproveitar as possibilidades que o cenário nacional e internacional parece oferecer, a médio prazo, para os revolucionários. Em escala internacional, um dos cenários é a radicalização dos conflitos e a ocorrência de crises gerais do sistema. Em escala nacional, há uma tendência de agravamento das condições econômicas, políticas e sociais. Há espaço para uma política revolucionária no Brasil, desde que ela se baseie, sem arredar um único milímetro disto, na luta de massas, na organização dos setores populares.

Do ponto de vista estratégico, a direita do PT desistiu do socialismo. E o "centro" do PT desistiu da revolução. Converteram a alternativa democrática e popular numa "etapa" prévia e distinta do socialismo. Depositaram todas as suas expectativas no processo eleitoral. Ao fazê-lo, acabaram desenvolvendo uma política de acúmulo de forças que corrói

nossas bases sociais, abandona os compromissos populares, vai sendo absorvida pela hegemonia capitalista, e que ao fim acaba por aniquilar até mesmo as possibilidades eleitorais.

Num resumo esquemático: em 1989, defendíamos que nosso caminho para o poder passava pela disputa, conquista e exercício do governo federal. A derrota de 1989 e o rebaixamento programático que se seguiu levaram um importante setor do partido a abandonar a disputa pelo poder, concentrando-se apenas na disputa pelo governo. Ocorre que um partido de esquerda, quando se volta apenas para a disputa pelo governo, vai perdendo apoios sociais, base militante, combatividade... e com isso vai perdendo progressivamente a capacidade de disputar e vencer até mesmo as eleições (e, quando as ganha, não consegue governar de maneira a acumular forças para nosso projeto estratégico). Ou seja, a estratégia de “disputar governos” é o caminho para nos transformar num partido de oposição permanente (e/ou num partido que se limita a disputar governos locais e governos estaduais secundários).

Realizar um prolongado acúmulo de forças

Neste prolongado acúmulo de forças, ao lado da organização partidária, da luta ideológica e da disputa institucional, terá principalidade a organização e unificação, *na luta social*, dos setores populares interessados na realização das reformas estruturais. Noutras palavras, é preciso reorientar nossos esforços, dedicando total energia ao trabalho de massa, junto aos movimentos sociais. Nessa atividade, devemos estabelecer quais os setores sociais prioritários, quais as políticas para cada movimento social específico e quais os temas que devem centralizar nossa atividade tática.

O principal esforço organizativo deve ser dedicado às classes trabalhadoras, especialmente àqueles setores cujo peso econômico ou influência política são mais destacados: os operários industriais, os funcionários das empresas estatais (especialmente nos setores estratégicos), os trabalhadores

rurais sem-terra, os trabalhadores com contato direto com a maioria da população (médicos, professores etc.). Esses trabalhadores podem ser atingidos via atividade direta do Partido, ou pelo trabalho partidário nas entidades que os organizam: movimentos populares, sindicatos, associações culturais etc.

É preciso organizar a juventude. É visível o envelhecimento do movimento socialista e um processo cada vez mais amplo de desmoralização da juventude, a partir da exaltação dos valores consumistas e individualistas. A juventude vê-se diante de dificuldades cada vez maiores, que a impedem de realizar-se profissional e espiritualmente. Ao lado da organização tradicional da juventude, nos movimentos estudantis e no Partido, é preciso desenvolver novas formas de abordagem, com destaque para a temática cultural.

Em terceiro lugar, é preciso atentar para o crescimento da massa de excluídos, que para além do lumpesinato, inclui os jovens que não conseguem seu primeiro emprego, os milhares de atingidos pelo desemprego estrutural, os excluídos do consumo. É preciso atenção particular para as lutas afro-culturais já existentes, além de trazer os militantes negros para uma luta política qualificada, considerando a sua diversidade, criando fóruns de discussão para a elaboração de um plano de ação. Enquanto a esquerda, acostumada a formas organizativas de molde sindical/popular/estudantil, encontra dificuldades em organizar estes setores, as elites o fazem por meio da mídia, das igrejas evangélicas e da criminalidade, transformando-os numa importante reserva estratégica das elites contra o movimento socialista. Organizá-los e conduzir suas lutas supõe uma política de organização mais disciplinada, audaciosa e com fortes componentes ideológicos.

É preciso continuar o trabalho de organização dos chamados setores médios. Seja por seu papel no acúmulo de forças; seja por sua importância na viabilização das reformas estruturais, estes setores devem merecer atenção especial. Entretanto, é preciso estar atento para a pressão que sofrem por parte dos conservadores neoliberais, por meio do niilismo,

do misticismo e dos setores de centro-direita do PT.

Consolidar a organização e a unidade destes quatro grandes setores sociais – os trabalhadores, os jovens, os excluídos, os setores médios – pressupõe fortalecer suas entidades específicas e gerais. Mas exige principalmente unificar seus objetivos programáticos, suas ações de massa, convergir seus esforços para a luta comum pelas reformas estruturais, fazer com que cada movimento social faça sua a bandeira das reformas estruturais.

Supõe, também, que se organize partidariamente estes setores sociais. Isso exige superar a concepção dominante no PT, de *partido-lago* (onde desembocam os diferentes e independentes esforços de organização popular), afirmando em seu lugar a concepção de *partido-fonte* (de onde parte um trabalho sistemático de organização popular, submetido a avaliação e ao controle coletivo da militância). Um partido que organiza a atuação de seus militantes, desde a base até as direções.

O caráter estratégico da questão agrária

A agricultura brasileira nunca passou por um processo de crise como o atual. É uma crise geral, mas atinge sobretudo os pequenos produtores e os trabalhadores assalariados. Essa crise tem sua origem nos problemas estruturais da forma de organização da produção agrícola, baseada na concentração da propriedade da terra e no estímulo à monocultura de exportação. E se agravou com a política econômica neoliberal, que relega a segundo plano a questão da agricultura.

A agricultura é tratada como uma das âncoras do Plano Real (“âncora verde”), o que impõe um grande sacrifício ao setor. Estima-se que em 1995 a agricultura sofreu uma evasão de renda equivalente a cerca de US\$ 9 bilhões. Os preços dos produtos agrícolas estão defasados, em função da política de manutenção do preço da cesta básica, para viabilizar uma política salarial de arrocho, especialmente do mínimo. Os preços agrícolas sofreram uma defasagem de 27%, prejudicando especialmente os pequenos agricultores,

que produzem para o mercado interno.

A agricultura familiar vem sendo atingida duramente pela falta de uma política agrícola diferenciada, que estimule a produção agropecuária. Os três pilares que sustentam uma política agrícola governamental: preços justos, crédito para investimento e seguro agrícola, deixaram de ser instrumentos de apoio à agricultura familiar.

Além dos baixos preços e da inexistência de uma política agrícola, a situação dos pequenos produtores se agravou com o Mercosul, que abriu as fronteiras e eliminou taxas de importação à entrada de inúmeros produtos agrícolas de nossos vizinhos, que produzem em condições diferenciadas.

Muitas cidades, principalmente os pequenos municípios com grande dependência da agricultura, estão em colapso, o que traz reflexos negativos na arrecadação de impostos. Os setores produtivos e o comércio destas cidades são levados à falência, agravando ainda mais o desemprego e o êxodo rural.

O neoliberalismo traz ainda conseqüências indiretas, como o fechamento de agências bancárias (em muitos casos, a única agência da cidade), os serviços insuficientes dos correios, a terceirização e privatização do setor elétrico. Serviços como telefonia e eletricidade, além de outros serviços públicos (que hoje já são escassos) tendem a piorar, pois não haverá investimento em regiões que apresentem menor retorno econômico.

A política governamental para o setor agrícola continua beneficiando a minoria das elites rurais. A chamada bancada ruralista utiliza seu poder de *lobby* para aumentar os privilégios. Assim foi na securitização da dívida dos fazendeiros, nos subsídios do Proálcool e dos usineiros do Nordeste.

As promessas de campanha do governo FHC, de apoio à agricultura familiar e assentamento de 280 mil famílias de trabalhadores, ficaram apenas na retórica eleitoral.

O campo passa por um enorme processo de exclusão. A tecnologia poupadora de mão-de-obra, a concentração da

terra no latifúndio, a crise econômico-financeira e a urbanização têm sido os maiores responsáveis por este processo. A estrutura fundiária no Brasil é a mais injusta do mundo, com uma concentração de terras de dimensões vergonhosas. Enquanto poucos detêm milhões de hectares ociosos, centenas de milhares de famílias sem-terra são impedidas de produzir.

Nossa estratégia: o que queremos no campo

Apesar de toda a crise e da gravidade dos problemas sociais, existem no campo 23 milhões de trabalhadores rurais (42% da população economicamente ativa), nas diferentes categorias e formas de trabalho, desde pequenos agricultores a assalariados rurais. Existem 5 milhões de estabelecimentos de agricultura familiar, que lutam pela sobrevivência e produzem a maior parte dos produtos para o mercado interno. O setor agrícola produz em torno de 50 bilhões de dólares anuais, correspondente a 12% do PIB nacional.

Um programa estratégico de mudanças sociais inclui necessariamente uma profunda reestruturação do campo, tendo como base a reestruturação da propriedade da terra, com a democratização do acesso à terra e a organização da produção em outros moldes.

A luta pela reforma agrária é hoje, mais do que nunca, uma necessidade estratégica. A reforma agrária é uma questão nacional e deve envolver amplos setores sociais. A reforma agrária atinge um dos pilares do capitalismo brasileiro, que é a grande propriedade privada da terra; e enfrenta a dominação político-ideológico-eleitoral exercida pelas oligarquias rurais sobre a população camponesa. A reforma agrária é, ainda, um dos elementos fundamentais para que se possa encaminhar soluções aos graves problemas sociais de nosso povo, mesmo nas cidades, como emprego, moradia, combate à fome, à marginalidade social e ao inchaço desordenado das grandes metrópoles.

Do ponto de vista tático, a reforma agrária também adquiriu enorme importância. O projeto neoliberal não consegue

apresentar alternativas e nem cooptar os excluídos do campo, gerando as condições para mobilizações populares e construção de movimentos de massa em vários setores do campo.

É necessário um projeto de desenvolvimento rural para a sociedade brasileira, que compreenda: a melhoria permanente e igualitária das condições de vida para todos os que vivem no meio rural; condições de desenvolvimento homogêneo das forças produtivas, da agroindústria, da industrialização do interior do país; acesso, para todos os trabalhadores rurais, às condições de habitação, saúde, educação, cultura e lazer.

Precisamos ter uma política agrícola baseada em preços adequados, crédito para investimento e seguro agrícola, no sentido de garantir um desenvolvimento da agricultura familiar e cooperativada como uma das principais formas de reorganização da produção agropecuária em nosso país.

Nossas tarefas específicas

A concepção estratégica da reforma agrária, como uma luta de toda sociedade e não apenas uma luta corporativa dos sem-terra, nos leva a desenvolver ações também nas cidades. Já existem inúmeras experiências de conscientização, politização, aglutinação e organização de trabalhadores e populações excluídas das cidades, que também se sensibilizam e permitem vislumbrar mobilizações massivas nas cidades.

Nos últimos dez anos surgiram e se desenvolveram novas e diferenciadas formas de organização dos trabalhadores no campo. Entre elas, destacam-se as organizações que adquiriram amplitude nacional: o MST, o Movimento de Mulheres Agricultoras, o MAB (Movimento de Atingidos por Barragens), os movimentos de pescadores, seringueiros, povos indígenas, jovens e assalariados. Esses movimentos contribuíram não somente com conquistas para seus setores, mas contribuíram nas lutas de massa da classe trabalhadora, na construção e fortalecimento da CUT e do PT. É tarefa nossa continuar estimulando e participando ativamente nos movimentos sociais do campo, como uma das principais

ferramentas que a classe trabalhadora brasileira desenvolve no seu processo de organização, politização e de luta por transformações sociais radicais.

O sindicalismo de trabalhadores rurais teve muitos avanços nos últimos anos. Surgiram as oposições sindicais, depois articulou-se o Departamento de Trabalhadores Rurais da CUT, e agora a Contag filiou-se à CUT. Persiste, no entanto, uma série crise na estrutura e no funcionamento do sindicalismo de trabalhadores rurais, agravada pela crise da agricultura. É necessário que nos esforcemos para encontrar as soluções que levem à reconstrução de um sindicalismo no campo, de massa e de luta, classista e organizado na base.

Entre a juventude rural, cresce o desânimo, a falta de oportunidades de trabalho, estudo, cultura e lazer. Mas há também diversas experiências importantes, de trabalhos aglutinadores no campo pastoral, cultural, de movimentos e dos sindicatos. É necessário que priorizemos um trabalho com os jovens do campo, seja em articulações específicas, seja garantindo sua incorporação nos movimentos e organizações existentes.

A ocupação contínua de latifúndios improdutivos credenciou o MST como principal porta-voz da luta pela Reforma Agrária e pela justiça no campo, conscientizando a população sobre o papel essencial que a distribuição das terras representa na construção de uma democracia no Brasil.

O MST tem características que devem ser estudadas por nós. Por exemplo: suas bandeiras são simultaneamente ideológicas, de massa e radicalizadas. Trabalham essencialmente a organização dos excluídos e têm um modelo de direção nacional. O MST cria e emprega símbolos com eficácia. A imensa responsabilidade depositada no MST demanda mais do que sua capacidade de resposta. Por isso, devemos auxiliá-lo de qualquer forma possível e ao máximo de nossas capacidades, inclusive como uma das maneiras de (aprender a) construir uma ponte com os excluídos urbanos, os favelados e os miseráveis.

Já há alguns anos vem se desenvolvendo o Grito da Terra, metodologia de mobilização unitária dos trabalhadores rurais, que agrega as diversas organizações e entidades de apoio do campo brasileiro. Consideramos essa iniciativa das mais promissoras, e devemos desenvolver esforços para garantir sua amplitude, unidade e massificação, para que se transforme num poderoso instrumento de mobilização de massas, contra o projeto neoliberal, contra o descaso com a agricultura e com os trabalhadores, e como forma de arrancar conquistas e politizar as lutas no campo.

Existem no Brasil em torno de 6 milhões de assalariados no campo, seja temporários (bóias-frias) ou permanentes. Milhares deles são submetidos à necessidade da migração temporária e ao abandono de seus familiares. Precisamos estimular a organização independente dos assalariados, seja nos sindicatos específicos, seja em movimentos de luta, que consigam pelo menos defender seus mínimos direitos.

A qualificação das lideranças e dos militantes do campo é também fator decisivo para nosso projeto de reforma agrária. Conclamamos o engajamento nos programas específicos de formação para militantes do campo, levando em conta suas características socioculturais, de hábitos e níveis de consciência. As experiências formativas desenvolvidas revelam que há uma especificidade a ser construída em torno de métodos de formação político-ideológica no campo.

É preciso conscientizar as organizações do campo e desenvolver lutas massivas contra três instrumentos, que são a ponta de lança do neoliberalismo na agricultura: o Mercosul, a Lei das Patentes e a Lei de Cultivares. É necessário desenvolver um trabalho de informação, conscientização e preparação de lutas concretas que consigam barrar esses três projetos, durante seu processo de implementação no campo.

Apoiamos a luta do Movimento Indígena pela garantia de demarcação de suas terras e pelo estabelecimento de relações democráticas no campo. Atualmente, fortalecer a luta é manifestar-se pela revogação do decreto 1.775, de 08/01/96,

que muda a sistemática de demarcação das terras indígenas.

Existem no campo diversas experiências localizadas de organização autônoma da produção e/ou de comercialização agrícola. Devemos ver essas experiências como uma importante trincheira de resistência e estimular a organização da produção e comercialização de forma autônoma e associativa. Essas experiências, ainda que nesse momento sejam pouco representativas no controle do mercado, formam militantes, permitem adquirir experiências e politizam os envolvidos acerca das armadilhas do que significa o mercado capitalista.

Uma política correta nas eleições municipais

As eleições municipais de 1996 se darão num contexto absolutamente diferente de todas as outras disputas que o partido enfrentou. Enfrentaremos estas eleições em um período descendente da luta da esquerda e dos trabalhadores, tanto no plano nacional quanto no internacional.

O bloco social constituído em torno da candidatura FHC e do PSDB/PFL/PTB, que continua solidificando-se a partir do Governo Federal e dos governos estaduais e partidos aliados, como PMDB, PPB e PL, percebe o valor estratégico de todo o período 1995/1998. Será neste tempo que tal bloco buscará consolidar um novo modelo de acumulação subordinada para o país e, com ele, um novo período de hegemonia ideológica e política. Uma vitória maciça das plataformas identificadas com este bloco significará uma aprovação plebiscitária ao governo e suas políticas, a consolidação e ampliação da sua base política de sustentação, conferindo ao governo FHC maior capacidade de implementação das reformas neoliberais.

Para o PT, a situação está agravada pela força do adversário e, também, porque entramos nessas eleições sem os referenciais de ordem ideológica, estratégica e tática que nos conferiam unidade e organicidade.

A seqüência de derrotas nas eleições presidenciais, em particular o caráter da derrota em 1994, corroeu boa parte do

que ainda restava de sentido nacional e estratégico de uma disputa como esta. Antes, a meta de conquistar o governo federal, para aplicar reformas estruturais anticomunista, conferia às disputas municipais de 1985, 1988 e 1992 um papel de acumulação de forças.

A diluição desta perspectiva pressiona ainda mais o Partido a um jogo localista e pragmático, com um único objetivo: obter resultados eleitorais, independente do programa e da estratégia. Se antes buscávamos acumular forças, agora o partido está voltado para “conquistar espaço”, num jogo internista e pragmático.

A burguesia implementa uma dupla estratégia para anular o PT: simultaneamente, combate e interfere. Ancorados em um clichê do pensamento conservador brasileiro, o da supremacia da conciliação política sobre o debate público e transparente, a burguesia continuará constringendo as expressões radicais do Partido. Buscará isolar todas as candidaturas e programas do Partido que tenham como base a crítica contundente ao quadro geral da política brasileira e ponham em risco o *establishment* local.

Essa é a estratégia secundária para derrotar a esquerda no país. A estratégia principal é moldar e interferir nas definições do PT. Sustentado num verdadeiro “fogo de barragem” dos meios de comunicação em favor do consenso neoliberal, sob o título da “modernidade”, a burguesia pressionará o PT em direção a um programa centrista, a um discurso moderado, ao abrandamento da crítica à crise brasileira, e buscará interferir na indicação dos candidatos.

Não porque estaria disposta a conviver com um crescimento eleitoral do PT em troca de sua direitização; mas sim porque esta estratégia leva o PT a uma derrota por asfixiamento, isolado em centenas de frações locais sem projeto nacional e, principalmente, sem caráter transformador, o que aniquila qualquer pretensão política de maior porte no futuro imediato.

O Partido também deverá compreender o caráter estratégico destas eleições para a disputa de hegemonia. Deve compreender que as reformas neoliberais em curso são incapazes de constituir um modelo de desenvolvimento que incorpore a totalidade da sociedade brasileira. A trajetória histórica das elites não nos permite sonhar com a perspectiva de um “capitalismo para todos”. A incorporação das maiorias somente se dará por meio de reformas estruturais de caráter democrático-popular que, por si, significarão conflitos profundos com o atual bloco no poder.

Este sentido de disputa de hegemonia deve presidir nossa estratégia nestas eleições. Devemos perseguir dois objetivos. O primeiro e imediato, transformar esta disputa num ponto de apoio popular para barrar as reformas neoliberais. O segundo, reverter o sentido descendente de nossa política de acúmulo de forças. Para isto, o caminho incontornável será o da polarização de projetos, por meio da crítica contundente ao modelo e aos partidos e governos que o sustentam e realizam; e a demonstração da capacidade da esquerda governar os municípios com justiça social e competência.

A polarização e a nitidez política de nosso projeto devem ser os valores fundamentais. A sociedade precisa perceber que existe alternativa política real ao projeto neoliberal e ao governo FHC. Sem isto, não só lograremos uma derrota nesta disputa, como inviabilizaremos qualquer capacidade de reação a médio prazo.

O plano de estabilização econômica, ainda que seja um mito no imaginário social e objeto central da propaganda oficial e conservadora, tem aprofundado a concentração de renda e riqueza neste país. A queda real da massa salarial no Brasil, a crise da agricultura, a incapacidade de realizar a reforma agrária e o aumento geométrico do desemprego, urbano e rural, são visíveis no dia-a-dia e não só nos índices estatísticos. A população percebe tais efeitos mas somente se mobilizará em um voto contrário ao desemprego e à miséria

se perceber, também em seu imaginário, a existência de uma alternativa nacional de desenvolvimento. Infelizmente, as posturas da Direção Nacional da CUT na negociação da reforma da previdência; e a divisão e conseqüente, diluição do discurso do PT, não colaboram para a fixação desta alternativa e não nos deixam otimistas quanto a esta possibilidade.

Chances reais de vitórias em algumas cidades significativas existem. De um lado pelo efeito perverso da política neoliberal, de outro pela divisão do bloco conservador- neoliberal na disputa do poder local. Não serão raros os casos em que se confrontarão PSDB contra PFL, PPB contra PTB, PMDB contra PSDB, e assim por diante. Entretanto, o cenário mais provável é o de um baixo resultado para o PT, inclusive em vários municípios onde somos governo.

O Partido deve construir um programa de governo baseado na inversão de prioridades e na democratização das decisões municipais. Estabelecer uma tática de campanha ofensiva, que exponha as diferenças e as responsabilidades sobre a crise econômica. Nos municípios, e sobre o município, recai a mais clara manifestação da miséria a que está submetido o povo. Responsáveis por mais da metade dos investimentos públicos realizados no país na última década, os municípios estão sendo penalizados com o aumento dos encargos e das necessidades da população, sem um aumento significativo das receitas. Ao contrário: se já não bastasse a recessão, o governo FHC corta verbas e acena sistematicamente com uma reforma tributária que concentrará ainda mais os recursos públicos.

A tática geral de polarização contra o neoliberalismo exige: apresentar candidaturas de nítido perfil popular e de esquerda como forma de quebrar este consenso imposto pelas elites; e estabelecer alianças de caráter popular, demarcando os campos de sustentação do projeto neoliberal e do projeto democrático-popular, não confundindo a sociedade com alianças localistas com os partidos que sustentam o governo FHC e seus aliados estaduais.

A esquerda tem a obrigação de chamar o conjunto do

partido a assumir uma postura popular e reconstruir o sentido estratégico e nacional de sua ação. Devemos garantir e efetivar as formas mais democráticas para as definições do Partido, com encontros de base e participação direta da militância: que a base tome para si a responsabilidade da linha política, independente das pressões realizadas de fora para dentro do PT e que nele encontram espaço para proliferação.

Por uma hegemonia democrática, socialista e revolucionária

Cabe à esquerda petista disputar os rumos do Partido, buscando transformá-lo num partido capaz de dirigir o processo de reformas estruturais na sociedade brasileira, rumo ao socialismo. Isto exige enfrentar os problemas que têm descaracterizado o PT e que ameaçam transformá-lo num partido da ordem, que se opõe quando muito ao governo, mas não ao capitalismo.

Os principais problemas do PT, vistos de uma perspectiva socialista e revolucionária, são os seguintes: a) diminuiu a influência do socialismo no interior do Partido, crescendo no seu lugar concepções melhoristas; b) o partido não possui mais uma estratégia de poder, nem tampouco uma estratégia de governo, mas tão somente uma estratégia de “poder local”, que na prática nos conduz a sermos um partido de flácida oposição ao neoliberalismo; c) o partido vem perdendo bases sociais organizadas, substituídas por bases eleitorais difusas; d) o partido atrai cada vez menos jovens e renova cada vez menos seus quadros; e) crescem os interesses fisiológicos, diretamente ligados à possibilidade de construir, por intermédio do PT, uma carreira política tradicional; f) o partido subestima (na prática, ainda que não no discurso) a importância das lutas sociais e superestima a importância das eleições e da chamada institucionalidade; g) a democracia interna vive sob a ameaça dos notáveis e dos interesses menores, sendo cada vez mais

distorcida pelas filiações em massa, devido às prévias para escolher candidatos a prefeito.

Tomados no conjunto, estes problemas podem ser assim resumidos: o PT está sendo cooptado, está deixando de ser um partido socialista, está se transformando num partido da ordem. Corre o risco de se converter numa *subsocio-democracia*. Enquanto a social-democracia abandonou o socialismo e a revolução, no curso de um processo de ele-vação significativa das condições de vida do conjunto da classe trabalhadora; o PT está sendo cooptado no curso de um processo de queda do padrão de vida da classe, mas de assunção de vários de seus líderes à condição de integrantes da elite dirigente do país.

Diante deste processo, há fenômenos individuais ou coletivos de saída do Partido. Poucas vezes em direção a outros partidos, até porque o PCB, o PCdoB e o PSTU não conseguem ser alternativa, até porque apresentam problemas muito semelhantes aos do PT, ou de algumas de suas tendências internas. Na maioria das vezes, as pessoas saem do PT em direção à uma militância acadêmica ou diretamente nos movimentos sociais. Noutras vezes, se afastam de qualquer atividade política. Se o PT como um todo perde com isso, perde mais a esquerda do PT, de onde provém a maior parte dos decepcionados e insatisfeitos.

A esquerda do PT deve combater este processo. Primeiro, por ser ela a maior prejudicada. Segundo, porque a cada saída diminuem as possibilidades de deter a domesticação do PT. Terceiro, porque a existência do PT, com todas as suas contradições, ainda é um fator positivo para a luta pelo socialismo. Quarto, porque há enormes reservas sadias no interior do partido, que podem reverter este quadro de decomposição. Quinto, porque um fenômeno histórico da dimensão do PT só pode ser superado (por outro partido, por exemplo) em condições muito especiais.

Lembramos que o Partido Comunista foi hegemônico na esquerda brasileira por quatro décadas; sua crise prolongou-se

pelos anos 60 e 70, a partir de um grande episódio de desmoralização pública: o golpe de 1964; mas só nos anos 80 se construiu uma organização, o PT, capaz de desempenhar em relação ao conjunto da esquerda um papel similar ao que os comunistas desempenharam antes.

O processo de descaracterização do PT está extremamente avançado. Não sabemos se haverá tempo hábil e competência política de nossa parte para detê-lo. Pode vir a se tornar insuportável a convivência com certas práticas que se expandem no partido, especialmente onde somos governo. Pode ser que setores do PT, dispostos a tornar o partido palatável para as elites, tentem expulsar a esquerda petista. Estes são desdobramentos possíveis, mas indesejáveis. Nosso objetivo deve ser o de reafirmar uma hegemonia socialista e revolucionária no interior do partido, tarefa que depende da ampliação da força da esquerda *fora da máquina* partidária: nos movimentos sociais, nos processos eleitorais, na luta de idéias.

Se fosse possível escolher, o melhor momento para a esquerda recuperar a maioria seria numa conjuntura de ascenso da luta política no país, combinada com a perda de controle político da atual maioria sobre as bases partidárias – exatamente como aconteceu em 1993. Outros cenários são possíveis: um contexto de derrota eleitoral, por exemplo. Importantes setores militam no partido devido a seus atrativos eleitorais; caso estes atrativos diminuam, é possível que estes setores se afastem da militância ou busquem abrigo noutros partidos.

Em qualquer caso, a esquerda petista só terá condições de reassumir a maioria, caso esteja na linha de frente da luta contra a transformação do PT em partido de aluguel, como já acontece em várias cidades; caso esteja na linha de frente da luta contra a destruição do PT como instância; caso esteja na linha de frente contra os que pretendem transformar o PT numa alternativa *confiável* à *débauche* do neoliberalismo.

Organizar a Articulação de Esquerda

A esquerda petista deve se capacitar a executar as tarefas citadas ao longo deste texto. Para isso é preciso um exame crítico de nossas enormes insuficiências: a) a falta de clareza político-programática; b) o baluartismo (“minha tendência, meu mundo”); c) a transformação das tendências em instrumentos para *lobby* de parlamentares ou grupos regionais; d) o aparelhismo e a falta de base social; e) a propensão de vários setores da esquerda a cumprir o papel de força auxiliar da maioria de centro-direita, coonestando práticas e políticas inaceitáveis, como aconteceu à época da campanha presidencial.

Nenhuma tendência da esquerda, sozinha, será capaz de cumprir as tarefas necessárias ao atual período. A soma de todas as tendências de esquerda, se não for capaz de articular a enorme quantidade de militantes de esquerda independentes, também não será capaz de dar conta destas tarefas. Tampouco a soma das partes resultará em algo melhor, se não a forjarmos num processo de unidade de ação, em que se realize uma síntese programática e orgânica. Este processo pode demandar anos, ainda que o ideal fosse realizá-lo em meses.

Analisar as causas da derrota

É importante que a esquerda petista analise as causas de sua derrota no 10º Encontro. As causas imediatas são: a) o impacto da derrota de Lula, debitado em grande medida na conta dos que, formalmente, dirigiam o partido e a campanha presidencial; b) os erros cometidos pela esquerda durante o período 1993-95; c) a cooptação, pela Unidade e Luta, de várias lideranças vinculadas à esquerda petista; d) o inchaço de diversos encontros municipais, beneficiando a centro-direita partidária; e) a cassação dos delegados eleitos pelo encontro da Paraíba, majoritariamente vinculados à esquerda (segundo a comissão de ética, as acusações que motivaram a

cassação foram depois consideradas improcedentes e falsas. Mesmo assim, a maioria do Diretório Nacional aprovou uma condenação).

A derrota de Lula nas eleições presidenciais de 1994 deveu-se, no fundamental, à unidade das elites, expressa: a) na aliança em torno da candidatura FHC; b) no apoio das elites ao plano real; c) no engajamento coordenado de seus recursos econômicos, de mídia e governamentais a favor da candidatura tucano-pefelista. Entretanto, é evidente que a política seguida pela maioria da direção partidária desde 1990 e prosseguida, apesar do 8º Encontro, pela campanha presidencial de 1994, facilitou o trabalho das elites. A demora em perceber as possibilidades de impedir Collor. O esforço de diluir a participação do PT no movimento fora Collor, minimizando nossa crítica ao neoliberalismo e aceitando os limites do movimento pela ética na política. A recusa de boa parte da direção partidária, após o *impeachment*, da bandeira de antecipação das eleições, não se questionando a legitimidade da posse de Itamar e trabalhando-se pela participação (direta ou indireta) em seu governo. A tentativa de impingir ao partido o parlamentarismo. A flacidez de nossa oposição ao governo Itamar. A tentativa de uma aliança entre o PT e o PSDB, mesmo depois de firmada sua aliança com o PFL. O apoio à revisão constitucional, na qual setores da direita partidária pretendiam defender teses afinadas com o coro neoliberal. Uma campanha “de campeão”, sem inimigos, sem partido, sem movimentos sociais, baseada unicamente nos altos índices das pesquisas.

A tática seguida pelo partido, de 1990 até 1994, facilitou o trabalho das elites nas eleições presidenciais. O caso do Plano Real é exemplar: a pequena oposição ao governo Itamar, o namoro com o PSDB e a idéia de que a “estabili-zação” seria útil (na medida que facilitaria “o início do governo Lula”), fizeram com que o Partido assistisse praticamente paralisado à montagem do plano. Uma vez o plano em marcha, o partido

acabou adotando uma linha predominantemente adesista (“o plano é bom, faltam medidas sociais: moeda forte com salário forte”). É bem possível que, se tivéssemos uma posição de crítica contundente ao plano real na época da campanha, fôssemos igualmente derrotados. No entanto, teríamos um saldo político e ideológico mais consistente para nortear os rumos do partido nos anos seguintes a 1994.

A esquerda não conseguiu imprimir, à campanha presidencial, um rumo diferente daquele desejado por Lula e seus aliados. Esta incapacidade deveu-se em parte à fraqueza da maioria de esquerda eleita pelo 8º Encontro: maioria formada a partir de duas chapas que, juntas, reuniam 60% da direção nacional; maioria nas instâncias partidárias, mas minoria na bancada federal (basta lembrar o esforço da bancada, e notadamente do líder à época, em combater a direção partidária e não a revisão constitucional), minoria nas bancadas estaduais e entre os prefeitos; maioria no partido, mas minoria no movimento sindical; maioria dividida em diversas correntes e personalidades, em conflito entre si e incapazes de criar um comando e uma vontade únicos.

A esquerda venceu o 8º Encontro principalmente devido ao divórcio profundo entre as bases partidárias e a maioria da então direção, divórcio visível principalmente no plebiscito sobre sistema de governo. Em certa medida, a esquerda expressou a vontade da base partidária, favorável a uma tática mais agressiva na campanha presidencial; quando teria sido necessário oferecer, não apenas outra tática, mas principalmente uma estratégia diferente, cuja implementação exigiria, além de tempo (de que não dispúnhamos), um trabalho organizativo e político de novo tipo nas várias áreas de atuação partidária.

A esquerda não esteve à altura destas tarefas. Várias de suas lideranças optaram por conciliar com a centro-direita partidária (demonstrando assim compartilhar da tese de que Lula já estaria eleito, não sendo conveniente se antipatizar

com o virtual presidente da República); ou simplesmente priorizaram suas campanhas proporcionais, como fez boa parte do PT, postura indiretamente estimulada pela campanha presidencial, que na prática desprezou o papel da mobilização militante.

Após as eleições, o centro e a direita do PT jogaram tudo para retomar o controle da máquina partidária, numa campanha cujo argumento principal era conferir “governabilidade” ao PT. Convém recuperar o fio da meada deste argumento: entre as diversas causas da derrota de Lula, se pinçava a ausência de unidade na direção partidária. Após supervalorizar este aspecto, se dizia que a ausência de unidade era devida ao fato de a direção eleita pelo 8º Encontro ser uma “federação de tendências”, muitas das quais não teriam nenhum compromisso ou capacidade para dirigir o partido. Como conclusão, se defendia um pacto de governabilidade, reunindo a Unidade na Luta, a Democracia Radical e os setores “responsáveis” da esquerda petista. Essa “nova” maioria daria ao PT, pretensamente, a estabilidade necessária para enfrentar o governo FHC.

É importante recapitular estes argumentos e confrontá-los com o que de fato ocorreu. O partido continua tão instável quanto antes, pelo simples fato de que não será por intermédio de maiorias aritméticas que se conseguirá equacionar nossas profundas divergências políticas. A não ser por meios administrativos, como ficou evidente no processo de composição da Executiva Nacional, na qual uma maioria de 54% conseguiu, até o momento, excluir 46% do PT. A “nova maioria” é um bloco, cuja cúpula é movida em grande parte por interesses eleitoreiros, obrigada a conciliar com interesses pragmáticos de seus apoiadores. Esse bloco está sob a hegemonia ideológica da Democracia Radical, com base em um projeto melhorista. Pior ainda: a nova maioria serve-se de métodos como o inchaço ocorrido em vários encontros municipais e, como mesmo isso não foi suficiente para garantir

a pretendida maioria de 70% dos delegados, a cassação de mandatos da esquerda, já no próprio Encontro.

A centro-direita partidária venceu o 10º Encontro por exígua diferença: 2 votos na tese guia, 54% nas chapas que compõem o Diretório Nacional, 36 votos de vantagem na disputa da presidência. Tem potencialmente maior capacidade de construir uma nova hegemonia, por ter um grande número de lideranças públicas e uma larga experiência de direção. Entretanto, não consegue construí-la por, jus-tamente, ser um bloco heterogêneo, cheio de interesses particularistas e aparelhistas. Além disso, importantes diretórios regionais continuam fortemente influenciados pela esquerda. Contudo, não se deve cair na tentação de caracterizar como *eventual* a maioria de centro-direita que hoje dirige o PT. Ao contrário, sua vitória deve-se também a causas mais profundas, que devem ser atacadas caso a esquerda pretenda disputar a hegemonia do partido. Noutras palavras, é preciso que a esquerda compreenda que sofreu uma derrota profunda no interior do PT, não apenas uma derrota passageira. Resumidamente, são três as causas estruturais que constituem o pano de fundo da derrota da esquerda petista no 10º Encontro: a crise do socialismo; a ofensiva neoliberal; a acelerada descaracterização do próprio PT. A esquerda, quando foi maioria partidária, foi incapaz de ter políticas que se contrapusessem eficazmente a este quadro.

Um plano de ação

A AE ainda possui muito de *federação de grupos re-gionais*, com precário funcionamento nacional. Nossa meta para o biênio 1996-1997 deve ser superar esta situação, dando os seguintes passos: a) eleger um coletivo dirigente nacional, com legitimidade para construir a tendência no país e coordenar as políticas anteriormente descritas; b) criar instâncias e procedimentos democráticos internos, que possibilitem um mínimo de identidade e centralismo para a tendência;

c) consolidar um fluxo constante de informação entre os vários estados e a coordenação nacional; d) estabe-lecer mecanismos de finanças e formação política, que enfrentem minimamente o aparato montado pela Unidade e Luta, com base nos sindicatos e nos mandatos que ocupa, bem como a influência da Democracia Radical, com base na simpatia que recebe da mídia.

A AE padece do mesmo problema estrutural do Partido: um controle muito pequeno de seus militantes sobre a ação de suas figuras públicas. É preciso reafirmar nossa condição de tendência que reúne militantes dispostos a encaminhar, no interior do PT, as propostas aprovadas por seus seminários nacionais, estaduais, municipais e setoriais; e defender, de maneira permanente, o caráter democrático, socialista e revolucionário do PT. Assim, os companheiros que quiserem pertencer à tendência devem assumir certos deveres, como o de contribuir materialmente para a tendência, defender e encaminhar as posições coletivas, subordinar-se aos fóruns democráticos.

As decisões mais importantes da AE são adotadas em seminários (no mínimo, anuais), por meio do voto dos delegados eleitos pelos militantes da tendência; ou, no caso de seminários municipais, pelo voto direto dos presentes. As decisões devem ser encaminhadas pelo conjunto da tendência. A critério das coordenações, podem ser realizados seminários setoriais e plenárias abertas.

A direção cotidiana da tendência, nos diferentes níveis, é de responsabilidade das coordenações eleitas nos seminários. Para garantir a operacionalidade das coordenações, deve-se eleger secretarias executivas, compostas por companheiros dos estados/cidades centrais, aos quais se encarregará atribuições específicas, como formação política, comunicação, acompanhamento de certas atividades (bancadas, governos, movimentos sociais) etc.

A coordenação eleita no 5º seminário tem as seguintes tarefas para o biênio 1996-1997: 1) aplicar e divulgar as

resoluções do seminário; 2) estimular a constituição de coordenações estaduais (onde não existam) e municipais (nas cidades de porte); 3) convocar plenárias nacionais para aprovar um plano de trabalho para os movimentos sociais; 4) apoiar ativamente o MST; 5) elaborar um boletim nacional mensal, dirigido aos integrantes da AE; 6) executar um plano de arrecadação financeira; 7) garantir a realização de 4 cursos nacionais de formação política (julho e janeiro); 8) garantir a elaboração de materiais de apoio (coletânea dos textos da AE, apostila de formação política, livro de balanço do “modo petista de governar”).

A AE trabalha pela unidade do PT nos movimentos sociais. Tendo em vista a dispersão da militância petista em diferentes tendências, a AE discutirá caso a caso a necessidade de organizar, sempre em caráter absolutamente provisório, sua atuação direta nos movimentos. Cabe à coordenação nacional tomar as medidas necessárias para materializar esta posição no movimento popular e na juventude, no prazo mais breve possível.

Desde que foi fundada, a AE vem discutindo qual sua posição no movimento sindical, em particular diante da Articulação Sindical. Mais recentemente, realizamos dois seminários nacionais para discutir o tema. Devemos prosseguir nesse rumo, com o objetivo principal de garantir que o movimento sindical volte a ter um papel destacado na oposição ao neoliberalismo e seja um dos pilares da luta por uma nova sociedade.

Atualmente, os militantes da AE que atuam no movimento sindical estão dispersos em diferentes articulações sindicais; outros atuam independentemente. Convocamos estes militantes para uma plenária nacional, nos dias 19, 20 e 21 de julho, na cidade de Santos/SP, para discutir: o movimento sindical ante a atual conjuntura e nossas posições para o próximo Concut.

Ressaltamos a importância desse evento, para a construção

de uma posição comum da AE sobre o movimento sindical. Todos sabemos que há importantes diferenças entre nós a este respeito, diferenças que devem ser tratadas com maturidade e paciência, sem pretensão de queimar etapas ou de forçar deliberações prematuras. O melhor método para tratar essas diferenças é, exatamente, discuti-las em fóruns unitários.

O documento que resultar de nossa Plenária Sindical Nacional deve servir como orientação para nossos militantes, nas diferentes tendências sindicais de que participem.

No caso específico da tendência atualmente majoritária na CUT, a Articulação Sindical, que reúne militantes de diferentes partidos e também de diferentes tendências petistas, mas cuja direção é hegemônica por um setor da Unidade na Luta, os militantes da AE devem utilizar o documento que resultar de nossa plenária como uma referência para participar do debate que se travará, no interior da Articulação Sindical, para elaborar a tese para o próximo Concut.

No caso do campo, nossa meta é rearticular os quadros de esquerda com atuação nos movimentos sociais rurais; articular nossa intervenção cotidiana; implementar uma política de formação de quadros; reforçar nossa atuação em todos os setores; elaborar e subsidiar políticas sobre o desenvolvimento rural, políticas agrárias etc. Tendo em vista a importância do MST; e a necessidade de reaprender-mos métodos de trabalho de massa, a coordenação nacional deve monitorar um trabalho de apoio da tendência ao movimento.

A AE trabalha pela unidade da esquerda petista, no interior do Partido, nos movimentos sociais e nos processos eleitorais. As coordenações da tendência devem estabelecer fóruns permanentes com todas as outras tendências da esquerda, sem prejuízo da existência de parceiros preferenciais. A AE priorizará, no seu processo de organização e crescimento, os movimentos sociais, bem como a militância de esquerda que atualmente não se encontra vinculada a nenhuma das tendências internas.

A nova coordenação

Ao final dos trabalhos, foi decidido que a nova coordenação nacional seria composta: pelos membros do Diretório Nacional do PT eleitos pela AE; por um representante de cada coordenação estadual; por um representante da bancada federal; por um representante da juventude; por um representante dos movimentos populares; por dois representantes do movimento sindical; por dois representantes dos rurais; pelos membros da secretaria executiva; e por companheiros eleitos diretamente no seminário.

UMA ESTRATÉGIA SOCIALISTA PARA O BRASIL

Aos que desistiram antes da hora. Aos que enrolaram suas bandeiras. Aos que trocaram de camisa. Aos que se deixaram tomar pelo desespero. E aos que continuaram acreditando no socialismo e na revolução, quase com a mesma intensidade com que acreditam em bruxas e duendes...

A todos esses, nós sempre dissemos: calma, a burguesia não nos faltará. Mais cedo ou mais tarde, ela devorará seu disfarce de pele de cordeiro. Mais cedo ou mais tarde, alguém gritará: o rei está nu. Mais cedo ou mais tarde, nós voltaremos.

E assim foi. Pouco importa quem tenha sido o primeiro: os zapatistas? Os sem-terra? Os grevistas da França? Da Bélgica? Os da Coreia do Sul? Os guerrilheiros que desmascararam Fujimori? Não importa quem tenha sido o primeiro, até porque nunca houve um último. A luta nunca cessou. Apenas muitos andaram um pouco surdos. Agora mais gente escuta. E mais gente faz barulho.

Preparemos pois, com grande estilo, pompa e circunstância, a entrada do Brasil no século XXI. Quem quiser vir conosco, prepare o corpo, a alma e principalmente o humor. Porque os bons tempos voltaram. E eles serão de chumbo.

Situação nacional

A sociedade brasileira possui alguns grandes traços distintivos: a propriedade altamente concentrada; a desigualdade e a pobreza resultantes desta concentração da propriedade, em contraste com a riqueza potencial do país e o lucro auferido pelos capitalistas; o caráter conservador, expresso num Estado altamente privatizado e antidemocrático, que mesmo nos momentos em que mais investiu no desenvolvimento econômico (como na era Vargas ou no governo Geisel) nunca priorizou a elevação do nível e da qualidade de vida das gran-

des massas; a mentalidade da elite brasileira (seja os velhos senhores escravistas, seja os atuais capitalistas), autoritária e gananciosa; um mercado de consumo restrito mas significativo; uma planta produtiva voltada para as exportações e para a venda de produtos caros para os setores de média e alta renda, excluindo mais da metade da população brasileira; a dependência em relação aos ditames do grande capital internacional, natural se lembrarmos dos vínculos orgânicos entre o capital atuante no Brasil e o capital internacional.

Esses traços permanentes da formação social brasileira não se implantaram sem luta. Ao contrário, a história do Brasil é marcada por enfrentamentos que contrapuseram, a este capitalismo monopolista/conservador/dependente, alternativas nacionais, democráticas, populares e (mais raramente) socialistas.

Isso foi bem visível na última década e meia, quando a crise do modelo econômico, a divisão no interior das elites e o crescimento da oposição possibilitaram um longo intervalo de equilíbrio estratégico entre as forças conservadoras e as forças populares. Este período foi marcado pela criação da CUT e do PT, pelas Diretas, pela Constituinte, pelas eleições de 1988 e 1989, pelo Fora Collor.

Percebendo que podiam perder o controle do país, as elites unificaram-se para eleger Fernando Henrique, na perspectiva de consolidar um projeto de maior fôlego para o país. Que projeto é este? Segundo seus patrocinadores, o Brasil disporia de um enorme potencial, mas não possuiria o capital necessário para aproveitar este potencial. O Estado brasileiro estaria falido, e o capital disponível no país não seria suficiente para alavancar o desenvolvimento. Em compensação, existem capitais em abundância, fora do país. Mas estes capitais só afluiriam ao Brasil caso nosso país passar por um processo de "modernização", a saber: redução da presença do Estado na economia, privatizações, abertura comercial, redução do custo da mão-de-obra, redução de impostos, respeito aos

compromissos assumidos (pagar a dívida externa e interna). Realizadas estas e outras premissas, o capital internacional afluiria ao Brasil, viabilizando um novo ciclo de crescimento.

Trata-se de um projeto inconsistente, profundamente antinacional, antipopular e antidemocrático. E, caso fosse realizável, ainda assim não alteraria as características básicas da sociedade brasileira.

É um projeto inconsistente porque está baseado em duas premissas irrealizáveis, a saber: a de que haverá um fluxo permanente de capitais estrangeiros para o país; e a de que estes capitais teriam interesse em realizar investimento produtivo e não especulativo, na monta necessária para alavancar um novo ciclo de desenvolvimento.

É um projeto antinacional, porque torna o Brasil dependente do comportamento dos capitais financeiros internacionais; abre nossos mercados e arrebenta a indústria nacional; vende o patrimônio do país; e submete nossa política aos interesses dos grandes países capitalistas e das transnacionais.

É um projeto antipopular, porque produz desemprego, quebra de pequenas e médias empresas, inadimplência, concentração e centralização ainda maior de capitais, destruição de todo aparato público de saúde e educação.

É um projeto antidemocrático porque, a exemplo do que tem ocorrido em toda a América Latina, provoca uma superconcentração de poderes no Executivo, transforma os processos eleitorais em verdadeiros torneios de *marketing* comercial, amplia a corrupção e o controle das empresas sobre os governos, o legislativo e o judiciário.

Caso fosse realizável, o projeto tucano ainda assim não alteraria as características básicas da sociedade brasileira, que fazem nosso povo ser pobre e nosso país ser desigual: a concentração de renda; a concentração da propriedade; a produção voltada para os setores médios e ricos e para o exterior.

O projeto tucano-neoliberal ataca a democracia

Toda vez que a burguesia reestruturou o capitalismo brasileiro, ela teve que lançar mão de ditaduras (como a varguista ou a militar, que somadas ocuparam 36 anos do período republicano brasileiro).

Hoje estamos assistindo à construção de uma ditadura civil, uma fujimorização disfarçada, na qual o presidente governa por Medidas Provisórias, com a aquiescência do Congresso; a mídia opera como partido único e qualquer voz dissonante é calada via enfrentamento ou cooptação. Os projetos de reforma política gestados no Planalto – a reeleição, o voto facultativo, o fim do horário eleitoral, o voto distrital e o fim dos dois turnos nas eleições executivas – tencionam obstruir os poucos canais institucionais de disputa política existentes, numa operação que só encontra paralelo com o ocorrido após o golpe de 64.

Nesse contexto, as dificuldades das forças democrático-populares indicam uma preocupante tendência: a de que perca importância a polarização entre o campo democrático-popular e o campo conservador, explicitada nas eleições de 1989 e 1994; ganhando peso, no seu lugar, a polarização (real ou simulada) entre dois projetos conservadores – o populismo de direita e o tucano neoliberal.

Se isto acontecer, estará superado o período de instabilidade e equilíbrio estratégico aberto com a crise política e econômica do início dos anos 80; e marcado pela campanha das Diretas, pela Constituinte, pelas eleições de 1988 e 1989, pelo *impeachment*, pelo plebiscito sobre o sistema de governo, pela eleição de 1994. Este é o plano dos que capitaneiam o bloco no poder (PSDB, PFL, PTB, PMDB, PL etc.) e sua base social (grande burguesia financeira, industrial e agrária, além do capital financeiro internacional). Mas para isso, além de derrotar a oposição popular, o governo terá que contornar sérias dificuldades.

O governo enfrenta dificuldades econômicas

A inflação baixa é o principal capital político de que dispõe o governo FHC, além da acomodação da maior parte da oposição e da caneta com que compra os partidos aliados.

As eleições municipais de 1996 já demonstraram que aquele capital político não é suficiente, sendo crescente o número de eleitores dispostos a votar contra os candidatos do PSDB e a favor de candidaturas vinculadas à oposição de esquerda ou de direita. A situação tende a agravar-se durante o ano de 1997, devido aos problemas resultantes da “engenharia” econômica do Plano Real. Vejamos cada um deles.

O país está cada vez mais dependente da entrada de capitais externos. Sem eles, não há como financiar os crescentes déficits na balança comercial e na conta corrente do país. Em 1997, para cobrir estes déficits, o Brasil terá que desembolsar mais de US\$ 50 bilhões – sem a entrada de capitais novos, as reservas brasileiras (aproximadamente US\$ 60 bilhões) serão insuficientes e o país viverá uma “crise de confiança”, com fuga de capitais, incapacidade de pagamento das dívidas, quebra de empresas.

A entrada de capitais externos depende, em última análise, de dois fatores: a quantidade de capitais disponíveis para aplicação em países como o nosso; e as vantagens de que o Brasil dispõe para atrair esses capitais. Atualmente, existe abundância de capitais; mas essa é uma variável que está fora do controle do governo brasileiro.

O governo FHC se esforça para atrair capitais estrangeiros, por meio de facilidades de investimento (as bolsas de valores brasileiras chegam a oferecer retornos de 25% ao mês, contra 8% ao ano na bolsa de Nova Iorque); juros altos; câmbio favorável aos produtores estrangeiros; privatizações em condições facilitadas; pagamento pontual da dívida externa; e estabilidade política (a reeleição tranqüiliza os capitalistas: ficou mais difícil eleger um presidente de esquerda).

Acontece que estas medidas não produzem efeitos perma-

nentes: as privatizações um dia acabam (como aconteceu na Argentina); quanto mais capitais chegarem ao Brasil, menor será a rentabilidade média desses capitais e, portanto, maior será a tendência desses capitais se dirigirem a outros mercados; os capitais que são investidos aqui produzem lucros que algum dia serão repatriados; se forem capitais especulativos, estes lucros serão incrivelmente maiores do que o investimento inicial.

Para enfrentar os problemas de curto prazo e para estabilizar a situação no médio prazo, o governo investe no esforço exportador, para gerar receitas em moeda forte. Mas o Brasil enfrenta fortes competidores. Enquanto o governo norte-americano investe US\$ 2,5 bilhões anuais para incentivar seu comércio exportador, o Brasil investe algo como US\$ 3 milhões. E a matriz produtiva brasileira está muito dependente: tanto de importações, quanto de capitais estrangeiros. Isso significa que todo crescimento econômico necessário para exportar mais, provocará ainda mais importações.

O governo trabalha com o objetivo de chegar ao próximo século obtendo superávits na balança comercial e exportando US\$ 70 bilhões de dólares por ano (hoje o volume é de US\$ 50 bilhões). Mas é pouco provável que isso aconteça. O real está valorizado em relação ao dólar, o que favorece os importadores e prejudica os exportadores. As taxas de juros brasileiras são muito altas e os prazos são muito curtos; no exterior, as taxas são baixas e os prazos longos, favorecendo os importadores e prejudicando os exportadores. O governo Collor, o governo Itamar (que teve FHC, Rícúpero e Ciro Gomes como ministros da Fazenda) e o atual governo destruíram o sistema de impostos sobre importações. Com isso, o produto estrangeiro chega ao Brasil tão ou mais barato que o similar nacional.

Existem ainda três agravantes para esta situação, também derivados da lógica do Plano Real: cresceu a dívida pública (era de R\$ 61 bilhões quando FHC assumiu, pulou para R\$

181 bilhões no início de 1997); cresceu a dívida externa (era de US\$ 115 bilhões em dezembro de 1989, pulou para US\$ 174 bilhões em dezembro de 1996); cresceu o endividamento das pessoas físicas e jurídicas (estava em R\$ 163 bilhões em junho de 1994 e pulou para R\$ 283 bilhões no início de 1997).

Medidas de arrocho para evitar a crise

O governo deve adotar, de preferência depois que a reeleição for definitivamente aprovada, um pacote de medidas para manter a confiança do capital externo. Entre outras medidas, pode-se:

Desvalorizar mais rapidamente o real diante do dólar (o que facilitaria a vida dos exportadores, mas prejudicaria a vida dos importadores e de todos aqueles endividados em dólar);

Adotar medidas de restrição ao consumo (como prazos menores de crediário, por exemplo), reduzindo a demanda por importados;

Reduzir ainda mais os gastos com saúde, educação, salários do funcionalismo etc., para que sobre dinheiro para continuar financiando as importações e pagando as dívidas externa e interna. Vale lembrar que 48% do Orçamento Geral da União são gastos com a amortização e os juros das dívidas;

Rapidez nas privatizações (para atrair capitais estrangeiros, reforçar a credibilidade do governo em relação aos investidores e fazer caixa). As privatizações têm rendido poucos recursos, e tendem a se esgotar rapidamente. Os cálculos mais otimistas dizem que elas podem render US\$ 40 bilhões nos próximos três anos; e que o valor total de ativos privatizáveis pelo Brasil chega a US\$ 100 bilhões;

Arrocho salarial (que o governo inclui num conjunto de medidas eufemisticamente intituladas “redução do custo Brasil”), via crescimento do desemprego, informalização do mercado de trabalho etc.

Todas estas medidas têm um claro sentido antipopular, e dificilmente deixarão de produzir reações. Por causa disto, o

governo parece trabalhar com o seguinte cronograma: realizar o arrocho em 1997 e desafogar um pouco em 1998, a tempo de favorecer os candidatos governistas nas eleições.

Entretanto, a abundância de capitais externos e a fraqueza da oposição podem estimular o governo a adiar as medidas de arrocho. Isto aumentará os riscos de uma crise súbita, derivada de qualquer mudança no cenário internacional. Mas ajudará as pretensões continuístas de FHC, que pode querer deixar as medidas duras para seu segundo mandato.

Do ponto de vista político, o governo terá que cooptar, neutralizar ou isolar aqueles setores da oposição que podem se enfrentar mais duramente contra suas medidas. No caso dos sem-terra, o governo tem buscado aliados – para sua política de isolar o MST – entre setores da CUT e da Contag. Mas não se deve descartar medidas mais duras, incluindo provocações e repressão maciça contra as ocupações.

Em resumo: o cenário brasileiro vai se tornando mais e mais parecido com o de outros países da América Latina: uma democracia cada vez mais fraudada pela corrupção, pelo poder econômico, pelo monopólio da mídia e principalmente pela incapacidade de melhorar a vida do povo; um agravamento cada vez maior das condições de vida da população; a destruição das bases econômicas nacionais, ampliando-se a dependência. Este cenário, combinado com um governo federal que dá seguidas mostras de insensibilidade social e vocação antidemocrática, aponta para um futuro de lutas cada vez mais duras, em que amplos setores da esquerda vão se recolocar questões como a validade da luta institucional e a atualidade de outras formas de luta.

O malufismo

Neste contexto, se torna possível compreender melhor porque surgem alternativas de direita ao neoliberalismo tu-

cano, das quais o malufismo ainda é – apesar dos desgastes provocados pela CPI dos precatórios – a mais viável eleitoralmente.

O malufismo apresenta traços semelhantes aos do fascismo. Faz a defesa do desenvolvimento (contra a paralisia tucana), com ordem (contra a baderna vermelha) e decisão (contra o muro). Seu discurso dirige-se a diferentes setores: parcelas da burguesia vitimados pela abertura comercial e pelos altos juros; pequenos e médios empresários; trabalhadores do setor formal ou marginalizados.

No governo, aplica com ainda maior rigor o neoliberalismo, até porque a evolução do neoliberalismo apresenta traços corporativo-fascistas muito grandes: agigantamento do aparelho de segurança do Estado; “cooperação” entre sindicatos, organizações da sociedade civil e governo, na execução de um projeto de “modernização capitalista”; e um papel massacrante da mídia na manipulação das massas.

Diante da alternativa eleitoral malufista, o governo FHC oscilou a princípio entre duas alternativas: a *composição*, caso em que Maluf desistiria da candidatura a presidente e seria apoiado – mesmo que dissimuladamente – em alguma outra pretensão; ou a *disputa* eleitoral, numa situação em que o presidente tentaria atrair as esquerdas com um discurso de voto útil contra “o candidato da ditadura”.

A votação da reeleição e o desenrolar da CPI dos precatórios mostram que FHC teme a alternativa Maluf e busca desgastá-la ao máximo. Mesmo que a aprovação da reeleição leve Maluf a desistir da disputa presidencial em 1998, e mesmo que ele saia bastante machucado pelo escândalo dos precatórios; isso não deve nos levar a minimizar o sentido estratégico da alternativa de direita: trata-se de um forte competidor, de características fascistas, contra a esquerda, no trabalho de catalisar a insatisfação contra o governo.

Tampouco devemos menosprezar a capacidade de sobrevivência de Maluf. Convém lembrar que ele fez sua própria candidatura a governador paulista e depois à presidência

(1984), contra a vontade da cúpula militar. Da mesma forma, pelo menos uma vez ele já deu a volta por cima das denúncias feitas contra ele.

A melhor forma de deter o crescimento do malufismo é fazendo uma oposição ainda mais decidida contra o neoliberalismo tucano. As eleições de 1996 mostraram isso.

As eleições de 1998

O cenário das eleições de 1998 ainda não está definido, e vai depender de quatro variáveis: a reeleição, a situação econômica, o comportamento do campo democrático-popular e o comportamento do malufismo.

Com a reeleição, FHC será o candidato das elites. Nesse caso, é pouco provável que Maluf saia candidato, salvo se a situação econômica deteriorar-se muito, inflando as críticas que a direita tem feito à gestão tucana. Na ausência de Maluf, só uma onda de lutas sociais pode impedir a reeleição de FHC.

A evolução da situação econômica comporta algumas variáveis fora do controle do governo (como a taxa de juros norte-americana, ou alguma crise internacional). Estudos do próprio governo alertam para o crescimento das dificuldades internas. Por outro lado, o crescimento do desemprego e da informalidade, e a piora das condições de vida, são consequências inevitáveis do atual modelo. O desafio é transformar esses pontos negativos para o governo, numa crítica eficaz e que apresente alternativas. Do contrário, poderemos repetir a trajetória do PRD mexicano (que foi covarde na crítica ao modelo mexicano, para assistir, poucos meses depois, à crise sem ter o que dizer); ou do *slogan* "moeda forte, salário forte".

O campo democrático-popular possui três grandes debilidades: a tática da maioria da direção do PT (baseada na frente de centro-esquerda e na idéia de que perderemos as eleições); a reduzida mobilização social, em boa medida devido a acomodação das direções da CUT e do PT; em parte como decorrência dos dois pontos anteriores, o enfraquecimento

do PT (exagerado pela mídia), o que dificulta o relançamento da Frente Brasil Popular.

A idéia de que perderemos as eleições de 1998, que habita a cabeça da maioria da direção partidária desde a última eleição presidencial, transforma em fatalidade o que é apenas uma forte possibilidade. Em 1987, quem acreditava que estaríamos no segundo turno dois anos depois? Quem acredita que o governo controla a situação econômica? Por que duvidar da possibilidade da luta de massas alterar a conjuntura a nosso favor?

O problema é que a capitulação, quando praticada por centenas de quadros bem localizados, transforma-se numa força objetiva. O único elemento capaz de alterar a conjuntura e sobre o qual temos controle é a mobilização de massas. Se não forem alteradas as direções da CUT e do PT, as chances de termos essa mobilização tornam-se menores. Basta lembrar que 1996 foi o ano de maior número de greves, desde 1992. Mas como a direção sindical não as dirige, não as repercute e, pior, faz um discurso desmobilizador, essas lutas não se transformam em fatos políticos capazes de alterar a conjuntura.

Por outro lado, não devemos esquecer a possibilidade de o campo conservador dividir-se, entre direita malufista e direita tucana, caso em que poderíamos enfiar uma cunha e disputar o segundo turno.

Mas isso só acontecerá se o PT dispuser, além de uma tática de mobilização social, de uma estratégia que não o deixe prisioneiro de uma supostamente progressista “burguesia produtiva/industrial”, contra a burguesia “financeiro/especulativa”. Porque a história deste país já demonstrou inúmeras vezes que os laços que unem esses diferentes setores da burguesia são muito mais fortes do que eventuais pontos de contato entre setores do empresariado e as forças populares.

Uma estratégia socialista para o Brasil

Durante décadas, a maior parte da esquerda brasileira, em

especial o Partido Comunista, conformou-se com a seguinte estratégia: a de tentar ajudar uma pretensa burguesia nacional a derrotar o latifúndio e o imperialismo. Destruídos estes dois supostos obstáculos, o capitalismo se desenvolveria no país. Só então seria possível a luta pelo socialismo.

Esta visão etapista foi defendida tanto por cautelosos reformistas, quanto por audaciosos guerrilheiros. E hoje ganha força, no interior do Partido dos Trabalhadores, por meio da posição daquelas tendências que detêm a maioria do Diretório Nacional.

O renascimento do etapismo bebe de três vertentes: a dos que simplesmente abandonaram qualquer projeto socialista; a dos que acreditam que "socialismo" é um processo de "melhoria" permanente do capitalismo, no sentido de mais democracia e mais igualdade; e os que advogam que o socialismo continua sendo nosso objetivo estratégico, mas que o momento é mais propício à constituição de amplas alianças, para construir um projeto nacional capaz de derrotar o neoliberalismo.

O socialismo é a única forma de evitar, de maneira permanente, a barbárie com que o capitalismo nos brinda diariamente. O processo de transformação do capitalismo em modo de produção hegemônico durou séculos e seguiu por caminhos tortuosos. Seria surpreendente que o socialismo, uma organização social que não está baseada na exploração e na opressão, fosse construído mais rapidamente, com menos dificuldades e sem que, no caminho, diversas tentativas históricas fossem derrotadas total ou parcialmente.

O balanço histórico da primeira tentativa de construir o socialismo, a partir da revolução russa de 1917, ainda está em curso. Mas os socialistas não devem, não podem e não precisam aguardar que ele se conclua, para só então lutar pelo socialismo. Até porque a verdadeira crítica daquela tentativa tem que ser prática, ou seja, tem que ser a construção de um socialismo mais avançado do que se tentou construir na União Soviética e outros países.

Todas as tentativas de abandonar a noção de socialismo como *ordem social alternativa e distinta do capitalismo*, adotando no lugar uma noção de socialismo como “processo” de melhorias, converteram-se, no curto ou médio prazo, em grandes derrotas para a classe trabalhadora.

A social-democracia, por exemplo, tornou-se uma gestora do capitalismo, adotando em grande número de países o neoliberalismo. O mesmo caminho estão seguindo, hoje, muitos ex-comunistas e organizações guerrilheiras transformadas em partidos políticos legais.

Estamos de acordo com a necessidade de forjar amplas alianças, para construir um projeto nacional capaz de derrotar o neoliberalismo. Entretanto, é preciso ver que um projeto nacional que queira garantir ao povo teto, terra e trabalho, poder, renda e riqueza, ou como se queira, terá que enfrentar o capitalismo nacional e internacional, a burguesia e o imperialismo. Somente um forte movimento popular, radicalizado em sua ação e em seus objetivos, será capaz de catalisar as forças progressistas do país.

Um projeto verdadeiramente nacional terá que romper com a dependência do Brasil perante a nova desordem mundial, frente aos centros de poder internacional, ante os Estados Unidos, o G7, os Bancos e os Fundos que mascaram o controle imperial que o grande capital, especialmente o financeiro, mantém sobre o mundo.

Um projeto verdadeiramente popular terá que romper com o controle que os grandes capitalistas mantêm sobre a economia e a política brasileiras. São os grandes capitalistas, os monopólios e oligopólios, banqueiros, industriais, comerciais e/ou latifundiários, que mantêm seu tacão de ferro sobre a massa trabalhadora, os miseráveis, os sem-terra, os pequenos e médios empresários.

Um projeto verdadeiramente democrático terá que romper com os grandes monopólios de comunicação, com a privatização dos recursos públicos e com os pequenos círculos do

poder, baseados no compadrio, no clientelismo, nos esquemas, nas pequenas e grandes corrupções, nos currais, na compra de votos, no controle e na repressão da participação e organização popular.

Por tudo isso, *só é possível construir um Brasil realmente nacional, democrático e popular se ele for, também, socialista.* A burguesia brasileira nunca quis e não consegue comprometer-se com as medidas democráticas, populares e nacionais. Não por um problema ideológico, falta de vontade política ou algo assemelhado. Ocorre que o capitalismo brasileiro cresceu à sombra do latifúndio e entrelaçado com o imperialismo. Para este capitalismo real, o latifúndio e o imperialismo não constituem entraves, e sim partes constituintes que vão sendo alteradas paulatinamente.

Só colocando sob controle social, dos trabalhadores, aquelas poucas centenas de empresas que são o núcleo da economia nacional, só derrotando a grande burguesia, o grande capital nacional e internacional, será possível garantir um Brasil efetivamente para todos os brasileiros.

Parte das dificuldades que setores da esquerda têm em formular uma alternativa ao neoliberalismo advém exatamente de não se perceber que *a única alternativa realizável tem que estar baseada no socialismo.* O neoliberalismo arrancou as bases que tornavam plausível um projeto de capitalismo nacional e popular.

O ataque que o neoliberalismo faz contra a democracia e contra a soberania nacional cria condições objetivas para que o movimento socialista brasileiro absorva e hegemonize essas duas correntes políticas: os nacionalistas e os democratas radicais. Entretanto, o rebaixamento político-ideológico da esquerda socialista faz com que um centenário nacionalista como Barbosa Lima Sobrinho seja muito mais respeitável, conseqüente e radical do que muitos dirigentes de partidos ditos socialistas.

Um país democrático, popular e socialista

As resoluções do 5º Encontro Nacional do PT (1987) defendem a necessidade, para o sucesso político e econômico do socialismo, de se manter *e mesmo ampliar* o número e a importância das pequenas e médias propriedades, individuais, cooperativas ou claramente capitalistas.

A base social para a luta por um projeto desta natureza é composta por diversos setores: os trabalhadores assalariados; os pequenos agricultores que trabalham em regime familiar, em lotes individuais, em cooperativas ou se assalariam intermitentemente; uma enorme gama de excluídos; os empresários familiares; os chamados profissionais liberais e autônomos; grande parte da intelectualidade; e mesmo setores do pequeno e médio empresariado.

O núcleo da luta pelo socialismo é a classe trabalhadora. Por isso mesmo, não compensam os sucessivos abrandamentos do discurso partidário, em nome de ampliar as alianças. Porque cada "ampliação" do discurso nos faz perder bases exatamente naquele setor do qual depende nossa capacidade de atrair outros segmentos sociais. A ampliação do leque de forças só ocorre, de fato, quando se define com clareza a posição política a partir da qual se deve ampliar. Somente radicalizando posições – entendendo o termo como o aprofundamento de raízes – se pode pensar em ser amplo.

O programa socialista que propomos absorve a idéia central do programa democrático-popular apresentado pela candidatura Lula, em 1989 e 1994, qual seja: a de transformar o mercado interno em alavanca para um novo ciclo de desenvolvimento.

Para que isso aconteça de forma a beneficiar as massas trabalhadores e os milhões de excluídos, um novo ciclo de desenvolvimento baseado no mercado interno terá que adotar as seguintes orientações:

Democratizar a propriedade, seja ampliando o número de pequenos e médios proprietários, seja colocando sobre con-

trole social as grandes propriedades capitalistas. Isso tornará possível redirecionar a produção para o mercado interno, ao mesmo tempo em que se distribui renda, combate-se o desemprego e democratiza-se o poder;

Conferir ao Estado um papel decisivo no novo ciclo econômico. Só um Estado política e economicamente forte será capaz de induzir e direcionar o crescimento econômico. Só o Estado, sob controle dos setores populares, será capaz de combinar crescimento econômico com distribuição de renda (principalmente a distribuição indireta, por meio da maior oferta dos serviços públicos);

Realizar a reforma agrária, como meio de alterar o sentido da produção e a estrutura de propriedade, desmontar o complexo latifundiário-monocultura-exportador, absorver as massas de despossuídos, elevar o nível de vida do povo, elevar a demanda por produtos industriais e baratear os custos de produção.

Socialismo, revolução e estratégia

Não haverá projeto democrático popular, sem socialismo. Não haverá socialismo no Brasil sem revolução política e social, ou seja, sem que a propriedade e o poder político passem às mãos da maioria do povo. E não haverá revolução no Brasil sem que, em primeiro lugar, haja uma retomada da luta de massas, da luta política e da luta ideológica. Sem que se retome o trabalho organizativo da classe trabalhadora, especialmente de seu partido e dos movimentos que expressam mais claramente seus interesses de longo prazo. Sem luta de massas e sem fortes organizações da classe, não apenas torna-se pouco provável que ocorra uma crise de dominação, como torna-se praticamente impossível transformar esta crise de dominação numa situação revolucionária.

Surgido no período final da luta contra a ditadura militar, o Partido dos Trabalhadores reúne diferentes correntes socialistas revolucionárias, nacionalistas e reformistas. Durante alguns anos, estas correntes estiveram unidas em torno de um

projeto de poder de curto prazo: a conquista da Presidência da República. Nessa época, as grandes polêmicas no interior do PT diziam respeito à tática, à política de alianças e de acúmulo de forças que nos permitiriam vencer as eleições presidenciais; e ao programa que executaríamos uma vez no governo.

Hoje, aquele *atalho para o poder* (que nos permitiria disputar o poder de Estado a partir de uma posição mais confortável, a de governo federal) parece obstruído, não se sabe por quanto tempo. A disputa presidencial voltou a ser um componente tático e eleitoral de uma estratégia mais global. É diante disso que se reveste de fundamental importância fazer ressurgir no PT, ao lado do debate sobre o socialismo, o debate sobre a estratégia.

De 1990 até 1994, parte importante do PT abandonou o objetivo de disputar o poder e construir o socialismo; e passou a ter como objetivo a disputa do governo e a reforma no capitalismo.

A derrota de 1994 fez com que parte desses setores fosse além, abandonando a “estratégia” de disputa do governo federal, colocando no seu lugar uma estratégia de construção do poder “local” – uma espécie de cerco do Palácio do Planalto a partir das prefeituras e dos governos estaduais.

Esse processo de sucessivos rebaixamentos estratégicos foi acompanhado por um rebaixamento programático (a ponto de algumas correntes do PT se converterem a versões mitigadas do neoliberalismo); e por uma redução generalizada da atividade militante. Em consequência, reduziu-se nossa capacidade de fazer oposição ou mesmo de governar consequentemente com uma estratégia e um programa nacionais.

À medida que o objetivo estratégico se amesquinha, a capacidade de atingir mesmo esse objetivo reduzido torna-se menor. Como resultado, o setor que substituiu a estratégia de poder por uma “estratégia” de governo (federal); e esta por uma “estratégia de poder local”, terminou construindo uma estratégia de oposição permanente.

Dito de outra forma: o caminho do rebaixamento programático e estratégico está condenando o PT a uma condição de “oposição permanente”, ao menos em escala nacional. E, o que é pior, uma oposição trôpega, tanto na forma quanto no conteúdo. O mesmo processo, entretanto, faz com que – em muitos municípios e alguns estados, como é o caso do Espírito Santo – o setor moderado do PT se converta num instrumento de aplicação de políticas neoliberais ou aparentadas.

As causas da crise de estratégia

Existem diversas causas para a situação vivida hoje pelo PT. O colapso da primeira tentativa de construir o socialismo e seus impactos políticos e ideológicos. A hegemonia militar, política, econômica e ideológica do neoliberalismo, que parece tornar impossível qualquer alternativa, mesmo no terreno do capitalismo. O enfraquecimento dos movimentos e das classes que constituem a base social objetiva da luta por reformas no capitalismo e também da luta pelo socialismo. No caso específico do Brasil, o fato das frações dominantes da burguesia terem conseguido se unificar em torno do projeto neoliberal, pondo fim a mais de uma década de crescimento da força do campo democrático-popular.

A superação desta situação exige um conjunto de ações: luta ideológica em defesa do socialismo, reconstrução das organizações da classe trabalhadora, readoção de uma estratégia socialista, aplicação de táticas baseadas na luta de massa etc. Sem este conjunto de ações, será muito difícil uma retomada da luta de massas contra o capitalismo. E sem este conjunto de ações, será impossível – caso aconteça uma nova onda de mobilizações – transformar estas lutas em ponto de apoio para uma alternativa democrática, popular e socialista no Brasil.

A maior parte da militância petista não tem consciência das causas de fundo e das implicações dos problemas vividos pelo Partido. Até porque a direita do PT não tem a honestidade e/ou a clareza de explicitar claramente suas posições – ao contrário, muitas vezes as escondem.

Mas isso não diminui a inquietação e a sensação de mal-estar, que fazem muitos militantes se perguntarem se vale a pena investir esforços num partido em que amplos setores se burocratizam e se acomodam; e no qual dirigentes importantes tornam-se cúmplices de procedimentos que ferem a ética e a história do Partido. Constitui uma tarefa estratégica impedir que esses militantes desanimem, se desmoralizem, se afastem da atividade política. E só faremos isso se a esquerda do PT politizar o debate interno; mostrar as divergências na sua verdadeira e abissal profundidade; apontar e principalmente trilhar, na prática, caminhos alternativos.

A crise por que passa o PT é profunda exatamente porque nossas divergências não são apenas táticas; elas são programáticas e estratégicas. Alguém pode lembrar que essas divergências estratégicas e programáticas sempre existiram no PT. Mas há uma diferença: de 1980 até mais ou menos 1989, existia no PT uma hegemonia clara em torno de questões como: prioridade para a luta e a organização social; a luta institucional subordinada à luta social; uma estratégia geral de tensionamento e ruptura com o capitalismo. Esta hegemonia era *inclusiva*: por causa dela cabiam, dentro do PT, revolucionários e reformistas, nacionalistas e socialistas.

A partir de 1990, o vento começou a soprar contra nós. Ao mesmo tempo, e por causa disso, estabeleceu-se uma feroz disputa de hegemonia no interior do PT. Nesta disputa, ultimamente tem levado a melhor uma linha que desagrega o Partido e desacula forças. *Desacumula*, como essas eleições revelam: apostamos em amplas alianças, promovemos figuras como Itamar e Ciro Gomes, em nome de uma "frente de centro-esquerda" para 1998; e o que estamos colhendo é a desagregação do bloco democrático-popular. E *desagrega* o Partido porque sua aplicação prática exige, supõe, leva pouco a pouco à exclusão dos setores nacionalistas, socialistas e revolucionários do PT.

Um setor da atual direção está convencido que a convivência com a esquerda petista é impossível. Para esse setor, começou uma espécie de *batalha final pelo PT*, que eles pretendem vencer com nossa rendição, expulsão ou desligamento voluntário. Nesse sentido, os setores moderados do PT seguem o mesmo caminho da direção do antigo Partido Comunista Brasileiro: sem explicitar claramente para as bases seu projeto político, utilizaram-se do controle da direção para transformar sua minoria em maioria. Todos sabemos o preço que o “Partidão” pagou por isso – recentemente, seu mais legítimo herdeiro, o Partido Popular Socialista, votou a favor da reeleição de FHC.

As eleições de 1996 confirmam que o PT continua diante de uma encruzilhada. De um lado, a despolitização; as alianças tão amplas quanto sem princípios; campanhas personalistas, que escondem o Partido e desprezam a militância; campanhas “municipalizadas”, que fogem do debate político nacional e de qualquer enfrentamento ideológico. De outro lado, a politização; alianças no campo democrático e popular; campanhas partidárias e militantes; polarização político-ideológica com o neoliberalismo e com os governos das elites, em todos os níveis.

A maioria da direção nacional do PT não pretende realizar um balanço sério dos resultados eleitorais. Os motivos são óbvios: sua linha política foi derrotada. O caso de São Paulo é o mais gritante: onde a direção nacional é mais hegemônica, onde seus métodos são mais autoritários, onde o Partido foi mais institucionalizado e domesticado, foi onde colhemos nossas principais derrotas.

Como já dissemos, há um pano de fundo para a crise estratégica vivida pelo PT: a polarização entre bloco conservador e bloco democrático popular – polarização que marcou o período pós-ditadura militar, ganhou visibilidade nas eleições de 1989 e, apesar de já enfraquecida, repetiu-se nas eleições de 1994 – vem cedendo lugar à polarização

entre setores da direita (por exemplo, tucanos e malufistas).

Este deslocamento, para um plano secundário, do pólo democrático-popular, não é produto automático das condições objetivas, que como uma fatalidade estariam nos empurrando para um papel secundário. As derrotas que temos sofrido não podem ser entendidas, se esquecermos das opções erradas resultantes da política reformista do setor que dirige o PT e a CUT nacionalmente.

Uma destas opções erradas é o abandono de nossos referenciais programáticos e estratégicos, em troca de uma política de curto prazo, eleitoral e minimalista.

Outra opção errada é definir como nossa meta, no cenário internacional, a “integração soberana do Brasil”, como se isto fosse possível. É desta opção, que no fundo vê o neoliberalismo como a única política viável nos dias de hoje, que decorrem atitudes privatizantes e neoliberais como as praticadas pelos governos do Espírito Santo, de Ribeirão Preto, Quixadá e Londrina.

Uma terceira opção errada é a chamada “política de centro-esquerda”. Errada por tratar-se de uma política eleitoral e parlamentar, num momento em que as disputas eleitorais e parlamentares estão cada vez mais vedadas para nós; por tratar-se de uma frente sem contornos definidos, o que impedirá o trabalho de polarização; e por basear-se numa aliança com setores vinculados não apenas às elites, mas inclusive ao neoliberalismo.

Finalmente, há o privilégio cada vez maior dado às disputas eleitorais, em particular às disputas locais. Visto a partir das bases, trata-se de uma conduta que resulta da fragmentação do partido, da ausência de uma orientação que nacionalize a disputa política ou ainda, muitas vezes, do oportunismo e do eleitoralismo. Já quando é vista a partir da cúpula, esta conduta expressa uma *estratégia de acúmulo de forças a partir de governos municipais*, cuja tradução mais clara é o chamado modo petista de governar.

O modo petista de governar

A importância que o modo petista de governar vem assumindo reflete três coisas diferentes. De um lado, o PT é o principal depositário, como Partido, do acúmulo que a esquerda brasileira fez em torno de maneiras democráticas e populares de gestão da coisa pública, nos seus aspectos técnicos ou políticos. Nesse sentido, o elogio que se faz ao modo petista de governar expressa a superioridade de nossos governos, em relação aos demais.

Por outro lado, em torno do modo petista de governar há uma preocupação legítima e procedente: podemos e devemos disputar e vencer eleições, podemos e devemos governar de forma a transformar nossos governos num marco, que ajude nosso acúmulo de forças.

Finalmente, parte da ênfase que vem se dando ao modo petista de governar é reflexo do rebaixamento das preocupações estratégicas de uma parcela do Partido. Sai a disputa pelo poder, entra a disputa pelo governo. Sai a proposta de alterar estruturalmente a sociedade, entra a idéia de gerir e transformar paulatinamente o governo e, a partir dele, a sociedade. Abandonada a idéia do socialismo e da revolução, caberia à esquerda disputar projetos nacionais e reformas democráticas; e o local onde a esquerda ganharia legitimidade e competência para isso seriam principalmente os governos locais.

Para defender esta tese, a direita do Partido mascara as enormes deficiências, principalmente políticas, de nossos governos. É completamente descabida, por exemplo, a idéia de que o primeiro turno foi uma vitória do “modo petista de governar”. Vulgariza-se cada vez mais o conceito: muitos eleitos de outros partidos anunciam, sem cerimônias, que vão “aplicar o modo petista de governar” – e o fazem porque este termo está ganhando, *com nossa anuência*, um significado “técnico”, ao invés de expressar uma relação político-social. Reduzem nossos propósitos, ao assumir prefeituras, a “gerir bem” os serviços municipais.

Em nossa opinião, não existe “um” modo petista de governar, havendo diferenças enormes entre as políticas adotadas por governos como Santos, Diadema e Porto Alegre; e Londrina, Quixadá e Ribeirão Preto. Por outro lado, a maioria ou quase totalidade de nossos governos não conseguiram ser instrumentos de uma alteração nas relações políticas vigentes na cidade (ou no estado). Com as exceções de praxe, conseguimos realizar governos *para* o povo e que *tentam* ser democráticos.

A maioria dos governos populares é produto de uma espécie de “pecado original”: nossos candidatos comprometem-se com a inversão de prioridades, ou seja, governar para as maiorias, para os trabalhadores, para os pobres. Ocorre que, geralmente, as maiorias eleitorais não são maiorias organizadas, dispostas e capazes de sustentar politicamente as ações transformadoras que deveriam caracterizar um governo popular. Isso coloca nossos governos diante de duas grandes alternativas: abandonar, progressivamente, os compromissos partidários e de campanha; ou *utilizar a própria ação de governo como um instrumento para transformar a maioria eleitoral em maioria organizada, capaz de sustentar a inversão de prioridades.*

Todos os nossos governos enfrentaram este dilema. Mas tudo se tornou mais difícil para a segunda geração de governos petistas (1993-1996). A conjuntura nacional nos foi desfavorável. Agravou-se a situação econômica. Aumentou a desagregação dos movimentos sociais e dos partidos de esquerda. A situação financeira das prefeituras em geral foi pior. Poucas de nossas gestões conseguiram aumentar o orçamento, enquanto a maioria sentiu duramente o aperto. Potencializando todas estas dificuldades, a ausência de um projeto que unificasse nacionalmente o Partido aumentou a fragmentação e a divisão em nossas fileiras, facilitando o surgimento de diferentes “modos petistas de governar”.

Na prática, um setor do Partido revelou-se incapaz de utilizar os governos para confrontar política e tributariamente as elites locais, transformar a máquina pública ou criar novos mecanismos de participação popular, capazes de ir além do Orçamento Participativo. Este setor tem evoluído no sentido de conciliar com as políticas neoliberais e de enxergar nos movimentos sociais o principal obstáculo ao governo democrático-popular. Vai-se gestando uma teoria segundo a qual o papel dos governos é *atender as demandas dos excluídos*, tendo como principal adversário nesse trabalho o “corporativismo”, seja do movimento sindical e popular organizado, seja do próprio PT. Onde o partido não está sob controle do governo, ele também é tido como obstáculo ao sucesso do governo – sucesso no caso entendido como alcançar os objetivos administrativos e/ou ser benquis pela mídia.

Esta visão despolitizada e administrativista entende “governar” como *gerenciar*. Poucos de nossos governos investiram com eficiência na geração de alternativas econômicas; e menos ainda conseguiram ir além da inversão de prioridades, adotando políticas tributárias mais radicais. Diante da incapacidade ou impossibilidade de alterar radicalmente a estrutura tributária, nossos governos limitam-se a administrar a crise; e às vezes o fazem prejudicando os setores mais organizados, que são forçados a ceder ou a enfrentarem-se com os governos populares. É nesse quadro que surge o lema “governar para todos”.

Instituiu-se em muitas de nossas administrações um conjunto de procedimentos padrão que têm como núcleo ou o conservadorismo puro e simples, ou um certo neoliberalismo *soft*, travestido de finalidades sociais. Entre esses procedimentos estão a nomeação de militares notoriamente ligados à repressão para dirigir as guardas municipais ou a segurança pública (São José dos Campos, Ribeirão Preto, GDF, Espírito Santo); a elevação das parcerias à condição de objetivo supremo de governo, como em Ribeirão Preto; gastos elevados

com a contratação de agências de publicidade e a utilização de mídias duvidosas; adoção de políticas compensatórias “de esquerda”, em especial o programa de renda mínima. Em alguns casos, chega-se até a privatização, como no Espírito Santo, em Londrina, Ribeirão Preto e Santo André.

Não raramente, as gestões petistas têm sido palco de alianças de todo tipo, cuja justificativa maior é a “governabilidade”, em nome de quem beneficiam-se esquemas clientelistas, entidades privadas, clubes de futebol e até nossos adversários maiores. Em muitos lugares, o parceiro principal é o PSDB. Essa política atingiu seu ápice em 1996, em São Joaquim da Barra (SP), onde o prefeito petista escolheu como seu sucessor o seu vice, do PSDB.

A maior expressão prática de nossa incapacidade de utilizar os governos como instrumentos para alterar a correlação de forças nas cidades foi, tanto em 1992 quanto em 1996, a nossa derrota na maioria das cidades que governamos. A derrota foi particularmente grave no estado de São Paulo, onde perdemos o governo de cidades estratégicas como Santos, Ribeirão Preto e São José dos Campos, e de grande valor simbólico para nosso projeto, como Diadema.

Por isso, não existe contradição entre a estratégia que propomos (profundamente anti-institucional) e o exercício de governos democrático-populares. Ao contrário: os últimos nove anos estão cheios de exemplos de que governar a partir de uma estratégia apenas institucional é que produz derrotas. O desafio da esquerda petista – que agora governa tantas cidades importantes – é transformar essa tese em prática concreta.

Que estratégia propomos?

No processo de preparação do 11º Encontro Nacional, o balanço eleitoral deve servir de base para um grande ajuste de contas com a estratégia da atual maioria. Só isso tornará possível ao conjunto do Partido discutir o seu programa, sua

estratégia, sua organização, a ação de seus governos e sua relação com os movimentos sociais.

É preciso construir uma nova estratégia para o PT – atualizando aos novos tempos a estratégia do 5º Encontro Nacional. Esta atualização se faz necessária em pelo menos três terrenos: é preciso acentuar o caráter socialista de nosso programa; é preciso reforçar a defesa da soberania nacional; é preciso retomar a tradição revolucionária, rupturista, de tensionamento da ordem e da institucionalidade, que marcaram o PT.

Num mundo hegemônico pelo capitalismo, sem contrapesos eficazes de nenhum tipo; num continente hegemônico pelos Estados Unidos, potência que responde à sua própria decadência com doses ainda maiores de belicoidade; não há a menor possibilidade de sucesso para estratégias gradualistas, eleitorais e meramente reformistas.

Grosso modo, se levarmos em conta as vias de acúmulo de força e de tomada do poder, o movimento socialista experimentou algumas grandes estratégias ao longo deste século, cujos paradigmas são a revolução russa, a revolução chinesa e o governo da Unidade Popular chilena.

No caso da Rússia, o movimento socialista acumulou forças por meio da luta ideológica, da construção de partidos, da organização de lutas sociais. Quando ocorreu uma crise de dominação – devido ao impacto da Primeira Guerra Mundial sobre a estrutura política, econômica e social do Império Russo –, este acúmulo prévio tornou possível a transformação de uma situação revolucionária em uma crise revolucionária, e desta em uma revolução vitoriosa. A guerra civil ocorreu somente no curso da revolução e principalmente depois da tomada do poder.

No caso da China, o movimento socialista acumulou forças por meio da luta ideológica, da construção de um partido, da organização de lutas sociais e da luta armada. A desorganização produzida pela Segunda Guerra, entre as diferentes

classes dominantes chinesas, abriu uma brecha que tornou possível a tomada do poder pelo Partido Comunista. A guerra civil foi parte integrante do processo de acúmulo de forças e de tomada do poder.

Desse tipo de processo – em que a ação militar faz parte do acúmulo de forças –, o mais marcante para a experiência brasileira foi o cubano, que influenciou os sucessivos rachas do PCB a partir de 1967, bem como a esquerda católica.

No caso chileno, o movimento socialista acumulou forças por intermédio da luta ideológica, da construção de diferentes partidos, da organização de lutas sociais e também da luta institucional. Características históricas e conjunturais permitiram a vitória da Unidade Popular chilena, nas eleições presidenciais de 1970. No esquema estratégico da esquerda chilena, o governo federal seria um ponto de apoio fundamental para a luta pelo socialismo, seja pela criação de uma “área de propriedade social”, seja pela criação de uma nova institucionalidade estatal. As reformas de inspiração socialista produziram uma reação da classe dominante. A derrota dos reacionários – facilitada pelo fato de os socialistas terem a seu lado a legalidade e o controle do aparelho de Estado – permitiu o aprofundamento das transformações socialistas.

Esta terceira via estratégica – ao contrário das outras duas – não pode apresentar a seu favor a prova dos nove da vitória. Na verdade, a esquerda que a adotou, ou foi derrotada (por intermédio de um golpe militar, como no Chile), ou abandonou seus objetivos estratégicos – em alguns casos, como na França e na Espanha, chegando a aplicar o programa neoliberal.

Uma situação histórica excepcional tornou possível, para a esquerda brasileira, tentar um caminho aparentado com o chileno. Hoje, entretanto, por motivos que já analisamos anteriormente, o atalho eleitoral para o poder parece (temporariamente, ao menos) fechado.

Em decorrência, a via prioritária de acúmulo de forças tem que voltar a ser a luta de massas, e não mais a luta ins-

titucional. Em relação à via de tomada do poder, voltamos a mesma situação da maior parte da esquerda revolucionária, na maior parte dos países, na maior parte dos tempos, qual seja: a de acumular forças, tensionar os limites da ordem capitalista e esperar que se criem condições para colocar na ordem do dia a tomada do poder.

Não se trata de uma espera passiva. A luta e o fortalecimento ideológico e organizativo dos trabalhadores é um elemento importante na desestabilização e crise política do regime capitalista. Entretanto, a massificação da luta social é apenas um dos elementos de uma crise de dominação. Outros elementos, fundamentais para a criação de uma situação revolucionária, são as crises econômicas e o crescimento das divergências entre as próprias classes dominantes.

Tampouco é indiferente a forma como acumulamos forças. A luta por reformas, quando feita de uma perspectiva revolucionária e socialista, é bastante diferente daquela feita com objetivos reformistas. Só a luta por melhorar, aqui e agora, a vida dos setores populares pode gerar uma atividade de massas que tensione os limites do capitalismo. Mas esse tensionamento só ocorrerá se a luta reivindicatória for politizada, tiver um claro sentido anticapitalista, se houver um trabalho de formação política e de organização, das massas e da vanguarda.

Noutras palavras: o poder não apenas se toma, mas também se constrói. Mas só constrói o poder dos de baixo, quem está disposto a tomar o poder dos de cima.

Uma prática orientada pela estratégia

A situação nacional e internacional oferece condições objetivas para a luta social, para a emergência de crises econômicas e para o agravamento das divergências inter-capitalistas. Doutro ponto de vista o quadro é desolador: a esquerda e os movimentos sociais estão profundamente desarticulados; importantes setores se burocratizaram, deixaram o trabalho

de massas; e muita gente desertou, política e ideologicamente.

Diante deste quadro contraditório, *a esquerda brasileira deve se preparar para um período prolongado de acúmulo de forças, ao mesmo tempo em que sabe que podem ocorrer crises agudas do capitalismo num espaço relativamente curto de tempo.*

Por mais importante que seja a fundamentação teórica de um programa e de uma estratégia, ela só se torna uma força efetiva quando se materializa na ação do PT e outros partidos, na luta dos movimentos sociais, no comportamento dos governos democrático-populares, nas polêmicas mantidas por nossos intelectuais na imprensa e nas academias etc.

A esquerda petista não conseguiu fazer isto no período em que foi maioria na direção partidária (1993-1995). Não conseguimos (em boa medida, não tentamos) alterar a “rotina” pragmática e eleitoreira do Partido. Hoje temos certeza que, para alterar de verdade a correlação de forças na direção partidária, é preciso gerar uma nova onda de lutas sociais.

A esquerda petista deve materializar seu programa e sua estratégia numa *reorientação geral na atividade partidária*, nos seguintes termos:

A opção prioritária pela luta de massas, única forma de alterar a nosso favor a correlação de forças na sociedade;

A retomada de um trabalho sistemático de agitação, propaganda e organização das bases, sustentáculo das mobilizações de massa e que acumulam organicamente as alterações na correlação de forças;

A adesão ideológica ao socialismo, expressa na formação política, no espírito militante, solidário, desprendido, voluntário, de dedicação à causa, baseado na premissa de que as grandes lutas não são por objetivos mesquinhos e concretos, mas por grandes ideais.

Nossa tática

O centro da tática em 1997-98 não é preparar a disputa elei-

toral presidencial nem, na esmagadora maioria dos estados, preparar as disputas pelos governos, pelo Congresso e Senado. A principal questão tática para 1997-98 é desenvolver uma luta de massas contra as políticas neoliberais desenvolvidas pelo governo FHC e seus aliados em todos os níveis. Só a luta de massas, articulada com a ação de partidos, governos e parlamentares populares, pode reconstruir a polarização de projetos, entre bloco conservador e bloco democrático-popular, como tem demonstrado a ação do Movimento Sem Terra, em particular a recente Marcha.

O PT possui diversos instrumentos para atingir este objetivo: a ação do próprio Partido; a Frente Brasil Popular; as campanhas eleitorais; as bancadas parlamentares; os governos democrático-populares; os movimentos sociais.

Recuperar a capacidade de ação do partido

O movimento sindical e o Partido têm subordinado cada vez mais sua atuação aos calendários institucionais – basicamente, os dissídios, as eleições e o dia-a-dia parlamentar. Esse é um fator muito importante de burocratização e esvaziamento da atividade política. O PT deve recuperar sua capacidade de gerar “fatos políticos”, por meio de sua ação direta na sociedade – de maneira mais ou menos articulada com a institucionalidade, como fizemos no movimento Fora Collor; ou como faz o MST ao ocupar prédios públicos, com as marchas a Brasília etc. O cenário é favorável para quem quer lutar, especialmente para quem não tem medo de retomar as manifestações de massa.

Reconstituir a Frente Brasil Popular

Um dos desdobramentos do taticismo (ou rebaixamento estratégico) que acometeu o partido nos últimos anos foi a transformação de nossa política de alianças em meras coligações eleitorais. Aachamos que a manutenção da Frente Brasil Popular – em torno de um projeto para o país, e reunindo

mais do que os partidos políticos – é essencial, tanto do ponto de vista estratégico, quanto do ponto de vista eleitoral e parlamentar. Nesse sentido, devemos esclarecer a posição do PT, enquadrar e/ou desautorizar os contatos feitos com personalidades individuais da chamada “centro-esquerda” (como Ciro Gomes) e fazer pressão para que o PSB, o PPS e o PV se afastem do governo federal.

Tática geral para a campanha eleitoral de 1998

O PT só tem chances eleitorais em escala nacional, caso faça uma reorientação estratégica, no sentido da luta de massas. A campanha presidencial de 1998 deverá ser uma campanha de polarização de projetos. Essas são as condições básicas que tornarão possível entrar na disputa, não apenas para marcar posição, mas para vencer.

Para polarizar projetos, rejeitamos candidaturas como Itamar e Ciro Gomes; o PT deve disputar as eleições de 1998 com candidatura própria a presidente, como parte de uma frente democrática e popular. Nosso candidato deve ser escolhido com base na linha de campanha, no programa de governo e na política de alianças. Cabe ao 12º Encontro aprovar um regimento para a escolha de nosso candidato a presidente. Dos três nomes apresentados até aqui, eleitoralmente o de Lula é o melhor. Outros nomes vêm sendo lembrados. Mas qualquer definição depende da discussão das alianças e do programa.

Os atuais governadores e prefeitos do PT devem abrir mão da utilização do expediente casuístico, espúrio e ilegítimo da reeleição. Cabe ao 11º Encontro aprovar uma resolução formal nesse sentido.

Papel dos governos democrático-populares

No caso do governo do Distrito Federal e das prefeituras eleitas em 1996, o maior desafio tático é nadar contra a corrente do neoliberalismo, constituindo um ponto de apoio para

as lutas sociais, para as eleições de 1998 e para a próxima sucessão municipal.

Para que esta defesa tenha coerência, é preciso – preliminarmente – resolver a situação criada no Espírito Santo, onde o governador implementa políticas que ele próprio reconhece serem as mesmas do governo federal. Dada a política neoliberal adotada pelo governador, sua insensibilidade diante críticas e pressões do PT, os ataques que realiza ao partido e aos movimentos sociais, só resta ao PT o rompimento com o governo e a exclusão do governador das fileiras partidárias.

Adotar políticas públicas democráticas e populares significa: democratizar o governo; priorizar os investimentos sociais; apoiar o desenvolvimento econômico, com prioridade para os setores produtivos e, dentro destes, para os pequenos e médios; recusar a receita neoliberal de enxugamento da máquina e de privatizações.

Para dar sustentação a uma política desta natureza; e para manter coerência com nossa visão estratégica – os governos como ferramenta tática no processo mais geral de acumulação de forças –, devemos também:

Manter a autonomia do Partido. Isso implica em uma direção que esteja profissionalizada, mas que não esteja na máquina. E um PT forte, com arrecadação, meios de comunicação de massa etc.

Manter a mobilização social, inclusive para pressionar o próprio governo democrático-popular. O partido deve deslocar pessoas para ajudar a organizar o movimento social.

Politizar os governos, seja transformando-os em escolas de capacitação popular e de quadros, seja fazendo nítida oposição aos governos estaduais e federal;

Realizar governos coletivos, nos quais os fóruns decisórios sejam claros, democráticos e submetidos ao controle último do partido e da população;

Acima de tudo, *nossos governos têm um lado,* governam para as maiorias, para os trabalhadores.

Movimentos sociais

As lutas sociais e as mobilizações de massa (como as Diretas) foram alguns dos instrumentos de luta contra a ditadura militar. Mesmo a campanha eleitoral de 1989 só atingiu a dimensão que teve porque expressou a combinação destes dois elementos. De 1990 em diante, parte da esquerda passou a descrecer na força da mobilização social, apostando mais e mais no calendário eleitoral. A dificuldade que setores do PT tiveram em perceber que o clima do país comportava uma campanha como a do Fora Collor, e o empenho em subordinar as mobilizações aos limites da CPI, mostram um crescente desconforto com a tática das mobilizações. Esse desconforto expressa a acomodação política de amplos setores da esquerda. Nós, ao contrário, achamos que só a luta de massas pode reverter a conjuntura atual a nosso favor.

Movimento Sem Terra

A reforma agrária tem sido identificada plenamente no último ano com o MST. A sociedade tem manifestado um apoio incontestado à necessidade da reforma agrária. No entanto, persistem desafios estratégicos para a reforma agrária, que o MST não consegue resolver sozinho. A viabilidade de um programa de reforma agrária – amplo, massivo e radical – além da luta permanente dos sem-terra, precisa estar casada com um novo modelo de desenvolvimento de nossa economia, no qual a agricultura e a reforma agrária teriam um papel fundamental. Há um desafio histórico, de médio prazo: a luta pela reforma agrária depende de mudanças mais amplas na sociedade e na economia, que para tanto necessita da mobilização geral dos trabalhadores. Por outro lado, o MST possui o desafio interno de garantir organicidade à sua base social, e garantir avanços orgânicos às conquistas pontuais. E, ao mesmo tempo, conseguir ir politizando a base, para que a luta pela terra e pela reforma agrária ultrapasse o sentido

corporativo. O MST tem adotado uma linha política correta, de ampliar suas ações para as cidades e procurar juntar-se às mobilizações de outros setores da classe trabalhadora e da sociedade como um todo.

Movimento sindical rural

O sindicalismo rural está enfrentando uma grave crise. Uma crise de representatividade dos sindicatos na base, que em sua maioria estão preocupados apenas com seus cargos e com a sobrevivência da atual estrutura sindical verticalista que, baseada na Contag e nas federações, não consegue implementar ações eficazes na luta contra a política econômica neoliberal, que está massacrando a agricultura familiar; nem consegue elaborar políticas específicas para cada um dos setores da pequena agricultura. É preciso contribuir com os sindicatos combativos e com os dirigentes petistas comprometidos, que atuam nessas frentes e que estão empenhados em buscar alternativas reais, para que reanimem o movimento de massas entre os pequenos agricultores, buscando novas formas de mobilização e organização sindical.

Juventude

A juventude cumpriu um papel destacado em diversos momentos da história brasileira e mundial. Seja por isso, seja pelo fato de a maioria da classe trabalhadora brasileira ser jovem, o PT deve ter uma postura mais ativa na organização da juventude. Onde é governo, o PT deve adotar políticas públicas voltadas especificamente para a juventude.

Se ele não o fizer, outros o farão, até mesmo a direita. A adesão maciça dos jovens ao fascismo e ao nazismo demonstram que não há nenhuma ligação necessária e indissolúvel entre juventude, rebeldia e esquerda.

O PT deve enfrentar o debate cultural e teórico sobre a juventude, polemizando com as diversas categorias utilizadas para analisar o tema: a juventude como mão-de-obra barata na

construção do partido; a juventude como estado de espírito; a juventude como faixa etária estanque; a juventude como filha maldita do capitalismo, defeito que se corrigiria com o tempo, como a irresponsabilidade e a imaturidade. Devemos debater, em particular, a criação de uma juventude petista de massas.

Movimento estudantil

Ao mesmo tempo em que realiza altos gastos publicitários, tentando convencer a população de que a educação é prioridade, os governos municipais, estaduais e federal realizam profundos cortes de verbas, arrocham o salário dos trabalhadores em educação (assim como dos demais servidores públicos) e procuraram, por meio da ideologia da “qualidade total”, da eficiência e da produtividade, desresponsabilizar o Estado da manutenção dos serviços educacionais, alegando maior “parceria com a sociedade” e uma suposta descentralização administrativa. Mas ocorre o contrário.

Por meio de avaliações como o Provão de fim de curso para os universitários, o governo constata o óbvio, ou seja, a má qualidade da formação do estudante brasileiro. Utiliza-se deste resultado para justificar políticas cada vez mais discriminatórias na distribuição dos recursos, além de propagar a superioridade do ensino privado ou das escolas administradas “pela sociedade”. Tudo dentro das diretrizes traçadas pelo Banco Mundial para a educação pública nos países subdesenvolvidos.

Com relação especificamente ao ensino superior, a recomendação explícita do Banco Mundial é de que se procurem fontes alternativas de financiamento, que não o Estado, pois o atual modelo de universidade pública, calçado no tripé ensino–pesquisa–extensão, seria muito custoso e desnecessário para países do terceiro mundo. A intenção é privatizar o ensino superior, como já foi feito em outros países latino-americanos, e desmontar as poucas agências de pesquisa científica que o Brasil possui.

A UNE e a Ubes têm o papel fundamental de resistir à implantação do projeto neoliberal na educação, colocando-se junto das outras entidades do movimento social, buscando reconstruir o bloco democrático-popular na perspectiva estratégica de construção do socialismo. Entretanto, tanto o movimento estudantil secundarista quanto o uni-versitário não têm conseguido responder à atual conjuntura de desmonte da educação pública, efetuado pelas políticas neoliberais.

No entanto, diferentemente de outras grandes entidades de massa, a UNE e a Ubes não são dirigidas por petistas e sim pelo PCdoB. Este partido, apesar de alegar uma mudança na sua concepção estratégica, possui ainda uma prática de caráter reformista e constantemente conciliador. Além disso, sua maior base social é ainda o movimento estudantil – particularmente nas escolas privadas –, o que leva o PCdoB a dirigir com “mão de ferro” ambas as entidades e a utilizar-se de métodos golpistas para manter o controle da direção.

Somado a isso, há uma grande fragmentação da atuação dos estudantes petistas, o que tem impedido nos últimos anos a unificação do campo dirigido pelo Partido, pré-condição para ganharmos a direção da UNE, na qual nossa presença é maior. O PT como um todo deve engajar-se na luta por uma hegemonia petista na UNE, entendendo a importância estratégica deste movimento, principalmente na renovação de quadros da esquerda e na disputa político-ideológico-cultural nas universidades.

Movimento sindical

O impacto do neoliberalismo sobre o cotidiano dos trabalhadores brasileiros é dramático. Além da chaga do desemprego – que atinge quase 10 milhões de brasileiros –, pesam sobre nossa gente a desqualificação profissional, a pressão por maior produtividade, os acidentes de trabalho, o arrocho salarial, a ameaça contra direitos trabalhistas elementares, o sucateamento dos serviços públicos, a violência cotidiana,

o terrorismo contra os sem-terra, o ataque aos sindicatos, a falta de democracia nas empresas e no país. A jornada de trabalho média no Brasil é de 44 horas semanais em comparação a 37 horas na Alemanha, 38 na França, 39 no Paraguai e 40 nos EUA. Apenas 57% dos trabalhadores brasileiros têm carteira assinada. Desses, 52% ganham no máximo dois salários mínimos por mês. A modernização da tucanagem fica explícita quando se lembra que, só no ano de 1995, foram feitas 21 notificações de trabalho escravo, envolvendo 26.047 trabalhadores.

O governo não tem estratégia para combater o desemprego. Ao contrário: basta lembrar que as estatais privatizadas nos últimos seis anos já demitiram cerca de 30% de sua mão-de-obra, ou seja, subtraíram 39.631 postos de trabalho.

Vale lembrar, também, de medidas cínicas, como as de incentivar, por meio do BNDES, a transferência de empresas do Sul para o Nordeste, sob o argumento de gerar empregos. Recentemente o presidente do BNDES gabou-se de ter liberado um financiamento, para uma confecção do Sul do país abrir uma unidade no Nordeste, “que irá produzir camisetas a menos de 2 dólares cada, um preço mais barato que o das chinesas”. Desnecessário lembrar que as camisetas chinesas são confeccionadas por trabalhadores que recebem menos de 40 dólares por mês, para vermos que no fundo o governo não só incentiva, como financia o arrocho salarial.

Não surpreende, portanto, que o governo FHC dedique tantas energias a derrotar ou cooptar o movimento sindical e o Movimento dos Sem Terra. Três meses após sua posse, foi a vez dos petroleiros, contra quem FHC lançou multas, o exército e uma maciça e mentirosa campanha na mídia. Chantageando a população, pregou que a crise de desabastecimento de gás, causada por boicotes do empresariado, era de responsabilidade dos trabalhadores. Além de desnacionalizar a economia brasileira, retirando o Estado de seu papel estratégico, o governo mostrou como trataria a oposição: ou aderiria ou seria aniquilada. Apesar de o Congresso Nacional

ter aprovado uma anistia aos petroleiros, o presidente vetou a medida.

O governo tenta adotar a mesma diretriz contra o Movimento Sem Terra. Ao não se deixar cooptar pelo canto de sereia tucano-pefelista, o movimento tem se tornado alvo físico e verbal da truculência das classes dominantes, que desejam aniquilá-lo a qualquer custo.

Apesar dos desgastes e da crescente oposição, o governo ainda detém a iniciativa política, lastreada nas baixas taxas de inflação, no apoio da mídia, do Congresso Nacional e na reduzida oposição dos partidos de esquerda e dos movimentos populares. É com este capital que o governo conta para concretizar a menina dos olhos do capital financeiro: a reforma constitucional, ou seja, a maior quebra de direitos sociais de que se tem notícia na história do Brasil.

Assim é na reforma da previdência, cuja meta é acabar com a aposentadoria por tempo de serviço, privatizar a parte rentável do sistema – ou seja, as aposentadorias acima de 10 salários mínimos – e arrochar o rendimento dos aposentados. Na reforma administrativa, busca-se acabar com a estabilidade do funcionalismo público, arrochar salários e restringir o direito de greve e organização. Na reestruturação sindical, o propósito é pulverizar ainda mais a atual organização sindical.

Por tudo isto, fica patente não existir possibilidade de acordo com o governo PSDB/PFL, representante do neoliberalismo no Brasil. Para salvar a democracia, a soberania nacional e os interesses populares, é necessário derrotá-lo em todas as esferas.

Este governo possui inúmeros pontos fracos, que os partidos de esquerda, os movimentos popular, estudantil e sindical devem explorar, a exemplo do que faz o Movimento Sem Terra. Mas para isso é preciso afirmar uma alternativa democrática, popular e socialista; e adotar uma tática baseada na luta de massas contra o governo. Sem isso, mesmo com as disputas interburguesas (que fazem vir à tona casos como o dos pre-

catórios) e as crises econômicas, o Brasil continuará na mão desse governo antipopular, antidemocrático e anti-nacional.

A maioria da classe trabalhadora brasileira não é sindicalizada. Ao longo das últimas décadas, a taxa de sindicalização sempre foi inferior a 20%. Hoje, calcula-se que o Brasil tenha cerca de 19 mil sindicatos de trabalhadores, com uma taxa de sindicalização média de 16,2% em 1995.

O movimento sindical divide-se, grosso modo, em duas grandes vertentes. A primeira delas é encabeçada pela CUT e cerca de 2,5 mil sindicatos brasileiros. A outra vertente é encabeçada pela Força Sindical e por uma das CGTs, encarando entre nós o sindicalismo chapa branca. Uma quarta central (também CGT), por sua baixa representatividade, não tem condições de polarizar o debate sobre os rumos do movimento nacionalmente.

A Força Sindical tem como principal sustentáculo o maior sindicato da América Latina, o dos metalúrgicos de São Paulo, que dá ressonância às suas duas lideranças mais visíveis, Paulo Pereira da Silva e Luiz Antônio Medeiros. Além disso, a Força hegemoniza algumas Federações e Confederações dirigidas por sindicalistas vinculados ao PSDB, PMDB, direitistas e pelegos históricos.

Papagaia das teses neoliberais, a Força já contou entre seus colaboradores na formulação de teses sobre reforma do Estado e reestruturação produtiva, com nada menos que Pedro Malan, atual ministro da Fazenda, e Antônio Kandir, atual ministro do Planejamento. A Força freqüentemente se alia ao empresariado, como na época da malfadada campanha “decola Brasil”, por menos impostos, ainda no governo Collor. A Força Sindical constitui-se, hoje, num enclave neoliberal no seio do movimento operário.

No entanto, devido à rigidez das medidas neoliberais, vez por outra aparecem divergências pontuais entre a Força e o governo. Nessas ocasiões, houve uma aliança tática com a CUT, como no caso da greve geral. No entanto, não se pode

cair na ilusão de achar que os objetivos da Força são semelhantes aos da CUT. É preciso voltar a disputar espaço com a central de Medeiros.

A CUT completará, em agosto de 1997, 14 anos de vida. Hoje, enfrentamos um conjunto de dificuldades:

- a) político-ideológicas: cresceram muito, no interior da Central, posições ideológicas distantes do sindicalismo combativo, democrático e de massas, que marcaram o surgimento da CUT;
- b) de representatividade: em decorrência das políticas neoliberais, bem como dos erros políticos cometidos nos últimos anos, houve uma significativa redução no contingente das categorias mais organizadas (como metalúrgicos e bancários) e na base dos principais sindicatos;
- c) financeiras: a maioria dos sindicatos possui receitas inferiores a seus gastos. A verdade é que o movimento sindical cutista não se preparou para garantir, na prática, a autonomia ante o Estado;
- d) um crescimento vegetativo: a CUT continua crescendo, em número de sindicatos. Mas este crescimento se dá mais lentamente, tendo praticamente parado a ofensiva que desenvolvíamos – há alguns anos – no sentido de ganhar para a Central os sindicatos pelegos, disputando mesmo na base da Força Sindical. A exceção é a filiação da Contag – que foi marcada por procedimentos discutíveis.

Foi no contexto destas dificuldades que a direção nacional da Central, eleita no 5º Concut, enfrentou uma conjuntura de eleições presidenciais (1994) e de início do governo FHC. Se analisarmos os principais embates ocorridos nos últimos três anos, veremos que a direção nacional da CUT não esteve à altura dos desafios, cometendo erros importantes, erros que se devem principalmente a uma visão equivocada sobre qual deve ser o papel da Central:

- a) Plano Real: a CUT avaliou corretamente o caráter conservador do Plano Real, ainda que tenha se equivocado quanto a sua durabilidade. Por isto, não se preparou para um período – que acabou durando alguns anos – em que a CUT e demais organizações críticas aos rumos da política econômica ficariam relativamente isoladas;
- b) greve dos petroleiros: a direção nacional, talvez iludida sobre o verdadeiro caráter do governo tucano-pefelista, não articulou devidamente o apoio nacional à greve dos petroleiros. Não se apercebeu, a não ser tarde demais, que aquela greve seria uma queda de braço com o governo, em que este jogaria todas as suas cartas para quebrar não os petroleiros, mas o conjunto do sindicalismo. Durante a greve, setores da direção da Central não suportaram o cerco dos meios de comunicação e propuseram um recuo para a FUP;
- c) funcionalismo público: apesar do grande crescimento que este setor experimentou, no interior da Central, nos últimos anos. E apesar dele ser o principal bode expiatório do governo FHC – que ataca seus supostos “privilégios”, em particular a estabilidade –, a direção nacional da CUT faz corpo mole na organização deste ramo de atividades. No fundo, a maioria da atual direção se deixou seduzir pelas críticas governamentais ao “inchaço da máquina pública” – e, por isso, nem consegue mobilizar efetivamente contra as privatizações, nem consegue contrapor-se aos ataques feitos contra o funcionalismo. O exemplo mais acabado disto é o Espírito Santo, onde um setor do movimento sindical apóia “incondicionalmente” a reforma administrativa levada adiante pelo governo do estado;
- d) previdência: a participação da CUT na negociação da reforma da Previdência, sem discussão com o

conjunto dos sindicatos e CUTs estaduais, provocou uma insatisfação muito grande nas bases da Central. A questão está em que a direção nacional da CUT foi utilizada pelo governo FHC como avalista de uma reforma de caráter neoliberal. A proposta que a direção da CUT chegou a aceitar – para depois retirar seu apoio, quando o estrago já havia sido feito – significava um retrocesso (particularmente quanto aos trabalhadores do setor “informal”). Do ponto de vista político, o episódio mostrou que a fixação na meta de “negociar a qualquer custo” leva alguns setores da Central a abrir mão de conquistas, as quais deveriam simplesmente ser defendidas;

- e) a greve geral: logo depois dos episódios da previdência, a CUT convoca uma greve geral. Do ponto de vista da direção nacional da CUT, tratava-se sem dúvida de um avanço. Infelizmente, a condução da greve foi cheia de equívocos: em particular, destacamos o pouco compromisso real da direção da Central com a efetiva paralisação. Se fez muito *marketing*, mas pouca mobilização e organização efetiva da greve. Se fizeram muitas negociações de cúpula com as outras centrais sindicais, mas pouca articulação efetiva com os movimentos populares nossos aliados. Ações mais decididas e concretas, como piquetes e barricadas realizadas em alguns estados, foram criticadas por parte da direção nacional, que não se empenhou no confronto. Diante destas debilidades, a greve sem dúvida superou as expectativas, mostrando quanto é grande a insatisfação dos trabalhadores com a política econômica. A greve geral poderia ter tido muito mais repercussão, se a CUT tivesse, durante todo esse último período, organizado pela base a oposição dos trabalhadores;
- f) a filiação da Contag: adotou-se um método equivocado para filiar a Confederação dos Trabalhadores

na Agricultura. Desarticulou-se o Departamento Nacional dos Trabalhadores Rurais da CUT. Paralisou-se a política de conquistar por dentro as federações estaduais, compondo com setores historicamente pelegos e desconhecendo o acúmulo histórico da luta dos trabalhadores rurais cutistas e combativos. Excluíram-se vários setores destes trabalhadores, como por exemplo as mulheres trabalhadoras rurais. O desgaste político provocado por esses erros só não foi maior porque, em alguns estados, o DER não se desarticulou e no momento se reorganiza;

- g) o Grito da Terra: o Grito de 1996 é um bom exemplo dos erros da maioria da direção da CUT, agora apoiada na Contag. A pauta de reivindicações foi elaborada sem a participação dos movimentos sociais, em especial do MST – ou seja, sem a entidade que hoje está na vanguarda da luta no campo! Isto sem falar na ausência do movimento indígena, do Movimento dos Atingidos por Barragens e outras entidades. O resultado foi o esvaziamento do Dia Nacional de Luta em vários estados. Agindo assim, a CUT avalizou a política encaminhada pela Contag, que tenta se apresentar como única interlocutora do sindicalismo rural. A CUT não pode ignorar a história do sindicalismo rural combativo na Central, construído em boa medida em oposição à Contag. Nem pode tolerar a disputa de espaços que a Contag trava com o MST, às vezes chegando ao ponto de tentar isolar o movimento. A luta pela terra é grande o suficiente, para nela caber o MST, a Contag e outras entidades que queiram, efetivamente, ocupar, resistir e produzir;
- h) a relação ambígua com o governo FHC: os protestos realizados, recentemente, quando da visita do presidente à uma montadora no ABC paulista, revelaram toda a ambigüidade da maioria da direção nacional

da CUT. Foi a base do sindicato que propôs e forçou a realização do ato de protesto contra o presidente. A direção do sindicato e da Central, ao invés de agir como incentivadora e facilitadora deste ato, trabalhou pela sua diluição e, no final, pela moderação das críticas dos trabalhadores. Finalmente, depois do sucesso do protesto – apesar dos erros da cúpula – tenta aparecer publicamente como a responsável pelo episódio.

Todos esses exemplos mostram a fragilidade política da maioria da Direção Nacional da CUT, no enfrentamento do neoliberalismo. Presa de uma política que privilegia negociações e acordos em qualquer espaço para a qual é chamada a participar, seja pelo governo, seja pelos setores empresariais ou por ambos – e sem a necessária mobilização e organização na base –, a maioria da direção não conseguiu potencializar e politizar a insatisfação dos trabalhadores, visível no fato de 1996 ter sido o ano com maior número de greves, desde 1992.

Para mudar esta situação, entretanto, não basta alterar a direção da Central. É preciso uma nova política sindical, que:

- a) priorize a incorporação dos trabalhadores desempregados e dos aposentados;
- b) que unifique o movimento sindical, na luta e – como decorrência desta – nos aparelhos, fundindo sindicatos;
- c) amplie a organização de base dos trabalhadores;
- d) realize alianças orgânicas – na base e na luta – com os movimentos populares, em particular o MST.

Deste ponto de vista, consideramos que a proposta do sindicato orgânico está posta de maneira equivocada. É evidente que a CUT defende uma nova estrutura sindical, diferente da que existe hoje. É evidente, também, que esta nova estrutura sindical deve unificar ao máximo o movimento sindical, na base e na cúpula. Nesse sentido – político – defendemos um sindicalismo orgânico.

Entretanto, a proposta de Sindicato Orgânico que vem sendo apresentada não conduz a estes objetivos. Ao contrário: num momento em que é preciso ampliar a base do sindicalismo, a proposta do Sindicato Orgânico reduz esta base apenas aos filiados. Num momento em que é preciso maior democracia, a proposta do Sindicato Orgânico produz maior centralismo, com a cúpula dos sindicatos nacionais ganhando uma força desmedida. Num momento em que é preciso garantir o pluralismo de idéias na Central, a proposta do Sindicato Orgânico conduz a uma partidarização da Central, transformando os sindicatos de base em cor-reias de transmissão das propostas da tendência majoritária na cúpula.

Finalmente, mas não menos importante, a proposta do Sindicato Orgânico traz implícito um grande risco: o da pulverização do movimento sindical: ao invés de disputarmos na base dos sindicatos controlados pela Força Sindical, por exemplo, haverá uma forte tentação no sentido de criar um sindicato “orgânico”, paralelo e muitas vezes sem representatividade.

Por isto, defendemos que o 6º Concut suspenda as decisões das últimas plenárias nacionais e recoloque o debate nos seus devidos termos, quais sejam, o de uma série de medidas políticas e orgânicas que visem atacar o problema da crise de representatividade do movimento.

Propomos ainda que a Central abra um processo de balanço:

- a) da sua política de relações internacionais, em particular da filiação a CIOSL. Neste processo de balanço, é preciso que se dê total publicidade aos acordos internacionais feitos pela CUT, cuja implementação está longe de ser democrática;
- b) da participação da CUT nos fóruns tripartites. Entendemos que a presença da CUT em instâncias como o Conselho Nacional do Trabalho – do qual a Central há pouco se retirou, temporariamente – não colabora em nosso enfrentamento com o governo

- FHC, despertando ilusões e criando confusão em nossa base;
- c) da adesão da CUT às Câmaras Setoriais. As expectativas estratégicas que setores da Central depositavam em nossa participação nas Câmaras revelaram-se, ao fim e ao cabo, um equívoco. Pro-pagandeadas como a oitava maravilha do mundo, as Câmaras serviram principalmente ao *lobby* patronal por mais isenções fiscais. É o caso do setor automobilístico. Em troca da estabilidade temporária e pequenos abonos, favoreceu-se um setor da economia, produtor de bens de consumo duráveis, dirigidos a uma minoria da população: o automóvel. Poluente, responsável principal pelo trânsito caótico das grandes cidades, o veículo individual foi premiado com uma isenção tarifária que chegava em alguns casos a 20%. Contrariando as promessas dos entusiastas das câmaras setoriais, o desemprego continuou crescendo. Mas mesmo que tivessem dado certo, as câmaras setoriais têm um defeito básico: trata-se de uma política que não é generalizável para toda a classe; ao isolar ainda mais as negociações de uma determinada categoria do conjunto dos trabalhadores brasileiros, fortalece o corporativismo.

A Central Única dos Trabalhadores integra a luta por um Brasil democrático, popular e socialista, cabendo-lhe um papel importante tanto na luta por nossas bandeiras imediatas quanto nas históricas, como a democracia, a liberdade e autonomia sindical, o socialismo.

Nosso papel específico nessa luta é o de organizar sindicalmente o conjunto dos trabalhadores brasileiros, dirigindo especialmente sua luta por melhores salários, melhores condições de trabalho, menores jornadas, mais empregos. Um movimento sindical que não consegue mobilizar os

trabalhadores por esses objetivos, não está capacitado a ir além. Nosso desafio é vincular as lutas cotidianas com nossos objetivos históricos.

A CUT surgiu em oposição ao sindicalismo acomodado e pelego que dominava a cena no final dos anos 70; e em oposição à estrutura vertical e antidemocrática existente no país. Por conta das dificuldades crescentes enfrentadas pelos trabalhadores, como o desemprego, e por conta da negligência do conjunto do sindicalismo cutista, apenas a primeira parte da tarefa foi levada a bom termo.

Assim, parte considerável dos sindicatos mais importantes, com diretorias que muitas vezes estacionavam há mais de duas décadas na direção das entidades, foi varrida do mapa ao longo dos últimos quinze anos. Subsiste ainda, dominantes, este tipo de burocratas sindicais, na maioria das Federações e Confederações de trabalhadores.

Num primeiro momento, a estratégia da CUT pautou-se por disputar os sindicatos existentes, para democratizar sua estrutura “a partir da máquina”. De alguns anos para cá, avaliando que a correlação de forças no movimento sindical estava consolidada, nossa central passou a discutir a estrutura sindical.

Sempre nos batemos pela aplicação no Brasil da Convenção 87 da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que regula a liberdade e autonomia sindical. Este foi o centro de nossa atuação durante todos estes anos.

No entanto, achamos que hoje o problema da CUT, como já expresso anteriormente, não é de organograma, mas político. A estrutura sindical existente, na prática, foi arrebatada pela maré montante das greves expressivas ocorridas desde o fim do milagre. A própria existência das centrais sindicais e a facilidade existente para a criação de sindicatos aprovada na Carta de 1988 nos mostram que a estrutura sindical existente hoje, por força de nossa luta, já não é a mesma estrutura delimitada pelo Estado Novo sob inspiração do fascismo italiano.

Por isso, é uma grosseira simplificação atacar a atual estrutura e a legislação sindical apenas por seus vícios de origem. Ambas, apesar disso, contêm conquistas obtidas pela luta dos anarquistas, dos trabalhistas e dos socialistas. É preciso não se cair na lãbia neoliberal que quer acabar com ambas – a estrutura e a legislação – alardeando sua gênese estadonovista. Elas precisam ser rompidas *para cima*, isto é, para que se acrescentem direitos democráticos a elas, e não para que se retirem direitos conquistados, como registro profissional, férias, aposentadoria etc.

A verdade é que a luta pela democratização da estrutura ficou pela metade. E muitos dirigentes se acomodaram à situação existente e hoje pouco fazem para transformá-la. Mas, diferente do velho peleguismo, a prática da acomodação possui um discurso sofisticado. Para piorar, as disputas internas à CUT tornaram-se extremamente violentas; atentados contra a democracia, abuso de poder econômico, falta de ética, enfrentamentos físicos passaram a fazer parte do cotidiano cutista.

A tendência à burocratização e autonomização das direções em relação às bases é uma “tendência natural” em qualquer organização, particularmente no sindicalismo brasileiro. Aliás, um dos aspectos do peleguismo mais denunciados pelas oposições cutistas era exatamente a acomodação, a domesticação e a perpetuação dos dirigentes.

Esta tendência à burocratização é ainda mais forte num ambiente como o atual, de desemprego e perda de referências político-ideológicas. Hoje, os sindicatos cutistas enfrentam os mesmos problemas que caracterizavam o peleguismo, até mesmo a tendência de dirigentes a organizarem verdadeiras “carreiras” sindicais e políticas.

Nunca é demais lembrar que, por mais difícil que seja a vida de um dirigente sindical, ela permite a uma parte dos dirigentes, em vários sindicatos, o acesso a carros, ajudas de custo, viagens, bastante autonomia na definição de seus

próprios horários, oportunidade de autoformação, controle de recursos financeiros e materiais e, de maneira geral, concentração de poder e influência. A CUT deve trabalhar para que sejam hegemônicos os sindicalistas que utilizam a máquina sindical como instrumento de luta e organização dos trabalhadores.

Muitas vezes são aquelas benesses – e não as legítimas divergências político-ideológicas – que converteram a disputa de entidades sindicais em verdadeiras guerras, com direito a verbas milionárias.

Um horizonte histórico de luta pelo socialismo é indispensável para a ação cotidiana, criando antídotos contra a cooptação, o burocratismo e o carreirismo.

É importante, nesse sentido, reforçarmos a democracia na Central. Por exemplo, apostando na construção dos coletivos de políticas permanentes, cuja produção não é patrimônio de nenhuma tendência, mas do conjunto da CUT. É importante, também, criar uma Comissão de Ética na CUT.

A direção nacional eleita pelo 6º Concut enfrentará momentos bastante difíceis: o ano de 1997, em que o governo pode adotar medidas de arrocho ainda maior; o ano eleitoral de 1998; e o ano de 1999, no qual dependendo do governo que for eleito, poderemos ter uma redobrada ofensiva contra os direitos dos trabalhadores. Em todos estes períodos, a luta pela democracia e pelos direitos humanos deve ganhar peso.

Para esse período, propomos como eixo da Central a luta contra o desemprego. Esta luta não deve ser entendida apenas como a manutenção dos empregos de quem já está empregado; mas também como a criação de novos empregos para os que estão desempregados.

Isso passa por:

a) mudanças no modelo econômico.

Propomos que a CUT assuma a luta pela reforma agrária, organizando não apenas a solidariedade ao MST, mas passando a fazer ocupações, como uma forma de propaganda

– com exemplos práticos – a necessidade de um novo modelo econômico para o país. Propomos, também, que a CUT faça sua luta dos sem-teto.

A CUT deve criar espaços orgânicos (fóruns) para organizar lutas; por exemplo, plenárias mensais dos desempregados; dos sem-teto; comitês de luta contra a privatização, na perspectiva de superar a pulverização de iniciativas.

Que a CUT participe ativamente da campanha eleitoral de 1998, apresentando critérios que orientem os trabalhadores a votar nos candidatos comprometidos com nossos interesses de classe. Devemos, também, combater a lei de financiamento de campanhas, que permite as grandes empresas financiarem seus candidatos, enquanto impede o movimento sindical de apoiar os seus.

b) mudanças na política econômica.

Propomos que a CUT encampe uma grande campanha pela redução da taxa de juros e moratória para os desempregados. Prosseguir o combate contra a privatização, especialmente da Vale do Rio Doce e da Petrobrás.

c) redução na jornada sem redução no salário.

Devemos realizar uma campanha nacional pela aprovação de uma jornada menor, que possibilite a criação de novos postos de trabalho. Como parte dessa campanha, propomos realizar, em 1997 e 1998, ocupações simbólicas das empresas pelos desempregados. Prosseguir o combate contra o trabalho infantil e o trabalho escravo. Prosseguir o combate contra a desregulamentação e as “reformas” da previdência e administrativa.

Internacional

O capitalismo é um sistema internacional. A luta contra ele visa substituí-lo, em todo o mundo, pelo socialismo. Esse objetivo, o de construir um mundo sem exploração nem opressão, deve ser a baliza fundamental da política de relações internacionais do PT.

Essa política possui diversos níveis: a solidariedade; a realização de lutas comuns, a articulação entre partidos e movimentos; a construção de uma estratégia internacional de luta pelo socialismo.

O PT deve estimular em sua militância o debate organizado sobre as questões internacionais editando uma Tribuna de Debates preparatória ao 11º Encontro e pautando o tema nos encontros municipais, estaduais e nacional.

O PT deve recolocar em sua agenda política e programática a proposta de suspensão do pagamento da dívida externa.

O PT deve transformar a VI reunião do Foro de São Paulo, marcada para os dias 27/7 a 3/8, em Porto Alegre, num ato internacional contra o neoliberalismo, pela suspensão do pagamento da dívida, de solidariedade a todos os lutadores do mundo, de defesa da soberania nacional de Cuba.

As relações internacionais do PT hoje são assunto privado de um pequeno grupo de dirigentes. As instâncias do Partido devem assumir para si a questão, a começar pela discussão do texto que o Partido apresentará como con-tribuição ao grupo de trabalho do Foro de São Paulo. É preciso reativar o coletivo da Secretaria de Relações Internacionais do PT e indicar um secretário-adjunto.

O PT não deve apoiar, nem no Brasil nem na América Latina, a estratégia conhecida como de "centro-esquerda", devido aos mesmos motivos pelos quais a recusamos no Brasil.

O PT deve organizar, ou apoiar a organização, durante todo o ano de 1997, de atos, debates e seminários em homenagem ao Chê, por ocasião dos 30 anos de seu assassinato.

O PT deve organizar, ou apoiar a organização, de atos de repúdio ao imperialismo norte-americano, por ocasião da visita que Bill Clinton, presidente norte-americano, fará ao Brasil.

O PT deve dar apoio ativo à Frente Zapatista de Libertação Nacional, intercambiando informações e divulgando a luta do povo mexicano, no PT e na sociedade brasileira, por ser um marco concreto no enfrentamento de amplos setores da população do México, contra o neoliberalismo e pela humanidade.

RESOLUÇÕES DA PRIMEIRA CONFERÊNCIA NACIONAL

A partir dos anos 30 e até o final dos anos 70, o capitalismo brasileiro experimentou um desenvolvimento rápido, industrializador e urbanizante. Altas taxas de crescimento nos tornaram a “oitava potência industrial do mundo capitalista” e urbanizaram 70% da nossa população (em comparação aos 30%, no final da década de 20).

Ao longo de cinquenta anos, afirmou-se um tipo específico de capitalismo: conservador e antidemocrático; sócio subalterno do capital internacional; dotado de uma base produtiva voltada para a exportação e para mercados de maior poder aquisitivo; uma sociedade com a maior taxa de concentração de renda do mundo e, matriz de todo o resto, um altíssimo nível de concentração de propriedade.

Esse modelo sofreu diversas crises desde que começou a ser implantado. A crise ocorrida em meados dos anos 50 foi superada com uma maior abertura ao capital estrangeiro, a intensificação da substituição de importações, a ampliação da base produtiva, a aceleração da expropriação do campesinato e a “modernização capitalista” do latifúndio.

O processo gerou enfrentamentos que desaguaram na crise de 1961-64 e na instalação da ditadura militar, que criou as condições institucionais necessárias para um novo ciclo de crescimento (1968-72).

A esta altura, ocorre nova crise, deflagrada pelo choque econômico internacional e momentaneamente superada com o aprofundamento da subordinação – principalmente via endividamento externo –, mas sob o aparente manto nacionalista do governo Geisel.

A partir de 1976-77, o modelo entrou em processo de esgotamento. Combinaram-se suas próprias contradições, com as alterações na economia capitalista internacional – que concluíra, já no final dos anos 60, sua “época de ouro”.

Os reajustes da economia mundial, principalmente com a consolidação do capital transnacional e do novo estágio atingido pelo capital financeiro, exigiam novos parâmetros de associação subordinada. No Brasil, a “crise do modelo” prolongou-se por toda a década de 80.

A burguesia não reagiu unificadamente à crise. Vários motivos explicam isso: a crise da ditadura militar, que enfraquecia as forças armadas, um dos pilares da ordem capitalista no Brasil; o ascenso do movimento operário e popular; as pressões do capital monopolista internacional, no sentido de implantar o modelo neoliberal, sintetizado pelo “Consenso de Washington”; as pressões econômicas derivadas da crise do modelo; as disputas interburguesas pela distribuição dos prejuízos etc.

Nessa situação – uma crise e uma classe dominante dividida sobre como enfrentá-la – abriu-se uma “brecha”, pela qual penetraram as forças populares, no final dos anos 70 e durante toda a década de 80: o movimento estudantil; as greves do novo sindicalismo; a Anistia; o surgimento do PT, da CUT e do MST; a campanha das Diretas; as conquistas na Constituinte; a legalização dos partidos comunistas; e um surpreendente avanço eleitoral da esquerda. O auge desta ofensiva popular foi a eleição presidencial de 1989.

Ao longo de toda a história republicana brasileira, apenas duas outras vezes um socialista disputara a presidência:

- em 1930, com Minervino de Oliveira, operário marmorista que não pôde votar em si mesmo (estava preso), nem se

sabe quantos votos teve, devido à fraude. As eleições foram o prelúdio da “Revolução de 30” e de quinze anos de ditadura varguista.

- em 1945, com Yedo Fiúza, ex-prefeito de Petrópolis e candidato pelo Partido Comunista, que recebeu 10% dos votos nacionais. O bom desempenho dos comunistas não impediu (pelo contrário) que o PC fosse colocado na ilegalidade, em 1947. Só voltaria à legalidade em 1986!

Nessas duas oportunidades, a esquerda desempenhou um papel marginal na eleição. Em 1989, ao contrário, o candidato da Frente Brasil Popular disputou o segundo turno; o país polarizou-se entre o bloco conservador e o bloco democrático-popular.

Para este resultado, confluíram uma série de fatores. Pelos motivos já explicados, a burguesia dispersou-se entre diversas opções eleitorais; o governo Sarney encontrava-se extremamente desgastado, enfrentando um elevado descontentamento; e a radicalização popular, que fluiu para as urnas. De certa forma, a burguesia foi tomada de surpresa pelo resultado do primeiro turno, ou pelo menos não dispunha dos meios de evitá-lo.

Um pólo socialista

Os momentos críticos da história brasileira – como a Independência, a Abolição, a Proclamação da República – constituíram-se, na verdade, no confronto entre diferentes projetos de país.

Quando foram conflitos entre setores populares e as elites, estas optaram por uma política de terra arrasada; assim foi em Palmares, Canudos, Contestado, para citar alguns exemplos.

Quando foram conflitos entre diferentes segmentos das oligarquias dominantes, estas optaram pelos “acordos por cima” – a famosa conciliação –, por meio dos quais o processo de “modernização capitalista” do país fluía sem rupturas com os setores atrasados ou reacionários das elites, mas às custas das grandes massas populares.

Em meados dos anos 30, com a Aliança Nacional Libertadora, as forças populares apresentaram-se com um projeto nacional próprio que, embora burguês-democrático, voltava-se contra o padrão conservador da modernização burguesa. Como sabemos, a ação militarista do PC apressou e facilitou o esmagamento deste projeto.

Nos momentos críticos das décadas seguintes, os projetos populares ou subordinaram-se a um dos campos da burguesia, ou não reuniram forças suficientes para consolidar-se como alternativa às saídas conservadoras.

Esse padrão começou a mudar na crise dos anos 80, quando se afirma, principalmente com o PT, um pólo socialista. Mesmo disposto a realizar as tarefas históricas que a burguesia brasileira não foi capaz ou não necessitou realizar – libertação da dependência ao imperialismo; liquidação do latifúndio; democratização da propriedade, principalmente da terra; democratização política e outras reformas populares realizadas onde o capitalismo seguiu uma via distinta da nossa –, o PT explicitava que tais tarefas deveriam ser realizadas sob a direção dos trabalhadores, contra o capitalismo e na perspectiva da construção do socialismo.

A afirmação desse pólo socialista alterou substancialmente o padrão da luta de classes no país. Por outro lado, foi o próprio desenvolvimento capitalista no Brasil – negando a possibilidade de realizar tarefas democrático-burguesas sob a hegemonia da burguesia “brasileira” e de seus sócios maiores do capital internacional – que colocou o socialismo como objetivo estratégico dos trabalhadores e das forças populares. Somente com o socialismo será possível realizar as reformas democratizantes nos terrenos político, econômico e social.

Ao mesmo tempo que afirmava este objetivo estratégico – distinto do proposto pelos partidos comunistas, para quem a luta pela democratização, pelas reformas populares, pela soberania nacional etc., constituiriam uma “primeira etapa”, separada e distinta de uma segunda etapa de luta pelo socialismo –, o Partido dos Trabalhadores compreendia que o

caminho para a construção/conquista de um poder socialista no Brasil exigiria três ações combinadas: a radicalização da luta social, combinada à construção de fortes organizações de massa; a disputa do espaço ins-titucional; e a construção de um partido e de uma forte consciência socialista de massas.

A conjuntura excepcional do final dos anos 80 quase possibilitou a eleição de um presidente socialista. Realizado durante o ano de 1989, o 6º Encontro Nacional do PT apontou a conquista do governo como uma parte decisiva das transformações sociais e do processo de conquista e exercício do poder de Estado.

Um governo das forças democrático-populares e socialistas viveria uma situação muito peculiar: exercer o governo federal sem ter a hegemonia ideológica da sociedade, nem o domínio do Estado. Nosso governo implementaria reformas de fundo, respaldado na mobilização social. No curso deste processo, a burguesia tentaria cooptar, sabotar e finalmente derrubar o novo governo – os setores populares defenderiam o seu governo e radicalizariam o processo de transformação social.

Neoliberalismo à brasileira

A ameaça da derrota, em 1989, impôs a unidade burguesa, primeiro em torno de Collor e depois em torno do chamado neoliberalismo – programa econômico, político e social que se tornara hegemônico, na Inglaterra e nos Estados Unidos, desde o final dos anos 70, pregando o caráter positivo da desigualdade social, o fim dos controles e dos impostos sobre o capital e o combate aberto às conquistas dos trabalhadores, inclusive ao chamado Estado de bem-estar social.

O primeiro governo brasileiro abertamente neoliberal, o de Collor de Melo, não conseguiu chegar até o final – as disputas interburguesas, agravadas pela aplicação do Consenso de Washington e combinadas à mobilização popular, abriram caminho para o *impeachment*.

Mas o temor e o risco de que o PT vencesse as eleições de 1994 facilitaram que a unidade burguesa em torno do

neoliberalismo sobrevivesse ao tropeço inicial de Collor, assim como ao plebiscito sobre sistema de governo e ao fracasso da revisão constitucional. Fundamental para isto foi o governo Itamar que, enquanto confundia certa esquerda, servia de biombo para a construção da coalizão PSDB-PFL.

Unificada e potencializando os erros cometidos pela esquerda, a burguesia impôs uma dura derrota eleitoral e política à candidatura da Frente Popular, elegendo ainda no primeiro turno seu candidato. A principal arma utilizada para esta vitória foi o Plano Real, que entretanto era muito mais que um expediente eleitoral: tratava-se de introduzir no país o choque neoliberal.

Com a vitória de FHC, em 1994, a burguesia passou a dispor de uma direção orgânica e comprometida com o projeto neoliberal. A espinha dorsal do projeto tucano-pefelista, segundo seus próprios defensores, é a atração de capitais estrangeiros. O Brasil seria um país com enormes riquezas e potencial de crescimento, mas não disporia dos capitais necessários para sua exploração. Como estes capitais existem, em enorme quantidade, no mercado financeiro internacional, a questão estaria em adotar políticas que atraíssem estes capitais para o Brasil.

Entretanto, o governo FHC sabe que as políticas necessárias para atrair capitais estrangeiros – câmbio sobrevalorizado, alta taxa de juros, facilidades para a entrada e saída de capitais, privatizações, abertura comercial, incentivos fiscais etc. – provocam uma enorme desestruturação na economia.

Depois de três anos de governo FHC, os indicadores são claríssimos: cresceu a concentração de renda; cresceu a concentração de propriedade; transferiu-se para o capital privado, particularmente estrangeiro, parte significativa das estatais; mudou de mãos o controle patrimonial de parte significativa das empresas ditas nacionais; cresceram o déficit público, o déficit comercial e o endividamento geral das pessoas físicas e jurídicas.

Os tucanos dizem que este é um preço que temos que pagar, se quisermos romper com “a estrutura autárquica, protecionista, fechada, estatizante”, causadora, segundo eles, da crise atual. Além disso, após e graças a esse processo de “destruição criativa”, o país voltaria a crescer.

Acontece que os capitais estrangeiros vêm para o país especular, comprar patrimônio ou aproveitar-se dos incentivos estatais. Nos três casos, estamos longe da criação de condições necessárias a um novo *ciclo* de crescimento econômico.

O enfraquecimento da ação social do Estado, a privatização ainda maior de sua atividade econômica e as transferências patrimoniais (de capital privado ou estatal), associados ao estímulo oficial à especulação financeira, também reduzem as possibilidades de um novo *ciclo longo* de crescimento econômico, ao menos sob a atual hegemonia neoliberal.

Os investimentos estimulados pelo governo, embora sejam em muitos casos pura ficção (como é o caso das prometidas indústrias automobilísticas no Nordeste), podem gerar surtos localizados de crescimento. Mas nada que se compare a um ciclo orgânico de crescimento, como o ocorrido de 1930 até o final dos anos 70.

O aprofundamento da dependência financeira e tecnológica do país ao capital internacional, acompanhado pelo enfraquecimento da ação social do Estado, agrava todos os problemas estruturais da sociedade brasileira, acrescentando-lhes outros. A manutenção da economia brasileira num ritmo de crescimento próximo da recessão contrai ainda mais o já restrito mercado interno. O processo de reestruturação produtiva selvagem, levado a cabo pela grande maioria das empresas do país, elevou sua produtividade, mas resultou num enorme desemprego industrial, na queda da massa salarial e no rebaiamento geral dos salários, na quebra e no sucateamento de setores inteiros do capital brasileiro. O abandono dos pobres à própria sorte alastra um tipo de ação pela sobrevivência que as elites classificam como “anti-social”, disseminando a sensação de que o país vive uma guerra civil não declarada.

Alternativas para o Brasil

As possibilidades futuras do Brasil estão relacionadas com a consolidação (ou não) da política neoliberal tucano-pefelista, com as tendências do capitalismo internacional e com a retomada (ou não) dos movimentos sociais e políticos dos trabalhadores e das grandes massas populares.

A consolidação da política neoliberal encontra dificuldades, tanto internas quanto externas. Seu processo destrutivo cria fissuras e ameaça a existência de amplos segmentos da própria burguesia, acelera a proletarização de amplos setores da classe média, agrava o empobrecimento dos trabalhadores e a miséria de camadas crescentes dos marginalizados.

No terreno internacional, ao mesmo tempo que as corporações transnacionais avançam sobre todos os países do globo, os países capitalistas centrais tendem para um processo de “fechamento de fronteiras”, que torna duplamente difícil a situação dos países de associação dependente. A rapinagem do capital internacional tende a tornar-se mais intensa, a ocorrência de crises financeiras e o desemprego em massa mais dramáticos, e mais presentes as possibilidades de “guerras comerciais”.

Os trabalhadores e as massas populares aumentam seu descontentamento com a situação em que se encontram, tendem a realizar lutas espontâneas com alto grau de radicalismo, mas ainda se encontram bastante entorpecidos pela propaganda neoliberal, que os impede de relacionar sua situação real com as políticas implementadas pelo governo. A situação é agravada pela política moderada de parte das direções.

Diante deste quadro, há pelo menos três futuros possíveis para o Brasil:

Se a política neoliberal prosseguir hegemônica, teremos um cenário que pode ser chamado de “abismo”, porque as grandes massas da população serão deixadas à própria sorte, e lhes será imposta a barbárie como modo de vida. Abismo

é o que teremos se prosseguirem crescendo o sucateamento industrial, o desemprego estrutural e conjuntural, a desnacionalização etc. O abismo não significa que a política neoliberal seja incapaz de promover algum tipo de crescimento; significa, tão somente, que todo e qualquer crescimento neoliberal será contracionista do mercado interno, promoverá marginalização social mais ampla e mais profunda.

É pouco provável que a destruição neoliberal prossiga indefinidamente. Não porque falte apetite ao grande capital internacional, mas por dois outros motivos: em primeiro lugar, o tecido social brasileiro é resistente o suficiente e gerará, mais cedo ou mais tarde, uma alternativa. Em segundo lugar, o capitalismo está entrando numa fase internacional de “fechamento de fronteiras”, o que amplia as vantagens de outra política econômica (vale lembrar que o ciclo iniciado nos anos 30 recebeu um empurrão da “desconexão” resultante da grande depressão e da Guerra Mundial).

O futuro neoliberal só pode ser evitado se os trabalhadores e demais segmentos sociais ameaçados ou prejudicados pela política neoliberal implantarem seu próprio projeto; ou se a burguesia (ou uma de suas frações) for levada a adotar uma política econômica não-neoliberal.

O temor do “abismo” faz com que muitos setores da esquerda acreditem na possibilidade de frações da burguesia brasileira apoiarem alternativas ao neoliberalismo. Essa crença se alimenta e se reflete no ressurgimento de propostas nacionalistas e keynesianas, que encontram eco nas classes médias e mesmo entre os trabalhadores. E se apóia, internacionalmente, nas experiências chamadas de centro-esquerda. É fato, ademais, que setores da burguesia brasileira, mesmo fazendo juras de amor à modernização neoliberal, procuram alternativas para sobreviver ao processo de globalização. Dependendo da resistência social e política à destruição neoliberal, esses segmentos podem ganhar importância, conquistar a hegemonia e impor uma política de desenvol-

vimento econômico não-neoliberal, aproveitando-se mesmo das condições deixadas pela própria destruição neoliberal: enormes necessidades de infraestrutura, mercado interno reprimido, força de trabalho barata e extensa.

O problema mais sério para a concretização desta política está nas baixas taxas de poupança e investimento da sociedade, que contrastam com as altas taxas de consumo das elites do país. Mas para resolver isso não é necessário romper com privilégios dos setores burgueses dominantes: basta adotar a tradicional conciliação das elites, que leve a alguma fórmula intermediária que faça recair sobre o povo, mais uma vez, o peso do processo. Naturalmente, tanto quanto o abismo, este cenário exigiria um alto nível de autoritarismo político – necessário para impor as massas populares ainda mais sacrifícios.

Para que ocorra um novo ciclo de desenvolvimento capitalista, seria necessária ainda uma mudança de guarda (ou de política) do Estado brasileiro, como ocorreu nos anos 30. Atendidas estas condições, o capitalismo brasileiro poderia iniciar um novo ciclo longo. Hoje, como em 30, o grande capital não aposta suas fichas em nada que signifique enfrentamento com o *status quo* internacional. Mas, também como em 30, ele poderá ser o grande beneficiário de uma mudança de curso, mesmo sem ter sido o protagonista.

Contra estas duas alternativas, cabe às forças populares acumular força suficiente para impor uma nova política de desenvolvimento econômico e social, que supere não apenas o neoliberalismo, mas também o capitalismo. Isso exige retomar o fio rompido após as eleições de 1989.

A conjuntura de 1998

O ano de 1998 começou mais cedo, com a crise do Sudeste Asiático e seus reflexos no Brasil. Não foi a primeira crise do capitalismo neoliberal. Mas foi provavelmente a mais grave, atingindo o Japão e, por intermédio dele, ameaçando os Estados Unidos.

A crise impactou a economia brasileira. No curto prazo, gerou fuga de capitais. No médio prazo, encareceu as exportações brasileiras e tornou ainda mais caro atrair capitais estrangeiros.

Trata-se, até o momento, da crise mais grave vivida pelo governo FHC, porque colocou em questão dois dos pilares sobre os quais se baseia sua hegemonia: a “estabilidade econômica” e a capacidade – na verdade, ilusória – de oferecer um horizonte de longo prazo para a sociedade brasileira.

Para enfrentar a crise, o governo aumentou os juros e conseguiu sustar a fuga de capitais. Disse que a crise era “externa” e as medidas adotadas “inevitáveis e necessárias” para salvar o Plano Real. Acusou a oposição de “pescar em águas turvas”. Arrancou do Congresso Nacional algumas medidas que até então não haviam sido aprovadas. Acelerou o processo de privatizações e outras medidas do pacote neoliberal.

Isso tudo ampliou o curso recessivo da economia brasileira, com o impacto social conhecido. Além disso, aumentou a vulnerabilidade do Brasil diante da economia internacional. O governo pretende monitorar a situação, tentando obter maior fôlego nas vésperas da eleição. Mas até as pesquisas realizadas nos últimos meses mostram que o governo perdeu popularidade.

Entretanto, as debilidades da oposição permitiram uma margem de manobra grande para o governo. Uma dessas debilidades ficou clara na solidariedade ou na assumida trégua que setores do próprio PT emprestaram ao governo, quando da crise, sob o argumento de que críticas mais fortes naquele momento fariam o jogo da especulação internacional. Este presente surpreendente não impediu o governo de atribuir parte da crise à oposição (afinal, suas críticas anteriores teriam gerado uma “impressão negativa” sobre o Brasil entre os investidores internacionais), além de propor um pacto pela manutenção da política econômica.

Outra debilidade foi a inexistência, em outubro de 1997, de uma candidatura presidencial da esquerda (Lula só foi

lançado, pelo PT, em meados de dezembro). Afinal, se a oposição exigia outro governo, com outro modelo econômico, ela deixava de apresentar o óbvio: um candidato que expressasse isso, perante o conjunto da população.

Outro sinal de debilidade foi dado no episódio da Volks. A empresa ameaçou demitir 10 mil trabalhadores. As demissões faziam parte de um plano antigo; mas seu anúncio tinha relação direta com as medidas econômicas adotadas pelo governo. Os trabalhadores demonstraram estar dispostos a um enfrentamento em larga escala; enfrentamento indispensável para que o tema do desemprego se tornasse, em 1998, aquilo que a reforma agrária fora em 1997, graças à mobilização dos sem-terra. A direção do Sindicato dos Metalúrgicos do ABC optou pela via do acordo, que implicou a demissão “voluntária” de quase 4 mil metalúrgicos e a perda de uma série de direitos que constituíam, de fato, um salário indireto.

Um quarto sinal de debilidade ficou evidente quando a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Cidadania realizaram, em março de 1998, o seminário “Um projeto de desenvolvimento para o Brasil”. Não bastasse o convite ao senador José Serra e ao empresário Antonio Ermírio, e o não-convite aos partidos aliados, o seminário incorporou a pauta proposta pelo governo: “contas públicas equilibradas”, “custo Brasil” etc. Ou seja, o seminário discutiu os problemas criados pelo governo e como resolvê-los a partir dos pressupostos e objetivos do próprio governo, vale dizer, das classes dominantes.

Apesar destas e de outras debilidades da oposição, a situação prossegue tensa para o governo. O cristal da “estabilidade” trincou. O quadro econômico será de dificuldades crescentes, durante todo o ano. Ampliou-se a dissidência nas hostes que apoiaram FHC em 1994. Aumentou a margem de manobra de seus aliados, em particular do PFL. A insatisfação social ganha dimensões preocupantes. Em resumo: as eleições não serão mais um passeio para o governo, como até mesmo setores da oposição chegaram a pensar.

O quadro eleitoral

O quadro das eleições gerais de 1998 ainda não está completo. Na disputa presidencial, os candidatos mais fortes, até o momento, são Fernando Henrique e Lula, havendo ainda a candidatura de Ciro Gomes.

Fernando Henrique tem o apoio da máquina do governo, da mídia e do grande capital. Conseguiu, também, reunir no bloco governista o apoio do PPB e de parte do PMDB. Mas FHC tem contra si: a) a inexistência de uma “bandeira” como foi a do Real; b) o desgaste do governo; c) a existência de disputas estaduais entre as forças do bloco governista; d) a instabilidade internacional, com a possibilidade de novas crises, diante das quais o governo teria maior dificuldade de manobra. Sabedor desta situação, FHC opera para manter a coligação governista (agradando Maluf, cooptando o PMDB e contendo a transferência de votos rumo a Ciro Gomes). Seu objetivo é vencer no primeiro turno.

Ciro Gomes busca ser porta-voz dos setores dissidentes do governo: empresários que tiveram que vender o seu patrimônio para grandes capitalistas internacionais; outros que não receberam o que pretendiam no botim das concessões e privatizações; grandes banqueiros que temem a concorrência; e uma miríade de pequenos e médios proprietários que não estão resistindo aos altos juros e a abertura comercial. Os dissidentes não almejam confrontar a globalização, o neoliberalismo, o imperialismo norte-americano, a estrutura social brasileira. Eles reclamam do ritmo imprimido por FHC e lamentam os resultados práticos da macroeconomia do Real.

O programa de Ciro – que ele definiu com as fórmulas Real + 1 e FHC + 1 – visa reduzir o impacto das medidas neoliberais *para estes setores*: desonerar a produção, cobrar imposto sobre consumo, abater a dívida pública com o dinheiro das privatizações, atacar o “corporativismo” sindical, acelerar as reformas...

As afinidades programáticas entre Ciro Gomes e FHC deixam claro que as candidaturas de esquerda e de “centro-esquerda” não são aliadas.

A candidatura de *Ciro Gomes*, lançada pelo PPS, pretende chegar ao segundo turno, para o que precisa obter o voto de um amplo setor do eleitorado de esquerda. O que só acontecerá se a candidatura *Lula* não se firmar como alternativa ao modelo econômico vigente no país.

Ciro Gomes também pode ser beneficiado por uma crise mais grave, que desgaste de forma irreversível o candidato FHC. Nesse caso, a grande burguesia poderia migrar, de uma candidatura FHC não mais atrativa eleitoralmente, para uma candidatura “de oposição” que, vitoriosa, prosseguiria a política neoliberal.

Lula é apoiado pelo PCdoB, pelo PCB e pelo PDT. O PSB pode vir a apoiar formalmente *Lula*. Mas é provável que suas lideranças se dividam, com uma ala apoiando *Lula*; outra apoiando, disfarçada ou abertamente, *Ciro Gomes*; sem falar nos que vão manter uma neutralidade pró-FHC. O PSTU, que fez parte da Frente Brasil Popular em 1994, discorda da aliança PT-PDT e deve lançar candidato próprio.

O apoio do PDT pode consolidar a votação de *Lula* em alguns estados. Politicamente, pode reforçar a dimensão nacional de nosso programa democrático-popular. Mas há tensões entre o PT e os setores conservadores abrigados no PDT; além de conflitos programáticos e táticos em torno da reforma agrária, uma vez que o PT apóia as ocupações promovidas pelo MST. Outra fonte de tensão são as alianças estaduais: em vários estados, nossos aliados optaram por coligar-se com partidos de direita. É o caso do Maranhão, onde o PDT caminha para apoiar a candidatura de *Cafeteira* (PPB), e o PCdoB apóia e integra o governo de *Roseana Sarney* (PFL).

Lula inicia a disputa contando com um apoio superior a 20 milhões de eleitores. É uma candidatura conhecida, algo fundamental numa campanha eleitoral “curta” e com um reduzido horário eleitoral gratuito. Trata-se de um candidato identificado com as lutas e reivindicações dos trabalhadores, com a chamada questão social – que pretendemos seja a dominante nesta eleição.

Entretanto, o destino da candidatura Lula ainda está em disputa. Há fortes pressões para a candidatura Lula ocupar o espaço reservado à centro-esquerda, o que esvaziaria suas chances eleitorais e liquidaria o papel estratégico que a disputa presidencial pode assumir.

O papel estratégico da candidatura Lula

No início dos anos 90, o centro do debate ideológico e da luta política em todo o mundo era a “crise do socialismo”. Desde a crise do México, em 1995, a situação internacional começou a mudar. Hoje, “o espectro que ronda o mundo” é o *crash* global: a crise do capitalismo neoliberal.

A solução neoliberal para o baixo crescimento dos países centrais gerou fortes movimentos especulativos em todo o mundo, o que não ampliou as taxas de crescimento nos países centrais, mas fez crescer a capacidade produtiva mundial – inclusive com os investimentos em países como os do Sudeste Asiático, do Leste Europeu e da América Latina.

A capacidade produtiva mundial é hoje muitas vezes superior à demanda. Noutras palavras, a cadeia de créditos/empréstimos e a fantástica lucratividade das bolsas mundiais repousam sobre um fundo falso, movediço. Para contornar a crise, muitos países estão realizando desvalorizações, ou seja, enfraquecendo suas moedas nacionais *vis-à-vis* o dólar. O efeito prático disto pode vir a ser uma que-bradeira generalizada e uma onda de queda de preços, aquilo que os economistas chamam de deflação, ante-sala da depressão. A crise já atingiu o Japão, um dos maiores detentores de títulos do Tesouro norte-americano, e pode atingir o centro do capitalismo internacional.

A crise econômica internacional deve prosseguir por um bom tempo, gerando – nos países capitalistas centrais – tendências protecionistas. Isso dificultará a atração do capital estrangeiro, bem como fechará portas às nossas exportações.

O resultado, para o Brasil, será o agravamento das tendên-

cias destrutivas da política econômica adotada pelo governo FHC: ampliação da desestruturação da economia nacional, a transferência de patrimônio (público e privado), os cortes orçamentários, a recessão e o desemprego, entre outros efeitos socialmente danosos. Além de aumentar as pressões por uma desvalorização cambial, que o governo pode ser forçado a realizar, mesmo depois das eleições de 1998. Isso para não falar da radicalização das medidas de “ajuste” e das ditas “reformas” e privatizações – como se pode ver nas ações posteriores à alta dos juros.

A dependência de capitais estrangeiros, como já dissemos, não gera necessariamente crescimento. Mas produz, certamente, mais desemprego, mais violência urbana, mais pobreza, recessão econômica, redução ainda maior da soberania nacional... Para agravar a situação, os capitais estrangeiros começam a escassear – exigindo-se, para atraí-los, mais e maiores concessões, a começar pela escorchante taxa de juros.

Por outro lado, a atual “estabilidade” tem gerado custos econômicos e sociais enormes, que agravam aqueles herdados da crise do “modelo 30/80”. E uma desvalorização mais forte da moeda pode produzir um repique da inflação, esvaziando uma importante arma ideológica do governo.

Esta situação exige e facilita – mas não garante – que se apresente, não apenas no terreno da propaganda ideológica, mas também como alternativa política prática, um outro projeto para o país. Este é o papel da candidatura Lula 98 e das candidaturas democrático-populares aos governos estaduais, ao Senado, à Câmara dos Deputados e às Assembleias Legislativas. Este é o caminho que pode nos levar à vitória, política e eleitoral.

Fases da campanha eleitoral

Em 1989, no início da campanha, a maioria do partido e de sua direção não acreditava nas nossas chances eleitorais. Ao final, sofremos uma derrota eleitoral mas fomos poli-

ticamente vitoriosos. Em 1994, no início da campanha, a maioria do partido e de sua direção nacional não acreditava que pudéssemos perder as eleições. Ao final, sofremos uma derrota eleitoral e política.

Em 1998, como todos sabemos, a convicção de que podemos vencer ainda está sendo construída. E se tornará majoritária apenas quando – como em 1989 – a campanha tiver se transformado num movimento social. Mas para que isso aconteça, será necessário que os dirigentes se tornem propagandistas, para a base partidária e aos apoiadores da candidatura presidencial, de qual são nossos objetivos nesta eleição: queremos vencer, eleitoral e politicamente. E antes de mais nada, será preciso que o próprio Lula assuma um discurso consistente e combativo.

Para vencer a guerra eleitoral, teremos que enfrentar várias batalhas. A principal delas será garantir nossa ida para o segundo turno. A simples ocorrência do segundo turno já será uma derrota política para FHC. Um segundo turno contra Lula será uma dupla derrota, sinalizando que persistirá a polarização entre campos conservador e popular; e que, mesmo vencendo as eleições, FHC enfrentará sólida oposição durante o seu segundo mandato. O mais importante, entretanto, é que o segundo turno é outra eleição: o favoritismo de FHC (construído a partir da máquina governamental, da mídia, do poder econômico) será fortemente abalado.

Para além dos fatores já arrolados anteriormente, concorrem para um segundo turno: a) a existência de disputas estaduais entre candidatos conservadores, em que um dos contendores pode não jogar todo o peso a favor de FHC, com medo de que este apóie o candidato opositor no segundo turno; b) o potencial da campanha Lula de 1998, que pode por si só garantir o 2º turno.

Forçadas a disputar um segundo turno, as elites se comportarão como em 1989: jogarão tudo contra nós, com a vantagem de disporem – para coordenar esta operação – do próprio candidato-presidente e de seu governo. O PT será

submetido a enormes tensões no sentido de acatar a orientação macroeconômica dominante. Às pressões somar-se-á a chantagem dos “mercados internacionais”, ameaçando com fuga de capitais e similares. Neste cenário, caberá à direção política da campanha e à direção do partido adotar uma posição firme, convocando o povo a rejeitar as pressões e as chantagens, sob pena de a eleição tornar-se uma farsa, na qual só se aceita o resultado querido pelo grande capital.

Será uma batalha *muito mais difícil do que a de 1989*. Nessa batalha, o PT e a esquerda podem ser derrotados eleitoralmente. Só não temos o direito de sermos derrotados politicamente, o que acontecerá caso descaracterizemos a campanha; ou caso outro candidato vá ao segundo turno.

Diretrizes da campanha eleitoral

Lutamos para que a campanha eleitoral de 1998 seja de polarização entre as forças conservadoras *versus* as forças populares. Esta polarização ocorreu em 1989, com nosso campo na ofensiva. Poderia voltar a ocorrer em 1994, mas nosso campo estava recuado, política e programaticamente; com isso, tivemos uma polarização “*em termos*”, eleitoral. Em 1998, o nosso desafio é afirmar uma polarização programática, política e social. Isto se faz:

Afirmando o caráter de classe de nossa candidatura: é a candidatura do “mundo do trabalho”, dos setores democráticos, populares e socialistas, contra a candidatura dos ricos, da especulação financeira, da destruição nacional, da subordinação do país aos ditames do grande capital. As vitórias de Collor e de FHC foram possíveis porque eles combinaram a disputa política com a ideológica. Nossa campanha deve apresentar propostas claras, diretas, práticas, exequíveis, sendo acompanhadas de uma crítica de conteúdo claramente ideológico. Nesse sentido, nossa candidatura travará uma disputa *política e ideológica* na sociedade brasileira.

Apostando numa campanha militante, consolidando o apoio e mobilizando os setores organizados, e a partir deles

atingindo os setores médios e os “excluídos”.

Defendendo um programa de ruptura com o neoliberalismo. Não somos a candidatura que vai manter o Plano Real, nem a que vai corrigi-lo. Somos a candidatura que vai substituir a atual política econômica por outra, assentada em três eixos: distribuição de renda e riqueza, defesa da soberania nacional e democratização radical da política e da sociedade brasileiras, numa perspectiva socialista.

Colando a campanha aos movimentos sociais. A reeleição, o uso da máquina, as restrições ao horário eleitoral gratuito, o apoio maciço da mídia e do poder econômico só serão rompidos se houver uma ampla mobilização social no país, e se a campanha for ao mesmo tempo estimuladora e beneficiária desta mobilização. Nossa vitória nas urnas de 1998 depende do que fizermos nas ruas do país. Vale lembrar que as recentes vitórias eleitorais de “centro-esquerda” aconteceram na sequência de fortes lutas: a greve dos servidores públicos franceses; a onda de greves na Coreia do Sul; o fechamento de estradas na Argentina; a mobilização zapatista no México. No Brasil, a luta política e a mobilização social são essenciais para reverter o atual favoritismo da candidatura imperial.

Por isso, preparar o partido para a disputa eleitoral não se resume a escolher os candidatos, o programa ou a política de alianças. Uma das tarefas mais importantes do Partido é ajudar a criar os elementos conjunturais que permitam uma reviravolta da situação. Para isso, além de apoiar todas as mobilizações que venham a ocorrer, é preciso jogar o esforço do partido naquelas lutas que tenham capacidade de pautar o debate nacional em torno dos temas que constam do programa da candidatura presidencial, e vice-versa; é preciso fazer constar do programa aqueles temas que a luta social tenha conseguido inserir na agenda nacional.

Enraizando a campanha. A conjuntura cria maiores dificuldades para o governo; mas não garante, por si só, a ocorrência de um segundo turno, e muito menos a ida de Lula para este segundo turno. Isto dependerá em boa medida da

tática adotada pela campanha, tendo um papel importante o programa da campanha, o discurso do candidato e o nosso desempenho no horário eleitoral gratuito. Entretanto, as enormes restrições postas à candidatura popular nestas eleições indicam que o sucesso da campanha dependerá, também, do seu enraizamento.

Não devemos esperar que isso aconteça espontaneamente. O partido está muito “enferrujado” e grande parte da militância está vinculada a candidaturas proporcionais ou a candidaturas majoritárias nos estados, as quais às vezes se tenta imprimir uma dinâmica que entra em contradição com os interesses da disputa nacional (como se viu na visita, a FHC, de nosso candidato a governador no Acre).

Dando total prioridade à campanha presidencial. As campanhas de senadores e governadores devem ser casadas com a campanha presidencial, inclusive com coordenações unificadas. Isso é particularmente necessário naqueles estados onde a candidatura a governador é forte – não sendo admissível a repetição do comportamento de alguns candidatos que, em 1994 e 1996, tentaram manter distância do Partido e de seu candidato majoritário.

Mantendo a coerência nas alianças: o encontro extraordinário reafirma o caráter nacional de nossa política de alianças, baseada no combate ao governo FHC e seus comparsas; e reafirma, também, a proibição de alianças com partidos de direita e/ou que constituam a base de apoio do governo FHC, não importando se o PT ocupa ou não alguma vaga majoritária na coligação. No caso do PSDB ou PMDB, só serão permitidas coligações naqueles casos em que as seções estaduais desses partidos tenham rompido com o governo FHC.

No caso do PPS: considerando que FHC e Ciro Gomes são as duas faces de uma mesma moeda, ambos comprometidos com o projeto neoliberal; considerando que a bancada federal do PPS tem votado com o governo em questões importantes; e considerando que, apesar disso, o 11º Encontro Nacional manteve o PPS no arco de alianças do PT; orientamos nossos

militantes, onde haja possibilidade de coligação com o PPS, a condicionar a aliança à exclusividade de palanque para o Lula na chapa majoritária.

Organizando comitês populares, dedicados a uma campanha militante, casa a casa. Cabe à coordenação nacional estimular a ação desses comitês, principalmente pela criação de materiais e campanhas específicas. Evidentemente, os comitês dependem – nessa fase inicial da campanha – do empenho dos candidatos proporcionais. Todos os candidatos a deputado federal e estadual devem transformar seus grupos de apoio em comitês pró-Lula.

Engajando na campanha nossos parlamentares, e os companheiros que atuam nos governos municipais e no GDF: devemos estimular o debate das alternativas eleitorais, e dar especial destaque ao arrocho que o governo FHC está praticando contra os municípios brasileiros; nossas bancadas no Congresso Nacional, nas Assembléias Legislativas e Câmaras Municipais devem adotar uma tática parlamentar que amplie a pressão e a denúncia contra os governos conservadores.

Diretrizes do programa de governo

O programa democrático-popular deve se posicionar sobre alguns grandes temas: a relação do Brasil com a ordem econômica internacional; as medidas contra a concentração da propriedade; o papel do Estado; a natureza e o ritmo das medidas de distribuição de renda. Cada um destes temas se desdobra em debates de fundo e medidas de natureza prática. Além disso, duas outras questões ganharão importância programática: a avaliação do Plano Real; e as medidas diante da situação econômica imediata.

Durante o debate do programa, que será feito em comum com os partidos da Frente, os representantes do PT devem defender o governo democrático-popular com as seguintes diretrizes:

- a) romper com a política neoliberal, adotando três eixos de atuação: distribuição de renda e de rique-

- za, defesa da soberania nacional, democratização radical da política e da sociedade brasileiras;
- b) defender o papel coordenador, regulador, indutor e produtor do Estado;
 - c) suspender as privatizações em curso e revogar o Programa Nacional de Desestatização, recuperando e colocando o patrimônio público a serviço das maiorias;
 - d) adotar as medidas políticas e judiciais necessárias à anulação da privatização da Vale do Rio Doce, das estatais da área de energia elétrica e outras empresas estratégicas já privatizadas ou que venham a ser privatizadas nos próximos meses;
 - e) implementar um plano de recuperação da infraestrutura nacional;
 - f) alterar a política de incentivos fiscais, hoje voltada a garantir facilidades para os grandes monopólios, direcionando-a para os pequenos e médios produtores;
 - g) modificar as condições de pagamento da dívida pública, estabelecendo um teto para os gastos com juros/principal que seja compatível com as necessidades de custeio e investimento previstos em nosso programa;
 - h) defender a produção e o mercado nacionais, adotando a política cambial compatível com esta meta;
 - i) elevar as alíquotas de importação, conter as importações para o mercado de alta renda, estimular a substituição de importações, recuperar a indústria de bens de capital;
 - j) desmontar o controle do grande capital internacional e nacional sobre a economia brasileira;
 - l) canalizar para a produção os recursos atualmente destinados para a especulação financeira. Nesse sentido, o governo multiplicará as medidas de controle do sistema financeiro, incluindo controles sobre os capitais estrangeiros, taxações, blo-queios, redução e limite para a taxa de juros;

- m) o novo governo suspenderá e reverterá o processo de privatização dos bancos públicos. Tornará públicos os bancos privados que receberam ou estão recebendo recursos públicos, na perspectiva de que o sistema financeiro deva ser estatizado;
- n) adotar um conjunto de reformas populares, que viabilizem crescimento com distribuição de renda e elevação das condições de vida da população, tais como: reforma agrária, acompanhada de uma política agrícola que garanta segurança alimentar para toda família brasileira; reforma habitacional, que tenha como meta eliminar, ao longo dos próximos 4 anos, o déficit habitacional; reforma educacional, que garanta escola para todos; reforma da saúde, que garanta atendimento público e gratuito para todos os brasileiros; o combate à sonegação e à fraude, acompanhado de uma reforma tributária progressiva, viabilizando os recursos necessários para as metas anteriores, por meio de alíquotas que tirem mais, de quem mais tem;
- o) implementar uma política de geração de empregos e de combate ao desemprego, assentadas na adoção de outra política econômica, na redução da jornada de trabalho sem redução de salário, no combate ao trabalho infantil e a todas as medidas de precarização, informalização e flexibilização do trabalho, a começar pela revogação da lei que permite o contrato temporário;
- p) proteção aos salários e elevação do salário mínimo, estabelecendo como meta a ser perseguida ao longo do mandato um salário que permita adquirir a cesta básica adotada como referência pelo Dieese;
- q) recuperação e valorização do serviço público, adotando entre outras medidas a recuperação dos salários e da estabilidade do funcionalismo;
- r) adotar as medidas políticas e jurídicas necessárias

- ao estabelecimento de uma política previdenciária baseada no tempo de serviço, na remuneração justa do aposentado e no combate à sonegação;
- s) alterar a política internacional do país, baseando-a no seguinte princípio: o Brasil recusa a inexorabilidade da “globalização” e luta por outra ordem internacional, baseada no respeito à soberania das nações, na democracia e na cooperação que visa elevar o nível de vida dos povos. Essa ordem só será possível com a desconstituição da hegemonia norte-americana e com o desmanche dos organismos internacionais que a sustentam: a Organização Mundial do Comércio, o Banco Mundial e o Fundo Monetário Internacional. Sem uma nova ordem internacional, não é possível nenhuma in-tegração soberana do Brasil na atual ordem internacional;
 - t) o Brasil deve combater e/ou romper os diversos acordos que dão forma jurídica à hegemonia do grande capital e do império norte-americano. Entre esses acordos destacam-se o Alca, o Nafta e o MAI (Acordo Multilateral de Investimentos);
 - u) o Brasil defenderá a cooperação entre os países dispostos a confrontar a hegemonia norte-americana e do grande capital, em particular a cooperação latino-americana. Por isto mesmo, o governo brasileiro deve denunciar os termos do tratado que instituiu o Mercosul, na medida em que este tratado facilita a invasão do mercado nacional por produtos estrangeiros, destruindo em particular a pequena e média produção agropecuária brasileira, propondo em seu lugar um acordo em novas bases;
 - v) o governo brasileiro emprestará todo o apoio a Cuba, em sua luta contra o bloqueio;
 - w) o governo brasileiro suspenderá o pagamento e realizará auditoria da dívida externa, adotando uma estratégia conjunta com os demais países devedores;

- x) adotar um conjunto de medidas que democratizem radicalmente a política e a sociedade brasileiras, tais como: democratizar o controle dos meios de comunicação de massa, até mesmo revendo a licença dos monopólios existentes nessa área; estabelecendo mecanismos que permitam aos movimentos sociais e ao conjunto da população influenciar diretamente a política do governo, as definições orçamentárias e as orientações da área econômica; e estimulando mudanças institucionais que garantam o princípio de que todo o poder emana do povo;
- y) recompor as relações institucionais entre União, Estados e municípios, consagrando a descentralização dos recursos e responsabilidades, combatendo e impedindo a “guerra fiscal” entre estados e municípios, garantindo a autonomia e o desenvolvimento regional equilibrado. O governo demo-crático e popular recomporá o pacto federativo brasileiro, com base na diversidade e pluralidade cultural que marcam o país.

A tática dos moderados

É duvidoso que a maioria moderada, que atualmente dirige o partido, esteja em condições de operar com consequência na linha que propomos neste documento.

Nos últimos três anos, essa maioria operou noutro sentido. Vejamos algumas das atitudes da atual maioria da direção nacional, ou de setores expressivos dela: apoiaram candidaturas do PSDB, no segundo turno das eleições de 1994; apostaram numa divisão na coligação governista, entre o PFL e o PSDB, que seria “prisioneiro da direita”; compactuaram com as medidas adotadas pelo ex-petista governador Vitor Buainy; fizeram e fazem vistas grossas a certas medidas do governador Cristovam Buarque; aplicaram uma desastrosa política de alianças em 1996; tentaram construir uma frente

de centro-esquerda para as eleições de 1998, articulando até com Ciro Gomes e Itamar; decretaram publicamente que a candidatura Lula, se apoiada “apenas” pela esquerda, não teria chance alguma; perderam um enorme tempo tentando construir uma aliança nacional a partir das alianças estaduais, quando o correto seria o contrário; opuseram-se, até o limite da irresponsabilidade, a aceitar que o PDT indicasse o candidato a vice-presidente, em particular se fosse Brizola.

Resistiram até o último momento a aceitar que as eleições presidenciais deste ano se darão no quadro político, econômico e social previsto pela esquerda do Partido; que a única aliança possível nas eleições deste ano será com os partidos de esquerda; que a única tática possível para 98 depende da mobilização militante, das lutas sociais e do debate ideológico. E, em alguns estados (como Paraná, Acre e Amazonas), apostaram em frentes amplas, que incluem não só o PMDB mas também o PSDB.

Obrigados a adotar um candidato e uma tática de campanha que rejeitaram nos últimos três anos, os moderados do PT dividiram-se em três setores. Os que mantêm a tática antiga – e continuam tentando viabilizar alianças para além da esquerda. Os que dão de ombros e se voltam para suas candidaturas proporcionais. E os que, reconhecendo a derrota, se empenham em manter o controle da situação.

Existem divergências importantes entre esses três setores, que não possuem unidade em torno de uma estratégia política, nem a mesma concepção geral de socialismo. Mas eles têm unidade na luta contra a esquerda do Partido. O que parece uni-los é a idéia de que, em 1999, eles pretendem fazer um “ajuste de contas” *contra* os radicais.

Quanto ao candidato, ele emite sinais contraditórios, que confundem a militância partidária e criam problemas para a campanha – suas declarações sobre o PMDB, ou sua insistência em separar, na campanha eleitoral, a ideologia da política, como se isto fosse possível ou desejável. Além do que, aproveita sua condição de “candidato contra a vontade”, para

ganhar maior autonomia de vôo, inclusive na composição da coordenação de campanha. Vale ressaltar que parte dos expoentes do setor moderado parecem mais preo-cupados com suas próprias candidaturas proporcionais.

Por isso, a esquerda do partido deve influenciar a campanha Lula por dois movimentos:

- a) de baixo para cima, pela organização de uma campanha militante, em particular nos estados onde o candidato majoritário e a maioria da direção são ligados à esquerda, ou nas cidades onde a esquerda é majoritária ou dirige o governo;
- b) de fora para dentro, por meio do estímulo a mobilizações sociais que, a exemplo da Marcha dos Sem Terra, dêem o tom para a conjuntura política e para a agenda ideológica da campanha.

Divergências estratégicas

Nos anos 80, o PT hegemônizou a construção do pólo socialista, porque foi o setor da esquerda que melhor soube aproveitar a brecha aberta, principalmente, pela confusão reinante na burguesia – recusando as diversas tentativas de torná-lo parceiro nos tradicionais pactos das elites.

Essa postura, inicialmente baseada num forte sentimento de independência de classe, foi evoluindo paulatinamente para uma posição estratégica: a afirmação do objetivo socialista; o conjunto da burguesia como inimiga; a recusa da “etapa” democrático-nacional proposta pelo PCB e PCdoB; e uma difusão crescente do marxismo.

Assim, apesar de fortes divergências ideológicas, táticas, de concepção de partido e sobre a via da tomada do poder, o PT manteve no geral uma postura unitária, o que lhe permitiu capitalizar a luta social dos anos 80 e o desgaste dos partidos conservadores. Depois de 1989, aquela unidade foi se desfazendo.

A quase vitória alimentou o eleitoralismo, não apenas

no sentido menos nobre do termo, mas principalmente mudando a estratégia do partido. A disputa e o exercício de governos deixaram de ser meios, passando a ser um fim. *O fim.*

Em alguns governos municipais, a prática administrativa foi transformando o partido em “gerente”, não do capitalismo – o que seria ruim, mas pelo menos grandioso –, mas apenas do *status quo* local.

A crise do chamado socialismo real produziu uma verdadeira debandada: alguns abandonaram o socialismo; outros passaram a chamar de “luta pelo socialismo”, o que não passa de uma tentativa de reforma permanente do capitalismo; vários dizem defender o socialismo como “horizonte”, de quem já se disse que se afasta tanto quanto dele chegamos perto. E, de forma geral, gerou-se uma onda “revisionista” contra tudo que cheirasse a marxismo, socialismo revolucionário e inclusive a *petismo anos 80*.

A falta de unidade estratégica e a corrosão da cultura que deu liga ao Partido fizeram com que o PT e os movimentos sociais por ele estimulados perdessem eficácia tática e reduzissem sua capacidade de atrair novos quadros – daí o hoje constatado envelhecimento das direções partidárias. Esse processo foi particularmente grave no movimento sindical.

A confusão estratégica dissolveu o antigo núcleo dirigente do Partido – a tendência conhecida como Articulação – e gerou, a partir de 1991 (1º Congresso do PT), um processo de recomposição interna, que ainda está em curso, refletindo as diferentes estratégias postas diante do Partido.

A estratégia de “centro-esquerda”

O setor majoritário do Partido vem construindo, desde 1991, isto que hoje chamamos “política de centro-esquerda”. Esta política constitui uma ameaça ao Partido dos Trabalhadores. Trata-se de uma política que reduz a independência de classe,

abre mão do socialismo, estimula práticas que destroem a democracia interna e rebaixa até mesmo as chances eleitorais do PT.

Nos últimos anos, ao invés de perceber que os problemas do Partido decorrem de sua política, parte expressiva dos moderados passou a defender medidas excepcionais contra a esquerda: acham que sua política só será plenamente aplicada quando os radicais tiverem sido ou expulsos, ou reduzidos a uma mínima dimensão. É por isso que eles têm dito que 1999 será o ano “do ajuste de contas”.

Em nossa opinião, uma divisão do PT terá um impacto profundamente negativo para o movimento social do Brasil e para a luta socialista internacional. Enganam-se os que acham que uma cisão produziria um ou dois partidos fortes.

Por outro lado, é evidente que chegamos a uma situação de difícil convivência, entre posições políticas que só se aproximam forçadas pelas circunstâncias (como foi o apoio dos moderados à candidatura Lula) – e que mantém, ambas, forte base social e eleitoral.

Um processo semelhante atingiu outros partidos de esquerda, no Brasil e no mundo. O Partido Comunista Italiano, por exemplo, dividiu-se: por um lado, o Partido Democrático da Esquerda, reformista e pró-capitalista; de outro, o Refundação Comunista. A Frente Farabundo Marti (salvadorenha) e a Frente Sandinista de Libertação Nacional também dividiram-se, em ambos os casos com a saída de setores social-democratas – alguns dos quais reuniram-se, durante o ano passado, com próceres petistas, na tentativa de construir um projeto continental de “centro-esquerda”.

No Brasil, ainda não aconteceu nenhuma divisão de monta. Mas muitos militantes afastaram-se, a Convergência Socialista e outros grupos menores criaram o PSTU, lideranças históricas do Partido migraram para o PSB (Gilson Menezes, Jacó Bittar, Luiza Erundina, Darci Accorsi) ou PV (Vitor Buaiz). E há uma tensão crescente no Partido, que se reflete num refrão

repetido, em tom de ameaça, pelo setor “moderado”: “1999 será o ano do ajuste de contas”.

O que ocorrerá no próximo ano depende muito do que fizermos neste. Caso o PT e a esquerda petista obtenham uma vitória eleitoral ou política em 1998, isso impactará positivamente a luta interna partidária, podendo mesmo adiar o “ajuste de contas”. Mas está claro que, mais cedo ou mais tarde, haverá um enfrentamento de maior dimensão, em torno do controle do PT.

Não achamos que o racha é inevitável, nem achamos inevitável que os moderados continuem majoritários na direção nacional. Operam no sentido oposto: o peso que temos hoje no partido; o resultado eleitoral; as lutas sociais; a evolução geral da conjuntura; o comportamento da burguesia; e o nosso próprio comportamento na luta interna.

Nosso objetivo é claro: queremos nos constituir em maioria hegemônica do PT. Para isso, devemos aprofundar a elaboração política, especialmente no terreno estratégico; aumentar o peso social da esquerda petista; aumentar nossa unidade orgânica (como tendência e como campo de esquerda no PT), estabelecendo uma ação unitária entre as três grandes correntes ideológicas que se fazem presentes na esquerda petista: o reformismo radical, o nacionalismo e o socialismo revolucionário.

Se é verdade que o futuro do Brasil depende do PT, o futuro do PT depende de sua esquerda. A nossa disposição, a disposição da Articulação de Esquerda, é o de lutar e vencer.

ROTEIRO PARA O DEBATE

O PT realizou seu Primeiro Congresso no ano de 1991; seus debates foram dominados pela crise do socialismo. Oito anos depois, o Partido dos Trabalhadores realiza seu Segundo Congresso numa época histórica dominada pela crise do capitalismo.

Trata-se de uma crise “conjuntural” ou “estrutural” do capitalismo? Que alternativas existem para a ultrapassagem desta crise, tanto no campo do capitalismo quanto no campo do socialismo? Quais os desdobramentos políticos atuais, possíveis e desejáveis para esta crise? Qual a estratégia que devemos construir, nacional e internacionalmente, para enfrentar a situação atual?

Temos defendido a idéia de que a crise é estrutural; isso significa que sua profundidade e duração serão tais que tornarão possíveis alternativas mais profundas à atual ordem. E que o capitalismo só conseguirá “resolver” esta crise se praticar uma destruição em larga escala de forças produtivas (por meio de guerra, recessão prolongada, genocídio em larga escala etc.). Por isso mesmo, temos apontado o surgimento, nos próximos anos, de “crises, guerras e revoluções”. Temos indicado, também, que se trata de um período fértil não apenas para a propaganda socialista, mas também para a luta pelo socialismo como alternativa prática, concreta.

Ainda que esta luta não dependa do acerto teórico de seus protagonistas, achamos que um dos nossos grandes desafios está em qualificar melhor o “socialismo” que defendemos. Naturalmente, isso não tem nada a ver com a descrição de uma sociedade utópica (embora seja sempre importante mostrar como os avanços tecnológicos existentes no capitalismo tornam “tecnicamente” possível uma sociedade de abundância, necessariamente com outro padrão de consumo).

Quando falamos em qualificar melhor o socialismo que defendemos, nos referimos também a necessidade da tendência e do Partido estimularem um programa de estudo e debate permanentes em torno de quatro eixos:

Em primeiro lugar, o estudo e o debate do socialismo. A leitura dos socialistas pré-marxistas, de Marx e Engels, das correntes marxistas posteriores, o estudo das tentativas concretas de construção do socialismo (tanto das que entraram em crise quanto das que continuam em curso) etc.

Em segundo lugar, o estudo do capitalismo atual. Achamos que o socialismo é uma alternativa realista, porque consideramos que as contradições do capitalismo tornam o socialismo possível e necessário. Como o capitalismo transforma-se, periodicamente os socialistas têm que enfrentar a tarefa de analisá-lo cientificamente e demonstrar a atualidade da luta pelo socialismo. Se não fizermos isso, o socialismo será apenas um sonho, uma utopia, um desejo baseado em convicções éticas. E tudo isto, embora seja importante, não basta. Em resumo, temos que nos somar aos esforços que se fazem em todo o mundo, para realizar hoje o que Lenin e Rosa Luxemburgo, entre outros, fizeram em obras memoráveis (e, diga-se de passagem, contraditórias entre si) como *Imperialismo, etapa superior* e *Acumulação do capital*.

Em terceiro lugar, o estudo da sociedade capitalista existente no Brasil, e fazê-lo de um ponto de vista marxista, ou seja, considerando que nossa história, nossa economia, nossa política são produto da luta de classes. Precisamos estudar, criticar e superar as visões clássicas sobre a sociedade brasileira – presentes em Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Jr., Celso Furtado. Ainda que sejam gigantes perto dos anões que pululam na intelectualidade brasileira, a hegemonia que estes pensadores possuem sobre a intelectualidade esquerda é reveladora de como ainda não conseguimos formular uma análise socialista moderna da evolução do capitalismo no Brasil.

Em quarto lugar, o debate teórico com as correntes socialistas existentes no Brasil. As formulações que desenvolvemos nos textos *Uma estratégia socialista para o Brasil* e *Caminhos para o socialismo* precisam ser enriquecidas, a partir da polêmica.

A nosso ver, as posições da ala moderada do Partido devem merecer uma análise crítica sistemática de nossa parte. Seus mais importantes intelectuais, de diferentes formas, abandonam a idéia do socialismo como alternativa global ao capitalismo. Falam em “choque de ética” ou “choque de socialismo” no capitalismo. Em capitalismo sob controle social, e no socialismo como o “processo” de humanização e democratização do capitalismo. Ou defendem que o socialismo “brota” do interior do capitalismo e convive com ele, sob a forma principal do cooperativismo, mais ou menos como as relações capitalistas “brotaram” no seio da sociedade feudal.

Devemos travar uma polêmica com as posições do PCdoB, do PSTU e das correntes internas ao PT que têm se dedicado ao tema. Nossa polêmica com essas correntes deve concentrar-se no balanço das tentativas de construção do socialismo.

O debate sobre o socialismo inclui a estratégia de luta pelo socialismo. No quinto e sexto seminários nacionais da AE, bem como na primeira conferência, elaboramos uma formulação estratégica que, a nosso ver, precisa ser desenvolvida em quatro terrenos: o da via principal de acúmulo de forças, o da via principal de tomada do poder, o do programa e o da articulação internacional.

Trabalhamos com a idéia de que não há socialismo sem revolução, e não há revolução sem crescimento exponencial da luta de massas no país. Nesse sentido, temos defendido a luta social como nossa estratégia central, devendo o acúmulo de forças institucional ser uma função daquela. Entretanto, precisamos ser capazes de: a) formular uma linha de atuação nos movimentos sociais e b) formular uma linha de atuação para os governos democrático-populares compatíveis com aquela orientação estratégica.

Estas questões articulam-se com a da via da tomada do poder. Temos trabalhado com a seguinte formulação: a disputa e o exercício de governos fazem parte do acúmulo de forças necessário para a disputa pelo poder, sendo que esta exige um processo de ruptura revolucionária. Temos, também, chamado a atenção para a possibilidade de o Brasil viver uma experiência semelhante à do Chile (1970-73). Finalmente, temos lembrado que a tradição histórica brasileira é de “contra-revoluções preventivas”.

O resultado das eleições de 1998, a crise internacional e as disputas interburguesas indicam, a nosso ver, que o leque de possibilidades continua em aberto. Nesse sentido, devemos aprofundar nossas reflexões estratégicas, em particular prosseguindo o estudo organizado da experiência chilena. Mas também estudar o que tem acontecido nos diversos países onde frentes de “centro-esquerda” chegaram ao governo.

Sobre a questão do programa, devemos ter três objetivos: a) o primeiro deles é realizar a análise crítica das formulações programáticas do nosso Partido dos Trabalhadores; b) o segundo deles é travar o debate com a formulação programática hegemônica na esquerda brasileira, a chamada “centro-esquerda”, formulando ao mesmo tempo um programa “mínimo” para o período; c) o terceiro deles é realizar um debate aprofundado sobre a chamada “questão nacional”.

A chamada estratégia de “centro-esquerda” é composta de três partes: a disputa eleitoral, as alianças com partidos burgueses e um programa de desenvolvimento capitalista. As duas primeiras partes têm sido objeto de uma crítica constante, mas a terceira tem escapado quase incólume, fato curioso uma vez que é dela que decorrem as demais.

Os defensores da linha de centro-esquerda partem da idéia de que o socialismo está superado totalmente; ou tornou-se um objetivo para além do horizonte visível; ou trata-se de um “processo de humanização e democratização” do capitalismo; ou, finalmente, trata-se de um objetivo para ser

propagandeado, “já que o que faz avançar é a luta contra o neoliberalismo”. Noutras palavras, os defensores da linha de centro-esquerda consideram que o programa máximo dos socialistas, hoje, é a luta contra o neoliberalismo.

Nesta luta, poderíamos ter como aliados setores da burguesia não comprometidos com a especulação financeira, nem com os interesses do grande capital internacional, notadamente o americano. Ou seja, teríamos como aliados o setor “produtivo” e “nacional” da burguesia.

Os objetivos desta pretendida aliança são: retomar o crescimento, retomar o desenvolvimento, priorizar a produção, privilegiar o mercado interno etc. Noutras palavras, um capitalismo não-neoliberal, para o qual servem de exemplo a era Vargas, o período JK ou o governo Geisel, a depender do interlocutor.

Naturalmente, os defensores da centro-esquerda possuem diferenças sobre até aonde ir no enfrentamento contra o neoliberalismo. Parece prevalecer a idéia da “inserção soberana na globalização”, ou seja, a de um *modus vivendi* com o capitalismo internacional. Mas a cada crise (México, Indonésia, Coréia, Rússia), vários defensores da centro-esquerda radicalizam seu discurso contra a especulação e pela soberania nacional. Ou seja, em defesa de um espaço ao sol para os capitalistas brasileiros menos afortunados; o que garantiria, por sua vez, emprego, renda e um certo bem-estar para as massas populares.

Guardadas algumas diferenças importantes, esta posição – majoritária na esquerda brasileira – é uma versão anos 90 da estratégia nacional-democrático-popular do Partido Comunista. Como sabemos, o Partido Comunista ora aplicava esta estratégia “pela direita” (vide seu apoio a Vargas no final do Estado Novo, seu apoio de fato a JK, sua posição no final da ditadura militar), ora aplicava aquela mesma estratégia pela “esquerda” (levante de 35, manifesto de agosto de 1950).

Apesar do passadismo, nada impede que esta estratégia

“dê certo”, ou seja, que o PT acabe fazendo parte de um governo federal em aliança com partidos burgueses. Por isto mesmo, nossa crítica à centro-esquerda tem que adquirir maior conteúdo programático; chamamos particular atenção para a defesa da suspensão do pagamento da dívida externa, para a moratória da dívida pública, para o controle social dos grandes monopólios, para a reforma agrária radical etc. Pois o principal problema da estratégia de centro-esquerda está em que, vitoriosa, ela transforma o partido socialista num instrumento contra os trabalhadores ou, na melhor das hipóteses, num pelego.

Um dos aspectos importantes do debate programático é a chamada “questão nacional”. Essa questão ganhou enorme ênfase depois da *débauche* do campo socialista, por um motivo muito simples: derrotado o inimigo principal, os grandes Estados e as grandes empresas capitalistas passaram a disputar entre si pelo controle da economia mundial. Como não podia deixar de ser, a carta nacional cresceu de importância no jogo mundial. Na maioria dos casos, para que burguesias “fracas” pudessem obter legitimidade e apoio popular para sua luta contra o império norte-americano. Em alguns casos, desandando em nacionalismo fascista, como acontece em vários países da Europa, em que os migrantes chegaram a ser culpados pelo desemprego.

No caso do Brasil, com o enfraquecimento do socialismo, a “defesa da Nação” ganhou muito espaço em todo o espectro da esquerda brasileira (para não falar de direitistas insuspeitos, como Delfim Neto). Os setores mais moderados almejam viabilizá-la mediante alianças com setores “nacionalistas”, “não especulativos”, “produtivos” da burguesia brasileira. Os setores mais radicais almejam viabilizá-la mediante a mobilização (principalmente não institucional) dos setores populares. A nosso ver, ambas cometem um “erro” programático: desvinculam nossa alternativa estratégica da luta pelo socialismo.

Para enfrentar estas questões, devemos: a) precisar no que

consiste a “questão nacional” no Brasil do final do século XX; b) precisar por quais diferentes caminhos a “questão nacional” pode ser resolvida; c) indicar por qual caminho os socialistas pretendem resolver a “questão nacional” e como isto se articula com uma estratégia internacional de luta pelo socialismo.

Se respondermos corretamente a estas questões, estaremos evitando dois equívocos. O primeiro é negar a existência de uma questão nacional. O segundo é menosprezar os riscos de um desvio nacionalista.

A base teórica do desvio nacionalista está em não perceber que a “questão nacional” é uma questão “burguesa” de *per si*. A defesa da Nação contra o imperialismo pode ser algo extremamente progressista e revolucionário. Mas o mundo pelo qual os socialistas lutam não é um mundo de “nações-Estado”. Nesse sentido, a “defesa da Nação” por parte dos socialistas sempre será uma missão espinhosa e cheia de contradições. Além disso, há sempre o risco de a própria burguesia – mesmo essa burguesia entreguista e integrada que temos no Brasil – assumir arroubos nacionalistas e neutralizar a esquerda. Isso aconteceu diversas vezes na história do Brasil e pode voltar a acontecer.

Aliás, o renascimento da “questão nacional” neste final de século é um fenômeno internacional exatamente porque corresponde ao aguçamento da disputa intercapitalista. Fenômeno semelhante ocorreu no período que antecedeu a Primeira Guerra Mundial. E nunca é demais lembrar que o comportamento traidor da social-democracia de antanho teve como uma de suas bases o desvio nacionalista.

Neste sentido, devemos ser capazes de mostrar como se articulam, a nosso ver, a luta pelo socialismo, a luta contra o neoliberalismo e a chamada “questão nacional”.

Isso nos leva para a política internacional. É sabido que a maior parte do PT não domina as questões internacionais. É sabido, também, que a maior parte dos que se interessam pelo

tema o tratam principalmente sobre a ótica da solidariedade internacional. A exceção é a cúpula das tendências de filiação trotskista, bem como um reduzido grupo de dirigentes do setor moderado, que mantém articulações íntimas com os partidos social-democratas da Europa e América Latina.

Temos tomado, desde o início de 1997, uma série de iniciativas para que o Partido discuta mais este tema, bem como para tomar pé nas diferentes articulações internacionais em curso. Acreditamos que a Segunda Conferência é um momento de ampliar a discussão sobre o tema, nos seus três aspectos: a situação internacional propriamente dita, a política de relações internacionais do PT e as ações de cooperação internacional entre partidos e movimentos sociais.

Do pouco que vimos até agora, nos parece que devemos acompanhar atentamente – sem sectarismo, nem exclusivismos – todas as articulações internacionais ora em curso: zapatistas, comunistas, esquerda do Foro de São Paulo, as várias iniciativas que se reclamam da Quarta Internacional etc. E ter presente que estas articulações só ganharão vida se tiverem base de massas e, por trás delas, mobilizações sociais de natureza internacionalista.

A LUTA PELO SOCIALISMO

Lutamos por um mundo sem explorados nem exploradores, sem opressão nem dominação de nenhum tipo. Uma sociedade sem classes e sem Estado, aquilo que revolucionários de várias épocas chamaram de comunismo ou socialismo avançado, e que nós chamamos simplesmente de socialismo.

Não temos garantia de que conseguiremos, nem temos como prever quanto tempo demoraremos para superar a pré-história da humanidade. Tampouco sabemos como se organizará a sociedade, no dia em que a exploração deixar de ser o princípio básico de toda a estrutura social. Entretanto, estamos convictos de que construir o socialismo é algo necessário e possível.

Construir o socialismo é necessário, porque não vemos outra maneira de deter a barbárie capitalista. Não nos parece aceitável um tipo de sociedade em que os momentos de aparente paz e prosperidade só fazem preparar outros momentos, de guerra e miséria, sempre mais terríveis que os anteriores. As toneladas de papel gasto para discutir a fome, as guerras, a violência urbana, a corrupção política e o desemprego não deixam dúvida sobre as tendências estruturais do modo de produção capitalista.

Construir o socialismo é possível, em primeiro lugar porque o capitalismo não é eterno. Em segundo lugar, porque o capitalismo possui contradições que repõem, cotidianamente, o conflito entre uma produção cada vez mais socializada e uma apropriação cada vez mais privada, contradições cuja solução definitiva depende da propriedade coletiva dos meios de produção. Em terceiro lugar, porque o capitalismo desenvolveu a capacidade produtiva a tal ponto, que tornou viável garantir, *ao conjunto da humanidade*, um padrão de vida elevado e jornadas de trabalho declinantes.

Igualdade, abundância material e tempo livre são algumas das premissas necessárias – sabemos que não suficientes – para a construção de uma sociedade sem classes e sem Estado.

O processo de transição

A transição da sociedade capitalista para uma sociedade socialista é tarefa a ser realizada em escala internacional, e ocupará um longo período histórico.

Em certo sentido, esta transição começou no exato momento em que o capitalismo surgiu. Isto porque o desenvolvimento do capitalismo é uma *contradição em processo*: o crescimento da produtividade humana, condição necessária para a construção de uma sociedade igualitária, é a contraface da exploração que empurra os trabalhadores a lutar contra o capitalismo. Mas este desenvolvimento capitalista gera, automaticamente, espontaneamente, apenas as *condições necessárias* para a luta e para a construção de outra sociedade. Para que aquela luta ocorra, e para que desta luta surja outra sociedade, é preciso uma intervenção consciente dos trabalhadores.

Em certo sentido, também, a transição para uma sociedade socialista está presente na luta cotidiana dos trabalhadores, por maiores salários, menores jornadas, melhores condições de vida, por democracia etc. O programa dessas lutas cotidianas é parte constituinte do nosso programa maior, de transformação social. Ao mesmo tempo, estas lutas imediatas fazem parte do processo de acúmulo de forças, necessário para a construção de um movimento revolucionário.

Mas a luta cotidiana é travada contra certas manifestações concretas do capitalismo, não necessariamente contra o capitalismo. A luta por menores jornadas e maiores salários, por exemplo, não é uma luta pela abolição do sistema de assalariamento, no qual algumas pessoas são proprietárias dos meios de produção, enquanto outras são obrigadas a vender

a sua força de trabalho para poder sobreviver.

Num sentido mais preciso, o processo de transição para uma sociedade socialista tem início quando os trabalhadores realizam uma revolução política e social, tomam o poder de Estado num país ou grupo de países, colocam sob controle social todos ou parte dos meios de produção e iniciam as transformações políticas, econômicas e sociais coerentes com a construção de uma sociedade sem classes e sem Estado.

Entre a revolução e aquele ponto em que não haja mais exploração nem opressão medeia um longo período histórico, a que os revolucionários deram nomes como “transição” ou “fase inicial do comunismo”, e que nós chamamos simplesmente de construção do socialismo.

Uma luta de classe

A luta pelo socialismo é uma luta de classes, uma luta dos trabalhadores contra os capitalistas. Durante esta luta, indivíduos pertencentes originalmente a outras classes integram-se à luta dos trabalhadores. Ocorrem também alianças de classe, por exemplo quando o campesinato ou setores médios urbanos aliam-se aos trabalhadores assalariados na luta contra os capitalistas.

Em todas as revoluções socialistas ocorridas no século XX, ocorreram alianças entre os trabalhadores assalariados e os trabalhadores pequenos proprietários camponeses. Geralmente, foi o campesinato que forneceu a maior parte das forças revolucionárias.

A aliança assalariados–camponeses possui contradições internas, ligadas aos diferentes interesses dessas classes sociais. A principal delas diz respeito ao caráter da propriedade: há uma forte tendência, no campesinato, para a manutenção da propriedade privada; já os assalariados, como classe, só podem ser proprietários coletivos. Essa contradição está na base de muitos conflitos ocorridos nas diversas tentativas de construir o socialismo.

Outra contradição de classe muito comum ocorre entre os partidos e as classes revolucionárias. Uma vez no poder, os círculos dirigentes do Estado, do partido e das organizações sociais geralmente conquistam um acesso diferenciado ao poder e à riqueza. Nas tentativas de construção do socialismo no século XX, esta clivagem política e social – todavia inferior às diferenças existentes, no capitalismo, entre um trabalhador e um burguês – ganhou uma dimensão tal que muitos analistas chegaram a falar do surgimento de uma classe (ou pelo menos de uma fração de classe) diferenciada.

A construção do socialismo não acaba com as classes, nem com a luta de classes. Portanto, o desafio passa a ser triplo: a) derrotar as tentativas que os capitalistas farão para retornar ao poder; b) administrar as contradições entre as classes revolucionárias, para que elas não evoluam no sentido do rompimento da aliança; c) impedir que a vanguarda da revolução descole de sua base social e converta-se em um novo foco de exploração e opressão.

Uma luta mundial

A luta pelo socialismo é internacional, em pelo menos quatro sentidos:

- a) quanto a sua meta, que é a construção de uma sociedade sem classes nem Estado, em escala internacional;
- b) quanto ao seu inimigo, que defende o capitalismo em escala internacional;
- c) quanto aos seus aliados, que são movimentos, partidos ou Estados que lutam pelo socialismo;
- d) quanto à conjuntura, já que crises internacionais aguçam as contradições internas a cada país, catalisando as condições para as revoluções.

Em escala mundial, a construção de uma sociedade sem classes será um processo desigual e combinado. Desigual, porque em alguns países os socialistas chegarão ao poder e

começarão a tentar construir uma sociedade de outro tipo, ao mesmo tempo em que noutros países estaremos ainda sob o tácio do capitalismo – sendo que cada país estará num estágio diferente de desenvolvimento econômico, político e social. E combinado, porque as vitórias (e as derrotas) do movimento, nos diferentes países, se influenciam.

As revoluções sociais

Uma revolução acontece quando as contradições – políticas, econômicas e sociais – geradas por uma sociedade não conseguem ser resolvidas a não ser rompendo, violentamente, com a estrutura de poder vigente nesta mesma sociedade. Exatamente por isto, as revoluções não acontecem todos os dias: elas demandam um tempo, ao longo do qual as contradições acumulam-se, sem solução.

Num primeiro momento, a sociedade entra em ebulição, com amplos setores sociais questionando abertamente o *status quo*. Caso a classe dominante não consiga, por meio da repressão ou da concessão, esvaziar o processo revolucionário, ele segue adiante, derrubando a classe dominante. Uma vez no poder, os revolucionários começam a aplicar o seu programa de transformações políticas, econômicas e sociais.

Os revolucionários têm um papel claramente protagonista nas fases finais de uma revolução – a derrubada do velho poder e a constituição de um novo. Mas seu papel na primeira fase parece ser secundário: ironicamente, é a violência, a insensatez, a cupidez, a tirania, a exploração desenvolvida pela classe dominante que elevam a temperatura social, ao ponto da ebulição.

Os revolucionários não podem, sozinhos, criar uma situação revolucionária. Mas dependendo de sua política nos tempos de “paz social”, as revoluções tornam-se mais ou menos prováveis.

Os revolucionários fazem propaganda anticapitalista? Defendem o socialismo e a revolução? Organizam a luta do povo? Organizam os trabalhadores? Organizam o partido? Possuem uma estratégia que visa tomar o poder?

Ou defendem apenas reformas no capitalismo? Não falam de socialismo nem de revolução? Afastam-se das lutas? Organizam aparelhos ao invés de organizar o povo? Organizam campanhas eleitorais, ao invés de organizar o partido? Defendem uma “estratégia” para chegar ao governo e se esquecem do poder?

Dependendo de seu comportamento, no momento em que tem início a situação revolucionária, os que desejam a revolução também podem pôr tudo a perder.

O poder

O poder não apenas se toma, mas também se constrói. Construímos o poder dos trabalhadores, quando difundimos uma cultura socialista, quando organizamos as massas, quando criamos o Partido, quando lutamos. Como o poder é basicamente uma relação social, cada uma daquelas ações amplia o poder dos “de baixo”, e simultaneamente reduz o poder dos “de cima”.

Mas a simples “construção” do poder dos trabalhadores tem um limite. Como os capitalistas detêm maior soma de poder, eles o utilizam permanentemente para nos enfraquecer, cooptar e derrotar. Por isso, a simples *construção* nunca gerará poder suficiente, a ponto de tornar possível o socialismo. É por isso que, para chegar a uma sociedade sem classes, não basta construir, é preciso destruir o poder dos capitalistas: todo ou a maior parte de seu poder econômico, político, militar, ideológico e diplomático.

O poder econômico é o controle (e não apenas a propriedade jurídica) dos meios de produção, em particular das empresas do setor financeiro, do comércio exterior e das empresas estratégicas. O poder político é o controle dos governos, dos legislativos, do judiciário e da burocracia de Estado. O poder militar está expresso nas Forças Armadas, nas polícias e nas organizações paramilitares. O poder ideológico tem um aspecto inercial (a maioria do povo está sob

influência da ideologia dominante) e outro ativo (o controle dos meios de comunicação de massa). E o poder diplomático está na capacidade de mobilizar apoios de outros países e organismos mundiais.

Aos trabalhadores não basta destruir o poder dos capitalistas. É preciso construir um novo poder. Econômico, expresso no controle (de direito e de fato) dos grandes meios de produção, na adoção de novas formas públicas e cooperativas de propriedade, na adoção da democracia no local de trabalho. Político, que implica não apenas no controle, pelos trabalhadores, das novas formas – executivas, legislativas e judiciárias – que venham a ser criadas ou reformadas, mas também na criação de um poder popular autônomo, baseado nas organizações de massa. Militar, que significa construir outras forças armadas, associadas a um projeto socialista e apoiadas na noção de que a melhor defesa de um país é feita por seu povo. Ideológico, que se materializa principalmente numa democratização radical dos meios de comunicação de massa e numa nova mensagem cultural. E diplomático: pelo seu porte e importância geopolítica, o Brasil tem condições de ser um dos pólos de reconstrução internacional do projeto socialista. Isso exigirá a criação de novas relações internacionais, e o enfrentamento da hegemonia norte-americana.

O que chamamos de “conquistar” ou “tomar” o poder é exatamente isto: um outro estágio do processo de construção do poder. Ou, mais exatamente, “tomar o poder” é aquele tipo de construção do poder que se faz simultânea ou subseqüentemente à destruição rápida e violenta do poder dos de cima.

Evidentemente, em condições normais, os capitalistas detêm mais poder que os trabalhadores. Por isso é que só em condições excepcionais é possível tomar o poder. Por isso é que só nas revoluções se torna possível tomar o poder. As revoluções são verdadeiros terremotos sociais: elas desestruturam o poder dos de cima, e tornam possível que – a partir de uma base de poder aparentemente menor – os trabalhadores vençam.

Vias de tomada do poder

A tomada do poder só pode ocorrer nos processos revolucionários. No século vinte, tivemos revoluções aparentemente isoladas, mas fortemente influenciadas por outros processos – como é o caso de Cuba. Tivemos uma onda revolucionária, entre 1917-1924, ao final da qual a revolução foi vitoriosa em apenas um país (a Rússia). E tivemos situações em que os socialistas chegaram ao poder em vários países, de maneira quase simultânea e respondendo ao mesmo impulso histórico – como aconteceu no pós-Segunda Guerra Mundial (China, Coreia, Vietnã); e na África, nos anos 70 (Moçambique, Angola).

Cada revolução tem suas particularidades, e uma das mais importantes é a forma pela qual os revolucionários conquistam o poder. Nas revoluções ocorridas no século XX, existiram duas formas básicas de tomada do poder: a insurreição e a guerra.

A insurreição é um levante urbano, de curta duração, em que a radicalização do movimento de massas cria as condições para uma ação militar rápida, que desmonta os aparatos de poder da classe dominante. Foi o que aconteceu na Rússia (1917) e no Irã (1979).

A guerra é um confronto entre dois exércitos, que envolve a ocupação de território e a destruição (ou neutralização) das forças armadas adversárias. A guerra como meio de tomar o poder – seja na forma de guerrilha, seja na forma de guerra popular prolongada – só é possível em algumas circunstâncias históricas: ou como parte de um processo de libertação nacional, de um país ocupado militarmente (Vietnã, Irlanda, Iugoslávia); ou como expressão da luta camponesa, em países onde o poder central é relativamente fraco, tornando-se possível “libertar” regiões inteiras (China); e, em todos os casos, quando a ausência de mínimas condições democráticas, a ausência de liberdades políticas, eleições fraudadas, perseguição aos militantes da oposição etc. confere legitimidade – perante um setor significativo das massas – à luta armada contra o poder constituído.

O predomínio desta ou daquela forma de tomada do poder depende das características da sociedade, da tradição da luta de classes no país e de condições conjunturais concretas. Países camponeses (ou seja, com grande parte da população e da economia baseadas na agricultura) têm sido cenários para as guerras. Países mais urbanizados (como a Rússia e o Irã) têm sido cenário de insurreições.

Insurreição e guerra costumam aparecer, de forma combinada, nos processos revolucionários. Na Rússia, por exemplo, tivemos uma insurreição, precedida por greves e mobilizações de massa, e seguida por uma guerra civil. Em Cuba, tivemos uma guerra de guerrilhas, e na fase final a luta assumiu uma forma insurrecional.

Uma insurreição pode ser voltada contra um governo conservador, que já não tenha mais nenhuma legitimidade aos olhos da maioria dos trabalhadores; como pode constituir parte da defesa de um governo popular, ameaçado por um golpe militar (Espanha, 1936). Mas em nenhum caso existe insurreição vitoriosa, sem o apoio de uma parte das forças armadas, que rompe com a hierarquia e com a classe dominante, passando a apoiar os revolucionários.

A passagem, para o campo revolucionário, de uma parte das forças armadas depende menos do trabalho político junto aos militares, e mais da influência que a própria crise revolucionária gera nas tropas.

Às vezes, durante o processo de acúmulo de forças, explodem conflitos que assumem a forma de insurreição ou de guerra. A violência dos latifundiários gera reações de auto-defesa; o conflito social nas cidades pode assumir formas insurrecionais (Watts/EUA, 1965; Paris, 1968; Santiago del Estero, 1996; Maceió, 1997). Os exemplos acima mostram que nem sempre a ocorrência destes fenômenos significa que estamos diante de uma situação revolucionária.

Esquerdismo e reformismo

Nosso objetivo é construir o socialismo, e é por isso que queremos conquistar o poder. Para alcançá-lo, é preciso que ocorra uma revolução no país. Aquilo que fazemos durante os períodos não-revolucionários de luta política – que constituem a maior parte do tempo – é o que chamamos de acúmulo de forças.

Têm razão os que dizem que os trabalhadores podem acumular, acumular, acumular... e nunca este acúmulo desembocar num processo de transformação revolucionária da sociedade. Têm razão por um simples motivo: esse acúmulo não é o responsável, pelo menos não o responsável principal, pela criação de uma situação revolucionária. Como já dissemos antes, a criação de uma situação revolucionária depende principalmente do capitalismo, do comportamento da classe dominante, da não-solução das contradições.

É por isso que alguns setores do movimento socialista – que chamamos de “esquerdistas” – acham que cada conquista que os trabalhadores arrancam sob o capitalismo constitui um estímulo a menos para a luta revolucionária.

Evidentemente, os que pensam assim têm vocação para faquir, mártir ou vivem de rendas. Para os trabalhadores comuns, não existe opção: é preciso lutar, aqui e agora, por melhorar as condições de vida. O trabalhador comum, o “representante médio” da classe trabalhadora, não quer fazer a revolução, ele quer viver melhor. Se o capitalismo lhe oferecer condições decentes, ele não terá por que lutar pelo socialismo – mesmo que, no íntimo, ele preferisse viver noutras condições, noutra sociedade.

Outro erro cometido pelos esquerdistas: a única forma de os socialistas ganharem a condição de vanguarda da classe trabalhadora é dirigindo a sua luta imediata, cotidiana, por melhores condições de vida. Pessoas que se demonstrem insensíveis a esta luta nunca serão aceitos para dirigir uma

luta maior, por outra sociedade. E é nesta luta que os trabalhadores ganham consciência e desenvolvem suas habilidades organizativas e políticas.

Outro setor do movimento socialista – os “melhoristas” ou simplesmente reformistas – faz um raciocínio semelhante aos esquerdistas: eles também acham que cada conquista imediata que os trabalhadores arrancam, sob o capitalismo, é um estímulo a menos para a revolução. Mas deste mesmo ponto de partida, os reformistas tiram a seguinte conclusão: a luta cotidiana impede a revolução, mas não o socialismo, uma vez que o socialismo pode ser produto de um acúmulo de pequenas conquistas, de pequenas reformas, de pequenas “melhorias” no capitalismo.

Os reformistas têm um otimismo quase lunático. Por um lado, eles parecem imaginar que os capitalistas aceitariam que o poder e a propriedade lhes fosse sendo arrancada, pouco a pouco, sem reagir. Por outro lado, eles esquecem que o capitalismo gera crises, que pioram subitamente as condições de vida dos trabalhadores, tirando em semanas aquilo que as lutas cotidianas demoram anos para arrancar. Mas ninguém deve negar que os reformistas têm o dom da paciência histórica: para produzir um mundo de igualdade, por meio deste método, quantos séculos demoraríamos?

O expectativismo

Apesar disso, tanto esquerdistas quanto reformistas estão certos num aspecto fundamental: as revoluções só acontecem quando o capitalismo se torna impermeável às reivindicações populares. Se o capitalismo fosse sempre permeável, capaz de atender, mesmo que minimamente, as reivindicações populares, as revoluções nunca aconteceriam.

Como disse um conhecido social-democrata russo: “uma sociedade não modifica suas instituições na medida de suas necessidades, como um artífice renova o seu instrumental.

Ao contrário: a sociedade praticamente considera as instituições que a dominam como algo para sempre estabelecido. Durante uma dezena de anos, a crítica da oposição servia apenas como válvula de escape para o descontentamento das massas, o que se constitui em condição de estabilidade social; tal é, em princípio, o valor adquirido pela crítica social-democrata. São necessárias circunstâncias absolutamente excepcionais, independentes da vontade individual ou dos partidos, para liberar os descontentes dos estorvos do espírito conservador e levar as massas à insurreição”.

Essa constatação leva muitos militantes revolucionários a uma postura que chamamos de “expectativismo”: tocar a luta cotidiana, à espera que um dia a revolução aconteça. Até lá, *patientia*.

Essa postura, profundamente religiosa, contém um erro básico: ela elimina qualquer vínculo entre o que fazemos no cotidiano e a revolução que esperamos que aconteça. A revolução transforma-se assim num raio em céu azul.

A principal diferença entre a luta cotidiana e um processo revolucionário está no nível de participação das massas. No dia-a-dia, a maioria dos trabalhadores permanece apática, distante da luta política. Nas revoluções, ao contrário, só uma minoria permanece distante.

O trânsito entre uma situação e outra depende principalmente de condições objetivas: uma crise econômica, por exemplo. Mas *principalmente* não é *unicamente*. A luta cotidiana pode estimular, retardar ou até impedir que uma situação revolucionária transforme-se em revolução.

Por outro lado, é na luta cotidiana que construímos os instrumentos – basicamente, o Partido – que, no curso de uma revolução, serão decisivos na conquista do poder.

Acúmulo de forças

A luta cotidiana deve ser avaliada a partir de dois parâmetros básicos:

O primeiro deles é imediato: o aumento da força política e social dos trabalhadores, força expressa em salários recebidos, em jornadas trabalhadas, em governos e parlamentares eleitos, na legislação social, no controle de meios de comunicação, na organização de movimentos sociais, no controle de processos de produção (cooperativismo, assentamentos).

O segundo deles é histórico: o acúmulo de forças na luta ideológica (construção de uma consciência socialista, anti-capitalista, antilatifundiária, antiimperialista de massas); a incorporação, por parte dos movimentos sociais organizados, do objetivo histórico da luta pelo socialismo; o estabelecimento de relações internacionais e de uma consciência internacionalista entre os trabalhadores; a construção de um partido democrático, socialista e revolucionário.

A grande diferença entre os moderados e os radicais do partido é que os primeiros só vêem os objetivos imediatos, relegando os históricos a segundo plano ou até desfazendo-se deles. Com isso, não apenas atravancam a luta pelo socialismo, como prejudicam a luta imediata – como vêm demonstrando certos resultados eleitorais, o desempenho de certos governos municipais e estaduais, a prática de certo tipo de sindicalismo.

Essa diferença fica muito explícita quando analisamos a expectativa depositada por uns e outros, na disputa eleitoral e no exercício de mandatos legislativos e executivos. E pode ser percebida, em geral, quando analisamos os diferentes comportamentos adotados nas frentes por meio das quais acumulamos forças.

Para nós, o acúmulo de forças tem que estar subordinado a uma visão estratégica. Por isso, insistimos em priorizar as lutas de massa, porque entendemos que é *a generalização da luta de massas que cria as condições para a disputa do poder.*

Disputa de hegemonia

Acumular forças num país capitalista desenvolvido, onde há eleições regulares, onde o parlamento funciona, onde a

justiça mantém uma aparente autonomia, onde os trabalhadores conquistaram melhores condições de vida e possuem a perspectiva de progredir, é diferente de acumular forças num país economicamente atrasado, sem eleições ou com eleições fraudadas, com um parlamento e uma justiça claramente manipulados, onde o povo vive na miséria e sem perspectiva de melhorar de vida.

No primeiro caso, as possibilidades objetivas de ocorrer uma revolução são muito pequenas. A impressão de que é possível melhorar o capitalismo, a ponto de torná-lo irreconhecível, “quase socialista”, será muito forte. O movimento socialista tenderá a ser controlado pelos reformistas. E os revolucionários provavelmente serão prisioneiros do pessimismo esquerdista, que vê nas conquistas parciais a causa da apatia das massas.

No segundo caso, as possibilidades objetivas de ocorrer uma revolução são muito fortes. A impressão é de que nenhuma reforma será possível, a não ser que se modifique completamente o regime político e social. O movimento socialista tenderá a ser controlado pelos revolucionários. Os reformistas serão facilmente cooptados pela burguesia, e ganharão o desprezo dos trabalhadores conscientes.

O Brasil reúne características do primeiro e do segundo tipos. Possui um capitalismo economicamente desenvolvido, mas chegou a este ponto sem realizar as reformas sociais e políticas feitas na Europa. É por isso que, para espanto de alguns analistas, o socialismo e a esquerda revolucionária são tão fortes no Brasil.

Entretanto, o desenvolvimento do capitalismo no Brasil criou uma camada social – “setores médios”, trabalhadores de alta renda – que constitui uma forte base social para o reformismo. Lamentavelmente, um reformismo para poucos, que busca negociar com os capitalistas melhores condições de vida para uma parcela dos trabalhadores e “setores mé-dios”, às custas da manutenção, na miséria, da ampla maioria do povo.

Ao mesmo tempo, o processo de democratização do país tornou possível a chegada da esquerda a governos municipais e estaduais – não estando descartada a chegada ao governo federal. Isso amplia as expectativas na via reformista – a idéia de que, uma vez no governo, a esquerda possa realizar alterações profundas na sociedade brasileira, dispensando o “arriscado” método revolucionário.

A experiência tem demonstrado que governar, sob o capitalismo, é um trabalho de Sísifo (personagem mitológico que empurrava uma pedra montanha acima; quando chegava no topo, a pedra rolava montanha abaixo. Sísifo tinha que recomençar de novo a subida, e assim eternamente).

Os recursos nunca são suficientes. Os novos serviços são sufocados pela demanda dos desempregados e miseráveis, gerados continuamente pelo sistema. E o preço pago sempre é alto: a domesticação, a burocratização e cooptação do partido, ou de setores dele.

Mas enquanto houver uma certa democracia, e enquanto os setores médios tiverem ilusões, será grande a base social para o reformismo no Brasil. E esta base será ainda maior, se o capitalismo estiver numa fase de crescimento, que resulte em mais empregos e uma certa distribuição de renda.

Por isso, os setores revolucionários do movimento socialista devem travar uma disputa permanente, na sociedade, para convencer os demais setores da necessidade de mudanças radicais, por métodos também radicais. Nosso objetivo, nesta disputa, é mostrar para estes setores que o nosso caminho é o melhor. Não queremos derrotá-los, nem destruí-los: queremos convencê-los a seguir nosso caminho. Essa disputa, que pretende acabar com a influência burguesa sobre certos setores sociais, estabelecendo a preponderância de nosso ponto de vista, é parte do que chamamos de *disputa de hegemonia*.

Disputa de hegemonia (na sociedade)

A classe dominante é dominante por motivos econômicos,

políticos, militares e ideológicos. Economicamente, ela controla os principais meios de produção. Politicamente, ela é majoritária nos centros de poder: executivos, legis-lativos, judiciários. Militarmente, ela controla as forças armadas, as políticas e um sem-número de forças paramilitares (jagunços, serviços de segurança etc.). Ideologica-mente, ela controla a comunicação de massa, que reproduz sua visão de mundo.

A dominação capitalista sobre a sociedade envolve dois processos, simultâneos: a coerção e o convencimento. A coerção pode ser real e imediata (quando a política reprime uma passeata, por exemplo); ou virtual (quando a simples possibilidade da repressão atemoriza e contém os oposicio-nistas). Já o convencimento é mais complexo: trata-se de fazer as outras classes sociais aceitarem a direção imprimida, à sociedade, pela classe dominante.

Isto é feito por vários mecanismos, que buscam incutir nas outras classes sociais a visão de mundo da classe dominante: a maior parte das escolas, das igrejas e dos meios de comunica-ção de massa, são alguns desses ins-trumentos. Para enfrentá-los, os socialistas têm que criar “contra-instrumentos”: uma rede de comunicação própria, escolas próprias, assim como influenciar as escolas, as igrejas e a mídia do inimigo.

Evidentemente, esses “contra-instrumentos” só conseguem suplantar a ação dos instrumentos da classe dominante, quando as condições objetivas impulsionam a luta de massas, e quando as próprias massas neutralizam a ação hegemônica dos “de cima” (um bom exemplo disso foi a desmoralização da Rede Globo, durante a campanha das Diretas). Eviden-temente, quando o serviço não é completo (ou seja, quando os instrumentos de hegemonia continuam sob controle da burguesia), eles “dão a volta por cima”: foi o que aconteceu na fase final das Diretas, na fase final da campanha Lula e na fase final do Fora Collor.

Disputa de hegemonia (luta interna)

Parte da disputa de hegemonia é travada na sociedade,

por nossos intelectuais, de nossos meios de comunicação, dos movimentos de massa. A marcha dos Sem Terra, por exemplo, foi um exercício de disputa de hegemonia, travada diretamente na sociedade.

Outra parte da disputa de hegemonia é travada no interior das organizações dos trabalhadores: a Central Única, os sindicatos, os movimentos, as entidades estudantis, os partidos políticos.

Nas condições da luta política no Brasil, ambas as disputas são públicas, e as fronteiras do que é “interno” estão sempre se movendo. Ao mesmo tempo, a disputa de hegemonia no interior da esquerda é acompanhada da disputa de hegemonia que o capitalismo trava com (ou contra) a esquerda.

O setor moderado do Partido, por exemplo, é composto por duas grandes correntes, ambas profundamente influenciadas pelas diferentes correntes existentes na burguesia brasileira:

- a) os liberal-socialistas, que aceitam a maior parte das reformas neoliberais, desde que acompanhadas de políticas sociais compensatórias;
- b) os keynesianos, que defendem um capitalismo regulado, com distribuição de renda e reformas profundas, mas sem rupturas com o capitalismo internacional.

No que toca ao caminho para o poder, os moderados abriram mão de disputá-lo – para ser mais exatos, confundem a disputa de governo com a disputa de poder. Ao limitar a disputa de poder à disputa pelo governo, são coerentes com seu programa de reformas no capitalismo – embora a experiência brasileira mostre que, mesmo para realizar reformas profundas de sentido capitalista, a disputa do poder *lato sensu* continue indispensável.

Adeptos de um caminho eleitoral para o “poder”, dão uma ênfase muito grande para as alianças político-eleitorais, quase sempre confundindo política de alianças com coligações eleitorais. Não consideram que a burguesia seja nossa inimiga estratégica, trabalhando com a idéia de que existiria

um setor “produtivo, não especulativo” que comungaria de parte de nosso programa. Além disso, super-dimensionam as diferenças entre os diferentes setores do grande capital (internacional e/ou nacional). E, principalmente, adotam uma política para ganhar os setores médios que, na prática, secundariza o trabalho com os setores populares. A “política de centro-esquerda” é a síntese disto tudo.

Os radicais

Entre os chamados radicais, há pelo menos três vertentes: uma que se auto-intitula reformista revolucionária; outra, nacionalista radical; e uma terceira, socialista revolucionária.

As idéias do “reformismo revolucionário” podem ser assim sintetizadas: *O socialismo não é simplesmente um movimento para “melhorar” o capitalismo, para “humanizá-lo” – até porque essa possibilidade parece hoje cada vez mais distante e irrealista –, mas sim o empenho radical para construir uma formação econômica, social e política radicalmente nova. Somente se a esquerda assumir essa radicalidade é que poderá construir uma hegemonia alternativa ao neoliberalismo hoje dominante. Na reconstrução do projeto socialista, temos de partir da assimilação crítica da experiência acumulada. Se a experiência social-democrata nos ensina que é possível conquistar reformas substantivas ainda no interior do capitalismo, ensina-nos também que, se essas reformas não forem dirigidas contra a lógica do capital, elas se tornam frágeis, instáveis e terminam abandonadas. Já a experiência do “comunismo histórico” nos mostra que, se a proposta de revoluções explosivas conduz a becos-sem-saída ou é inviável em sociedades complexas, é preciso perseguir o “objetivo final” da superação do capitalismo, sem o que nem mesmo as reformas parciais estarão garantidas e consolidadas. Dessas duas experiências, podemos assim concluir que a estratégia mais adequada à luta pelo socialismo hoje é o reformismo revolucionário, ou seja, uma proposta estratégica que – visando a uma transformação radical da sociedade – se empenha em conquistá-la com base*

numa política conseqüente e realista de reformas estruturais cumulativas. Para o reformismo revolucionário, a democracia não é um caminho para o socialismo, mas sim o caminho do socialismo.

As idéias do nacionalismo radical podem ser assim sintetizadas: A situação de dependência inviabiliza a continuidade do processo de construção nacional. Ao invés de canonizar as tendências do sistema capitalista mundial, ela reconhece que, se houver vontade política de romper as relações externas e internas responsáveis pela dependência, o país pode deslocar suas fronteiras de possibilidades e construir o raio de manobra necessário para inverter o modo de participação no sistema capitalista mundial. É chegado o momento de dizer à população brasileira, em alto e bom som, que no mundo globalizado a dependência leva à barbárie. Nossa prioridade inadiável é tornar o Brasil uma sociedade mais homogênea. Propomos um modelo de desenvolvimento nacional baseado em uma profunda redistribuição da riqueza e da renda. Instrumentos fundamentais desse profundo processo redistributivo são: a reforma agrária, a reforma urbana e uma política de pleno emprego. Um caminho de desenvolvimento baseado no mercado interno, na hegemonia política das massas populares, em uma forte intervenção do Estado na condução da vida econômica. Um programa desta natureza tem de estar apoiado na energia de um amplo leque de forças sociais e políticas reunido em torno dos trabalhadores rurais e urbanos. Uma estratégia de desenvolvimento fundada nesses princípios provocará represálias externas e forte oposição interna. Enfrentar a oposição dos centros do capitalismo constitui um preço que todas as nações hoje desenvolvidas tiveram que pagar em certos momentos da sua história, e que pagaremos, se esta for a condição para completar o projeto, hoje interrompido, de construção da Nação brasileira.

Já as idéias do socialismo revolucionário podem ser assim sintetizadas: Só é possível construir um Brasil realmente nacional, democrático e popular se ele for, também, socialista.

A burguesia brasileira nunca quis e não consegue comprometer-se com as medidas realmente democráticas, populares e nacionais. Não por um problema ideológico, falta de vontade política ou algo assemelhado. Ocorre que o capitalismo brasileiro cresceu regado por ditaduras, à sombra do latifúndio e entrelaçado com o imperialismo. Para este capitalismo real, o latifúndio e o imperialismo não constituem entraves, e sim partes constituintes que vão sendo alteradas paulatinamente. Só colocando sob controle social, dos trabalhadores, aquelas poucas centenas de empresas que são o núcleo da economia nacional, só derrotando a grande burguesia, o grande capital nacional e internacional, será possível garantir um Brasil efetivamente para todos os brasileiros. Parte das dificuldades que setores da esquerda têm em formular uma alternativa ao neoliberalismo advem exatamente de não se perceber que a única alternativa realizável tem que estar baseada no socialismo. Não haverá projeto democrático e popular sem socialismo. Não haverá socialismo no Brasil sem revolução política e social, ou seja, sem que a propriedade e o poder político passem às mãos da maioria do povo. E não haverá revolução no Brasil sem que, em primeiro lugar, haja uma retomada da luta de massas, da luta política e da luta ideológica. Sem que se retome o trabalho organizativo da classe trabalhadora, especialmente de seu partido e dos movimentos que expressam mais claramente seus interesses de longo prazo. Sem luta de massas e sem fortes organizações da classe, não apenas torna-se pouco provável que ocorra uma crise de dominação; torna-se praticamente impossível transformar esta crise de dominação numa crise revolucionária.

Os que defendem um programa democrático-popular e socialista, por exemplo, entendem que a burguesia, não importando se “internacional” ou “nacional”, é nossa inimiga estratégica. Entendem, também, que os trabalhadores (urbanos e rurais, assalariados ou pequeno-proprietários) são a base social da luta por este programa, sendo possível atrair ou neutralizar outros setores (assalariados ditos de alta renda,

pequenos proprietários não-trabalhadores, parcela minoritária da média burguesia) para uma aliança tática e até estratégica, desde que os trabalhadores tenham força própria, independente. Esta posição parece ser compartilhada pela maioria dos setores radicais – alguns dando mais ênfase à possibilidade de atrair os setores médios e uma suposta burguesia nacional, outros negando essas possibilidades, mas todos tomando os trabalhadores do campo e da cidade como base social.

Abrir o sexto período

A luta pelo socialismo envolveu até hoje enormes movimentos políticos, lutas econômicas e sociais de grande envergadura, grandes revoluções, em pelo menos quatro continentes, conflitos militares de baixa e alta intensidade, em todo o mundo.

A história desta luta pode ser dividida em cinco grandes momentos. No primeiro deles, os trabalhadores constituem a ala esquerda das revoluções burguesas. Este momento encerra-se com o levante operário de junho de 1848, quando a “liberdade, igualdade e fraternidade” transformam-se em “cavalaria, infantaria, artilharia”.

Num segundo momento, coincidente com a expansão capitalista ocorrida na segunda metade do século XIX, o movimento dos trabalhadores ganha caráter de massa. É a época de ouro da social-democracia – “revolucionária de palavra e reformista na prática” – que derrota o anarquismo e o sindicalismo revolucionário e torna-se força hegemônica no movimento socialista.

Num terceiro momento, o surgimento do imperialismo, a Primeira Guerra Mundial e as revoluções russa e alemã introduzem uma nova divisão no movimento dos trabalhadores, entre social-democratas e comunistas. No centro da discórdia, a disjuntiva reforma ou revolução. Com exceção da revolução russa, trata-se de uma época de derrotas para o movimento dos trabalhadores: derrota da revolução alemã e húngara, de-

pressão econômica, ascensão do nazi-fascismo, esmagamento da revolução espanhola, Segunda Guerra Mundial.

A derrota do nazismo abriu um quarto período para o movimento socialista, marcado pelas vitórias simultâneas do comunismo e da social-democracia, que estabelecem – cada qual a seu modo – um *modus vivendi* com o capitalismo, agora hegemonizado pelos Estados Unidos. Nesse período, a luta revolucionária pelo socialismo desloca-se para a periferia do capitalismo: Vietnã, África, América Latina. Nos países capitalistas centrais, predomina o reformismo – na versão rosa (social-democrata) ou vermelha (comunista).

O quinto período tem início com a crise dos anos 70. Depois de duas décadas de expansão, o capitalismo vê as taxas de crescimento declinarem subitamente. A burguesia rompe com o *status quo*, iniciando uma prolongada ofensiva contra os trabalhadores, sob a bandeira do chamado neoliberalismo. Como sabemos, a ofensiva foi exitosa: suas vítimas foram o Estado de bem-estar social, o chamado campo socialista e, finalmente, as nações da periferia capitalista que – no período anterior – haviam construído algum grau de soberania política e econômica.

Ao deslocar o bastão para o lado direito, a burguesia preparou o terreno para um novo e sexto período da luta pelo socialismo: um novo ciclo de revoluções socialistas. A ele nos cabe dar início.

No século XX, os socialistas não conseguiram tomar o poder em nenhum país capitalista central – no máximo, algumas coalizões de esquerda chegaram ao governo. Nessas vitórias ocorreram em países periféricos, embora muitas vezes importantes. Isso tornou mais difícil a construção do socialismo – tendo como ponto de partida condições econômicas e sociais extremamente atrasadas. Ao mesmo tempo, o capitalismo manteve no fundamental intactas suas reservas estratégicas, de onde partiam os contra-ataques – agressões militares, sabotagem econômica, bloqueios, pressões políticas

e diplomáticas, propaganda contra- revolucionária – que tanto dano causaram e causam ao socialismo.

Este prossegue sendo, nesta virada de milênio, um dos grandes desafios do movimento socialista: fazer a revolução e iniciar a construção do socialismo nos países capitalistas centrais.

A situação internacional

A contradição dominante no período 1945/1989 era a que opunha capitalismo e socialismo. Esta contradição se manifestava na disputa entre campos de países; e também no interior de cada país – combinando-se com as disputas intercapitalistas e com as disputas intersocialistas.

Atualmente, a contradição dominante é intercapitalista, manifestando-se em todos os terrenos – diplomático, comercial, tecnológico/industrial, financeiro, ideológico, político e militar. Manifestando-se, em particular, na crise atualmente em curso.

No que consiste a crise? Na superfície, existe uma crise financeira, causada pelo desencontro entre a valorização estupenda obtida na especulação e os lucros bem menores obtidos na produção. Esse desencontro provoca, repetidas vezes, crises de pagamento, inadimplências, fugas de capital, quebra de empresas e de países.

O peso da especulação na economia mundial, por sua vez, resulta de uma crise no terreno da produção real. Parte dos superlucros obtidos pelas grandes empresas capitalistas não pode mais ser reinvestida na produção, pois resultaria em retornos decrescentes. Por outro lado, a superprodução encontra dificuldades para escoar, num mundo de desemprego crescente. Uma e outra coisa provocam o surgimento do mercado financeiro, com seus lucros insustentáveis, base de um fabuloso sistema de crédito, que volta e meia vira fumaça.

Nesse contexto, é óbvio, não têm lugar as taxas de cres-

cimento vigentes nos anos 50 e 60. Nem tampouco há lugar para o bem-estar social, para a estabilidade no emprego, para um horizonte de democratização política e redução das desigualdades. Ao contrário, o que temos é uma enorme crise social e o enfraquecimento das instituições políticas que dominaram a cena na fase “de ouro” do capitalismo central: a democracia parlamentar, os sindicatos e os partidos políticos.

Vista de uma perspectiva histórica, a crise atual não tem nada de surpreendente. A expansão capitalista verificada no século passado gerou uma crise semelhante, que também teve a sua *belle époque* financeira e, logo depois, uma seqüência de guerras e violentas depressões. Noutras palavras, o capitalismo resolve suas crises “queimando” forças produtivas – leia-se, matando milhões, destruindo cidades, fechando fábricas etc.

Os anos 50 e 60 foram, nesse sentido, apenas um breve hiato na história do capitalismo, que só é compreensível se levarmos em conta a força dos trabalhadores. Naquela época, contudo, os setores dominantes da esquerda renunciaram à luta contra o capitalismo ou, pelo menos, a transferiram para as calendas gregas e/ou para a periferia do sistema. Em compensação, arrancaram do capitalismo um conjunto de direitos econômicos, políticos e sociais.

Processo semelhante ocorreu na relação entre os países capitalistas desenvolvidos e a periferia. Depois da Segunda Guerra houve um movimento de descolonização, alguns países conseguiram ampliar sua industrialização e foram estabelecidos mecanismos que, em tese, reduziriam a desigualdade entre as nações.

Os fatos posteriores são conhecidos. Após um ciclo expansivo de duas décadas, o capitalismo entrou de novo em crise. E para solucionar a crise, a burguesia passou à ofensiva total contra o *status quo*, ou seja, contra o equilíbrio então vigente entre capital e trabalho. Simultaneamente, os países centrais investiram contra a soberania econômica e política das nações periféricas.

Trinta anos depois, a ofensiva burguesa colecionou vitórias, que podem ser expressas graficamente no aumento do desemprego, na redução dos salários e na ampliação das jornadas. Mas que incluem, também, a crise crônica da periferia capitalista e o desmanche do chamado campo socialista, até mesmo, pela adoção de reformas “de mercado” em países ainda comandados por partidos comunistas.

A crise atual é, por um lado, expressão do processo de destruição das forças produtivas; por outro, indica que o esmagamento do trabalho e das nações periféricas ainda não está completo.

De fato, este processo não chegará ao seu fim espontaneamente. Se não houver contratendências, a destruição das forças produtivas desembocará na barbárie (outra questão é saber se teremos barbárie e capitalismo, ou se o capitalismo sucumbirá junto com os últimos resquícios de civilização).

A “elite” capitalista busca produzir um pouso suave, ou seja, controlar o processo de destruição das forças produtivas, tentando evitar assim uma explosão social, bem como os riscos inerentes às depressões descontroladas ou as guerras. Mas, na ausência do espectro do comunismo, ganharam força as contradições intercapitalistas, em escala macro e microeconômica, tornando improvável qualquer desfecho controlado.

A esquerda diante da crise

Diante da ofensiva neoliberal, a esquerda dividiu-se. Parte dela aderiu ao programa neoliberal, no que há uma certa coerência: nos anos 50 e 60, buscaram garantir o lugar dos trabalhadores na ordem capitalista. Agora, nos anos 70, 80 e 90, trata-se de fazer o mesmo, ainda que este lugar seja a fila do seguro-desemprego ou da renda mínima.

Outra parte busca reestabelecer o *status quo ante*, apesar das bases econômicas do Estado de bem-estar social e do desenvolvimentismo – o capitalismo nacional – estarem virando pó.

Guardadas as diferenças, uns e outros compartilham da mesma postura estratégica: suas alternativas são compatíveis com a manutenção da ordem capitalista, no exato momento em que esta ordem encontra-se em crise e portanto passível de ser contestada.

Ao contrário do que possa parecer, contudo, a integração de grande parte da esquerda pode converter-se num fator de instabilidade. Afinal, a inexistência de condutos institucionais para a insatisfação popular pode gerar explosões espontâneas. E minorias bem posicionadas podem, como se viu na Rússia do início do século, ter uma influência enorme sobre o curso dos acontecimentos, mesmo num quadro em que a maior parte da esquerda mundial abandonara seus compromissos.

A situação no Brasil

Estamos num período marcado por crises, guerras e revoluções. As crises e as guerras já estão em curso, mas ainda estamos longe da intensidade dos conflitos intercapitalistas ocorridos no início deste século. Quanto às revoluções, elas ainda não deram o ar de sua graça, apesar da ocorrência de importantes mobilizações em alguns países.

Na sua maior parte, os processos em curso possuem uma natureza objetiva. Mas a possibilidade de prevalecer a alternativa socialista depende, em grande medida, de uma intervenção consciente, organizada, de forças políticas e sociais.

Nesse particular, a situação brasileira é extremamente paradoxal. Se observarmos a profundidade das contradições sociais em nosso país, o peso relativo da esquerda e a gravidade da crise, teremos indicadores de sobra no sentido do Brasil poder vir a ser base para um novo ciclo de tentativas de construir o socialismo. Por outro lado, o comportamento majoritário na esquerda brasileira vai no sentido de construirmos um capitalismo "popular", ou seja, que garanta crescentes níveis de bem-estar para nosso povo.

Esta posição não chega a ser uma novidade na história do Brasil: o velho Partido Comunista e seus vários desdobramentos defenderam, como orientação estratégica, a aliança com a burguesia nacional contra o imperialismo e o latifúndio, para realizar uma revolução democrática, popular e nacional, que criaria as condições para a luta ulterior pelo socialismo.

Essa posição, dominante até o final dos anos 70, foi perdendo espaço durante a década de 80, ao mesmo tempo que o Partido dos Trabalhadores foi se firmando como força hegemônica na esquerda brasileira. Em 1987, o 5º Encontro Nacional do PT afirmou com clareza: recusamos a aliança com a burguesia nacional, a burguesia de conjunto é nossa inimiga estratégica, o socialismo é nosso objetivo, nossa alternativa democrática e popular está articulada com o socialismo. Mesmo o Partido Comunista do Brasil, último baluarte importante do etapismo, modificou sua posição em seu 8º Congresso.

Mas na primeira metade dos anos 90, tanto importantes setores do PT quanto o PCdoB começaram a fazer um giro em direção ao etapismo, até desembocar na defesa da “frente de centro-esquerda” e na “União Patriótica”, respectivamente. Mas se trata de um etapismo pela metade, um etapismo sem a segunda etapa, sem o socialismo. De uma forma geral, a defesa do socialismo como alternativa retrocedeu da agitação para a propaganda, desta para debates acadêmicos, e mesmo na academia perdeu espaço.

Na base deste retrocesso, uma série de causas:

- a) *o desmanche do chamado campo socialista*, que além de cobrar explicações, enfraqueceu as convicções de quem só achava possível o socialismo no Brasil, se ele pudesse contar com um ponto de apoio externo;
- b) *a integração maior ainda da economia brasileira ao capitalismo internacional*, que tomou a forma de perda da soberania nacional e destruição de parte da base produtiva, fazendo com que ganhasse novo alento o velho discurso de “aliança com setores da

- burguesia em defesa da Nação e da indústria local”;
- c) *a propaganda neoliberal*, que não apenas colocou na defensiva amplos setores da esquerda, como ainda permitiu o trânsito ideológico de expressivos intelectuais e dirigentes. Alguns foram da crítica ao “socialismo realmente existente”, para a crítica a todo socialismo. Outros passaram da defesa da democracia no socialismo (bem como de relações mercantis numa determinada fase do socialismo) ao endeuçamento do mercado e da “democracia” existente no capitalismo;
 - d) *as transformações ocorridas na classe trabalhadora*, levando ao aprofundamento da concorrência, com alguns setores buscando vantagens relativas em detrimento de outros (a política das câmaras setoriais e a defesa de incentivos fiscais a empresas são um reflexo disto);
 - e) *as ilusões sobre a possibilidade de vitórias eleitorais, seguida de reformas pacíficas no capitalismo*, produto em grande medida da avaliação equivocada de que, com o fim da “guerra fria”, os Estados Unidos não teriam mais “pretexto” para intervenções... claro, desde que a esquerda também assumisse uma posição menos belicosa e rupturista.

A reorientação moderada da esquerda brasileira teve quais efeitos? Naturalmente, não há uma resposta inequívoca para esta questão, até porque segmentos da esquerda mudaram de base social, assim como setores sociais mudaram de posição nos últimos anos. Mas nos parece possível dizer duas coisas: primeiro que, na média, a esquerda obteve vitórias eleitorais quando se posicionou de forma mais firme ideologicamente; segundo, que uma postura moderada resulta em vitórias parciais que não colaboram no acúmulo de forças (vide o que tem ocorrido em inúmeras prefeituras e governos de estado administrados pelo nosso Partido).

Além disso, é evidente que a adoção de uma postura mais moderada – por parte do PT – terminou por colocar em questão a hegemonia dele por sobre as outras forças da esquerda brasileira. As defecções internas são pequenas (tanto pela esquerda, quanto pela direita), mas a concorrência externa é forte e às vezes surpreendente (como se pode ver na disputa entre os governadores de oposição e o governo federal, em que a posição mais radical, no momento, não tem sido do PT).

Visto em perspectiva, o enfraquecimento do “teor socialista” do PT abriu um período de disputa pela hegemonia na esquerda brasileira. Nos anos 60, diante do reformismo do PCB, surgiram alternativas nacional-populistas bastante radicalizadas, a esquerda católica procurou criar alternativas, o campesinato e a intelectualidade também. E o partido passou a ser objeto de uma intensa disputa interna.

Perspectivas

As perspectivas da luta pelo socialismo no Brasil dependem de algumas variáveis. Primeiro, da evolução da crise internacional e nacional. Segundo, da profundidade da disputa interburguesa. Terceiro, do comportamento das massas trabalhadoras. Quarto, do comportamento da vanguarda da classe. As duas primeiras variáveis determinarão se a classe dominante perderá ou não a capacidade de seguir dominando, para citar a célebre fórmula. Não há ruptura socialista num quadro de estabilidade econômica e de unidade burguesa. A tendência atual é de agravamento da crise e das disputas.

A terceira variável dirá se haverá ou não base de massa para a construção de uma alternativa democrática, popular e socialista no Brasil. A “traição das direções”, para citar uma expressão equívoca, só prospera num quadro de baixa mobilização da classe trabalhadora. A tendência atual é ambígua: há uma insatisfação crescente contra o governo, mas a mobilização ainda é reduzida. E, em alguns casos, foram conduzidas no sentido de um acordo com o empresariado e com o governo.

A quarta variável é a mais delicada. O baixo nível de mobilização dos trabalhadores tem relação com o comportamento ambíguo que predomina na maioria de suas direções, em particular na atual maioria da direção do PT. Por outro lado, se não adotarem uma política justa, os setores mais radicalizados da esquerda correm o risco do isolamento.

Diante disto, o que fazer? Em primeiro lugar, jogar todos os esforços no sentido da mobilização social. Politizar esta mobilização, colocando em pauta um programa alternativo e a questão do poder. Em segundo lugar, transformar a questão do socialismo num tema de agitação. É preciso fazer com que a propaganda anticapitalista ganhe um caráter de massa. Isso significa coisas simples, como realçar que estamos vivendo uma crise do capitalismo; ou voltar aos bons hábitos dos 80, quando mostrávamos que a crise não é para todos. Em terceiro lugar, é preciso combater qualquer tentativa de união nacional, aliança com o empresaria-do, frente de centro-esquerda e as demais formas com que reaparece o etapismo. Em quarto lugar, é preciso que as posições socialistas vençam o Segundo Congresso do PT.

VEM AÍ O MUITO PIOR

O ano não passou de seu quarto inicial, mas já contabilizamos demissões em massa, moratória mineira e crise dos governadores, liberação do câmbio e “revelações” da CPI dos bancos, entre tantos outros fatos que confirmam: 1999 será um ano de agravamento da crise social, econômica e política brasileira.

As formas e os ritmos deste agravamento serão determinados por três variáveis.

A primeira variável é a situação econômica internacional, que não promete muita folga para o Brasil. Afinal, prossegue a crise, o fluxo de capitais se torna mais escasso e caro, aumenta o protecionismo e a economia norte-americana começa a piscar.

A segunda variável é a disputa interburguesa, ou seja, o conflito entre os diferentes setores do empresariado e suas representações políticas.

A terceira variável é o comportamento dos setores populares. Aqui há sinais conflitantes: ao mesmo tempo que cresce o desespero e a insatisfação das massas, os movimentos sociais e os partidos mais expressivos têm tido dificuldade para organizar e canalizar politicamente esta insatisfação, em torno de uma alternativa programática e de poder.

I

Segundo o Fundo Monetário Internacional, o pior já passou. Mas os fatos apontam noutra direção.

A especulação financeira prossegue sendo a grande força da economia mundial. Enquanto isso, as taxas de crescimento e de comércio de mercadorias caíram em relação ao ano passado. No caso dos países chamados em desenvolvimento e em transição, serão as mais baixas desde 1982!

Não há o menor sinal de que se esteja armando uma “arquitetura alternativa”, que substitua ou pelo menos controle eficazmente a especulação. O motivo disto é muito simples: o único capaz de fazê-lo (os Estados Unidos) é também o maior beneficiário da atual situação.

O fortalecimento dos Estados Unidos é tão gritante que já se discute quando a euforia vai se transformar em depressão. A guerra contra a Iugoslávia ajuda a “queimar” o excesso de capitais e postergar a adoção de medidas preventivas, destinadas a conter a crise anunciada. Medidas que teriam um efeito mortal sobre o mundo, seja pela contenção das importações norte-americanas (que possui um déficit anual próximo a 200 bilhões de dólares), seja pela subida dos juros (que provocaria fuga de capitais noutros países).

Em quarto lugar, já faz muito tempo que o neoliberalismo perdeu seu charme. Há focos de resistência por todo o mundo, o que tem gerado crises políticas mais ou menos profundas na periferia capitalista, muitas vezes acompanhadas de guerras. O ataque da OTAN contra a Iugoslávia significa um passo maior nesta escalada.

Não há a menor possibilidade de uma transição “pacífica” a um novo padrão de desenvolvimento capitalista, que reúna crescimento econômico, inclusão social e desconcentração da riqueza e do poder.

Como de outras vezes em nossa história, o caminho capitalista para sair da crise atual supõe uma enorme destruição de forças produtivas. Ocorre que o volume de destruição necessário implica reproduzir, noutras regiões do mundo, o que foi feito na África.

A financeirização, o protecionismo, as crises e as guerras são, portanto, mecanismos pelos quais o capitalismo busca uma saída para si mesmo. O que coloca os trabalhadores de todo o mundo diante do seguinte dilema: ou se curvam ao “curso inexorável da globalização” ou a subvertem, contrapondo ao capitalismo uma alternativa socialista.

Mesmo do ponto de vista dos que pretendem apenas humanizar o capitalismo, este é o único caminho realista. Como já ocorreu antes neste século, as revoluções são o melhor argumento a favor da reforma.

II

A história do Brasil está cheia de exemplos de como a disputa interburguesa pode atingir temperaturas extremas, indo até a luta armada, como ocorreu em 1930 e 1932. Noutros momentos, a disputa interburguesa “transbordou”, estimulando ou potencializando a luta dos setores populares, como aconteceu em 1984 (Diretas) e 1992 (Fora Collor).

A burguesia brasileira alterna momentos de unidade com momentos de divergência aberta. Foi o que aconteceu durante os anos 80: diante da falência do modelo econômico então vigente, cada setor da burguesia passou a defender sua própria alternativa, expressando isto no Congresso Constituinte e nas eleições presidenciais de 1989.

A proliferação de candidatos burgueses à presidência foi essencial para que, pela primeira vez na história do Brasil, um candidato da esquerda ameaçasse vencer as eleições presidenciais.

Para evitar a vitória de Lula, as elites unificaram-se em torno de Collor. Mas a aliança “no susto” consagrou, também, a adesão da maior parte da burguesia ao projeto neo-liberal ou, vale dizer, ao projeto defendido pelos setores monopolistas da burguesia, aqueles com maiores vínculos com o capital estrangeiro e financeiro.

O apoio a Collor foi minguando, mas a adesão ao neo-liberalismo não. Apesar de derrotas pontuais (como o *impeachment*, o fracasso do parlamentarismo e da revisão constitucional de 1993), seguiram-se quatro anos de consolidação do ideário neoliberal e, finalmente, a eleição de Fernando Henrique Cardoso.

Ao contrário da unidade em torno de Collor, feita no sus-

to, a unidade em torno de FHC-94 foi planejada, desejada, consciente, uma unidade por opção. A opção custou caro aos trabalhadores brasileiros, que a pagaram com seu emprego, com a redução dos seus salários e dos seus direitos sociais. Custou caro, também, para amplos setores do pequeno empresariado urbano e dos pequenos proprietários rurais, vítimas dos altos juros e da concorrência dos importados.

Os efeitos do programa neoliberal sobre a burguesia foram variados, dependendo de cada setor. Mas durante um certo período, o abundante fluxo de capitais estrangeiros permitiu que sobrasse um pouco para todos.

As privatizações, a possibilidade de importar componentes e matérias-primas mais baratas, a farra dos títulos públicos, os empréstimos a juros baixos lá fora e os lucros com a diferença perante os juros internos, a festa das bolsas, a entrada de sócios estrangeiros... de uma forma geral, a burguesia brasileira – todos os seus setores – conseguiu “ganhar algum” durante os anos de fluxo abundante de capitais.

Alguns ganharam mais do que os outros, mas todos ganharam um pouco, mesmo aqueles que tiveram que vender seu patrimônio. Valeu, então, a máxima que caracteriza a burguesia brasileira: *melhor ser sócia minoritária do grande empreendimento capitalista internacional, do que ser sócia majoritária num projeto de capitalismo nacional autônomo.*

À medida que a fonte secou, ou seja, à medida que o fluxo de capitais estrangeiros tornou-se mais escasso, importantes setores do empresariado passaram a criticar a política econômica do governo, a abertura comercial “sem critérios”, os juros altos, o privilégio à estabilidade em detrimento do desenvolvimento, os benefícios conferidos ao capital estrangeiro.

A insatisfação de crescentes setores do empresariado manifestou-se nas eleições de 1998, seja pela fracassada tentativa de lançar um candidato a presidente pelo PMDB, seja pela candidatura de Ciro Gomes. Mas a dissidência empresarial estava numa sinuca: cada dólar para Ciro era uma ajuda indireta para que Lula fosse ao segundo turno. E, entre

FHC e Lula, a burguesia preferiu votar “em legítima defesa” no presidente-candidato.

Impossibilitada de manifestar-se plenamente na disputa presidencial, a dissidência empresarial deu o ar de sua graça no segundo turno dos estados (no qual comemorou a vitória de alguns candidatos tidos como “centro-esquerda”) e numa intensa onda de críticas à equipe econômica. Difundiu-se então a idéia de que o governo FHC estaria dividido entre os “monetaristas” e os “desenvolvimentistas”, entre os partidários da ajuste fiscal e aqueles preocupados com as políticas sociais.

O grande empresariado paulista chegou a patrocinar um “Pacto pela produção e pelo emprego”, que de prático resultou num ato público, realizado em dezembro de 1998, na Fiesp, com a participação de dirigentes sindicais da CUT e da Força Sindical, além de parlamentares, na maioria petistas. Diante disto, houve até quem dissesse que o governo FHC “não representa nenhum setor organizado da sociedade” e que a base social do governo FHC estaria “em Washington”.

Na verdade, a pauta do empresariado “crítico” é igual a do governo: câmbio, juros, abertura comercial, exportações, ajuste fiscal, reforma tributária. Se a crise agravar-se, esses setores podem até mesmo defender a ruptura com o FMI, controle de câmbio, moratória e estatização (como fizeram Vargas, Juscelino e os milicos de 64).

Mas, mesmo neste caso, junto não virão a reforma agrária radical, a tributação maciça sobre o capital e as grandes fortunas, os aumentos salariais, a redução da jornada de trabalho e a ampliação das políticas sociais. Estas e outras medidas, ou virão pelo povo, contra os capitalistas, ou não virão.

O empresariado brasileiro é geneticamente incapaz de combinar capitalismo com bem-estar social. O neoliberalismo só veio agravar esta característica. Acontece que nosso capitalismo chegou tarde ao mundo. Para compensar, nossos burgueses lançaram mão de todos os expedientes, entre eles o latifúndio, a superexploração da força de trabalho, a con-

centração de renda, a intervenção estatal e a sociedade com o grande capital internacional.

Ultimamente, é verdade, os gringos têm aumentado demasiadamente seu espaço no “negócio Brasil”. Parece, às vezes, que seu objetivo é transformar a economia brasileira num anexo da americana. Como reação, o discurso nacionalista voltou à moda, mesmo entre setores do grande empresariado. Mas o que eles querem?

Que o governo os defenda, mas não que esta defesa ponha para correr os sócios transnacionais. Tampouco querem ruptura total com a especulação, até porque também têm dinheiro aplicado na jogatina financeira e seriam prejudicados por retaliações do capital internacional. Numa das recentes fugas de capital, por exemplo, a maioria dos que remeteram dinheiro para fora do país era de legítimos “empresários nacionais”.

No final das contas, as alternativas do empresariado sempre terminam despejando sobre o andar de baixo a conta da crise. A desvalorização cambial, por exemplo, criou sérios problemas para os empresários brasileiros que contraíram dívidas em dólar. Para solucionar o problema, o governo já prepara a estatização da dívida externa das empresas privadas, repassando a conta para o povão.

Outro exemplo é a proposta de renovação da frota automobilística, encampada pelo Sindicato dos Metalúrgicos do ABC e apresentada como uma alternativa para o desemprego. Sem esquecer que os empregos continuam sendo eliminados, vale perguntar: quem paga a conta dos subsídios? E a quem interessa perpetuar este padrão de consumo privado, concentrador de renda, poluente, esgotado como alternativa de transporte e veículo (sem trocadilho) da hegemonia de um grupo de empresas monopolistas por sobre a economia brasileira?

É provável que a disputa interburguesa es quente ainda mais, nos próximos meses e anos. E, caso a crise internacional reduza as vantagens relativas, para a burguesia brasileira, de manter-se acoplada ao grande capital internacional, nada

impede que ela aja como nos anos 30 e esboce uma carreira solo, para depois – como é de sua natureza – cair de novo nos braços do grande capital internacional.

Como outras vezes na história do Brasil, a guerra entre as elites é a ante-sala do pacto, da transição pelo alto. O lugar do povo nessa peça é massa de manobra no primeiro ato e bucha de canhão no segundo ato – como descobriram os tenentes de 35 e os estudantes de 68. Se desta vez quisermos ter outro destino, é bom não oferecer o lombo para o escorpião atravessar o rio.

III

Durante a maior parte da história brasileira, os setores populares foram coadjuvantes. Nos últimos dez anos, entretanto, conseguimos nos transformar em alternativa de governo: não mais apoiar este ou aquele candidato da burguesia, mas sim votar no candidato dos trabalhadores.

A novidade foi tamanha que, desde 1990, setores da esquerda passaram a alimentar um sonho: ganhar para nós o apoio de uma fração da burguesia, realizando com sinais (supostamente) trocados a estratégia nacional-democrática do velho Partido Comunista. Vários esforços foram feitos nesse sentido: diálogo, flexibilidade, “realismo” programático, moderação, abertura até mesmo para o apoio popular a candidatos de partidos burgueses.

Resultado: a esquerda não se tornou alternativa de poder e corre mesmo o risco de deixar de ser alternativa de governo. Hoje, a “oposição” burguesa trabalha com afinco para tornar-se a principal protagonista da luta contra FHC, fazendo da esquerda uma força secundária e/ou subalterna. E, o que é mais grave, mantendo a maioria de nos-so povo onde sempre esteve: sob intensa opressão e exploração.

Para evitar que isso ocorra, é preciso que o PT recupere a iniciativa política, propondo uma alternativa programática e de poder para a sociedade brasileira.

Quando falamos em alternativa programática, nos referimos a um programa capaz de solucionar rapidamente os problemas da maioria de nosso povo.

A fome, o desemprego, o arrocho salarial, os preços inacessíveis, a falta de teto, saúde e escola... não há razão técnica que os justifique, num país rico como o Brasil. Suas causas são outras: a concentração de propriedade e de renda; a hegemonia do capital financeiro e a produção voltada para poucos; a associação dependente com o capital estrangeiro; e a concentração de poder, materializada no Estado e no monopólio dos meios de comunicação.

Para solucionar os problemas do povo, é preciso atacar suas causas:

- 1) democratizando a propriedade, via reforma agrária, subsídios para as pequenas e médias empresas, re-estatização das estatais privatizadas e controle social sobre os grandes monopólios estratégicos;
- 2) mudando nossa matriz produtiva, via moratória da dívida pública, estatização do sistema financeiro e do comércio exterior, redirecionamento da produção para o consumo das massas populares, recuperação da infra-estrutura nacional e dos serviços públicos;
- 3) rompendo a dependência externa, via moratória da dívida externa, ruptura dos acordos com o FMI e congêneres, investimento em pesquisa científica e tecnológica, incentivo a soluções adaptadas ao nosso potencial produtivo e humano;
- 4) democratizando o país, via eleições gerais, elaboração de uma nova Constituição, cancelamento das licenças dos monopólios privados de televisão, revisão de todas as licenças de rádio, ampliação da rede pública de TV e rádio, redirecionamento da publicidade estatal para a imprensa democrática e popular.

Medidas como essas, capazes de realmente superar a crise, são de natureza democrática, popular e socialista. Não implicam na destruição de toda e qualquer propriedade privada e/ou capitalista. Nem supõem a realização prévia de uma transformação socialista em escala internacional. Mas implicam a criação de uma área de propriedade socialista, que se tornaria o pólo dinâmico da economia nacional. E exigem, para serem sustentáveis, transformações semelhantes em pelo menos outras regiões do mundo.

Naturalmente, trata-se de medidas excessivamente radicais. Tanto quanto foram, a seu tempo, as propostas neoliberais, que venceram entre outras coisas porque disputaram a hegemonia na sociedade com suas propostas, não com remendos ou posições tomadas de empréstimos a outras forças políticas.

Além de apresentar esta alternativa programática, cabe ao Partido responder como podemos torná-la viável. Noutras palavras, cabe ao Partido dizer como poderemos derrotar o atual bloco de poder e substituí-lo por outro, pela aliança entre trabalhadores assalariados e pequenos produtores urbanos e rurais.

Esta questão pode ser abordada de dois ângulos diferentes: o estratégico e o tático. No primeiro caso, discute-se como tomar o poder. No segundo caso, discute-se como colocar as massas em movimento, na perspectiva de disputar o poder.

Neste texto, discutiremos esta questão tática: como abordar a questão do poder, respeitando o nível de consciência e mobilização dos trabalhadores.

A nosso ver, hoje isto se faz combinando mobilização social e disputa eleitoral. Mobilização contra o programa dominante e contra o governo atual, mobilização a favor de outro programa e a favor da antecipação de eleições gerais. Tais objetivos se materializam, neste momento, na palavra de ordem Fora FHC, Fora o FMI.

IV

As massas populares não responsabilizam o sistema capitalista por seus problemas, mas amplos setores identificam FHC como mentor e aplicador da política que gera desemprego e caos social.

A adoção da palavra de ordem “Basta de FHC”, na última reunião do Diretório Nacional do PT, foi um progresso, mas tímido demais, não só porque seu conteúdo não é claro, mas porque a gravidade da crise exige uma posição mais firme e clara do Partido.

Embora FHC diga que “o pior já passou”, a verdade é outra. Se o governo deteve a desvalorização do real e conteve a inflação, foi graças a doses maciças do mesmo remédio responsável pela crise: os juros altos.

A estabilidade obtida nestas condições é muito frágil, e possui uma âncora basicamente política. Um espirro da economia internacional, uma atitude mais agressiva da oposição burguesa e/ou de esquerda, uma manifestação mais forte da insatisfação espontânea do povo podem acelerar a crise e colocar o governo em questão. Caso os governadores de oposição tivessem decidido não comparecer à reunião convocada pelo presidente, por exemplo, é provável que a campanha pelo Fora FHC fosse hoje muito maior.

A situação é tão instável que nos partidos governistas já se discutem alternativas. Parlamentarismo, adiamento das eleições municipais, medidas extraordinárias adotadas pelo executivo.. o cardápio é variado, como convém aos períodos de crise aguda. É importante lembrar que, caso não haja mobilização popular, pode prevalecer uma saída de direita, com o governo assumindo atitudes ainda mais repressivas e antipopulares.

Nesse quadro, a pior atitude que um partido de esquerda pode assumir é a do oportunista cálculo eleitoral: “a prosseguir assim, nas próximas eleições o governo ficará mais

fraco e nós seremos favorecidos". É a pior por três motivos diferentes. Primeiro, porque não leva em conta que, nesse intervalo, centenas de milhares de trabalhadores sofrerão ainda mais. Segundo, porque esquece que, nesse período, as elites buscarão alternativas, que podem levar até mesmo ao cancelamento das eleições de 2000 e 2002. Terceiro, porque desconsidera que a nossa capacidade de colher eleitoralmente depende das posições que defendamos antes das eleições.

Outra atitude, também lamentável, é do "respeito às regras do jogo". Esta atitude fica evidente nos que criticam o "Fora FHC" por "desrespeitar a normalidade democrática" ou por "abrir brechas para o questionamento dos governos petistas".

Vale lembrar que a direita desrespeita a normalidade democrática e questiona nossos governos o tempo todo. A direita só acata as "regras do jogo" quando isto a favorece. Como o lobo da fábula, a direita *interpreta* as regras.

Os que criticam o "Fora FHC" (e os que criticaram o Fora Collor) agem ao contrário. Sua interpretação das regras do jogo é passiva, positivista. Não percebem que há base legal, institucional, para defender o afastamento do presidente: estelionato eleitoral, desrespeito à Constituição, danos ao patrimônio público e à soberania nacional, favorecimento a empresas etc. Não percebem que a "luta faz a lei". Não percebem que, nos momentos de crise, não se pode mais jogar de acordo com as regras do jogo, pelo simples motivo de que as próprias regras são colocadas em questão.

Uma terceira atitude, também deplorável, é a dos que querem fazer política sem risco. Dizem: "a direita será beneficiada" caso tenhamos sucesso em afastar FHC. É possível, mas a direita *certamente* será beneficiada caso FHC permaneça.

A direita pode capitalizar o afastamento de FHC se a correlação de forças lhe for favorável. Por exemplo: Itamar tomaria posse se o PT tivesse defendido as eleições gerais? Maciel tomará posse, se a esquerda hegemonizar um movimento pelo afastamento do presidente? (Não deixa de ser curioso,

entretanto, que os alertas venham exatamente daqueles que defenderam, em 1992, a posse de Itamar.)

A antecipação das eleições constitui uma saída democrática para a crise atual. Mas para que a antecipação das eleições seja possível, é preciso um grande movimento de massas, de protestos de rua e todo tipo de manifestação, associando a luta econômica à luta política, expressando o repúdio popular a FHC e exigindo outro governo e outra política.

Nesse sentido, a campanha pelo “Fora FHC! Eleições já!” deve ser acompanhada de uma plataforma que inclua a ruptura do acordo com o FMI, a suspensão do pagamento da dívida externa, a reversão das privatizações, a defesa dos direitos sociais, a redução da jornada etc. Esta plataforma é sintetizada pela palavra de ordem Fora FMI!

Todas as ações do Partido – no parlamento, especialmente na CPI dos bancos; nas administrações, em particular nos governos estaduais; nos movimentos sociais – devem se organizar em torno desse eixo: Fora FHC! Fora FMI! Eleições já!

Papel importante terão nossos governos estaduais. Eles devem assumir a disputa com o governo federal, não apenas porque isto é necessário para a aumentar a força da oposição popular, mas também porque esta é a melhor forma de fortalecer os próprios governos estaduais petistas.

Nossos governos estaduais são de oposição. Além disso, neste cenário de crise profunda, é um erro achar que poderemos acumular forças principalmente por meio de ações administrativas, de políticas públicas diferenciadas. Num cenário de crise, as ações administrativas, as políticas públicas, são um elemento auxiliar no acúmulo de forças. O elemento principal é a disputa política contra o modelo neoliberal e contra o governo FHC.

Nossa preparação para as eleições do ano 2000 também deve basear-se neste eixo. Tenhamos ou não sucesso na antecipação das eleições, as eleições 2000 devem ser um momento da disputa política nacional contra o governo FHC e, sua política econômica, um momento de apresentarmos uma alternativa democrática, popular e socialista para o Brasil.

Nesse sentido, nossa política de alianças deve limitar-se ao campo democrático popular e mesmo assim devemos excluir aqueles partidos e/ou seções locais que tenham comprometimento com a política do governo e/ou expressem os interesses do grande empresariado e/ou tenham práticas fisiológicas, corruptas, criminosas de qualquer tipo.

Finalmente, como é típico dos momentos de crise, o próximo período será muito rico em debates político-ideológicos. Nesse sentido, o Partido deve jogar-se com força na campanha "Brasil: 500 anos de Resistência Negra, Índigena e Popular", contrapondo-se às comemorações oficiais e afirmando a interpretação popular da história do Brasil.

